



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA</b>			
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0417/17	<b>DATA:</b> 09/05/2017	
<b>LOCAL:</b> Plenário 2 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 10h48min	<b>TÉRMINO:</b> 20h31min	<b>PÁGINAS:</b> 229

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO**

Continuação da votação dos destaques.

**OBSERVAÇÕES**

Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve tumulto no plenário.  
Houve intervenções ininteligíveis.  
Houve intervenções inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Havendo número regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os nossos trabalhos.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 24ª reunião, realizada no dia de 3 de maio de 2017.

Pergunto se há necessidade de leitura.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Há necessidade, para o PSOL.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Não havia um acordo, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Havia um acordo também de o povo participar das decisões nesta Casa. Esta Casa virou uma prisão, sem consulta à Comissão.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Deputado Ivan, desculpe-me, não virou uma prisão. Houve uma invasão aqui, o que se está fazendo é uma proteção nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Nós temos que discutir isso antes.

Antes de discutir a questão da ata, Sr. Presidente, eu proponho que V.Exa. explique o que está acontecendo, porque cem pessoas que foram, de certa forma, desrespeitadas também — depois eu falarei sobre isso — não têm o direito de invadir a Câmara, é verdade. Mas cem pessoas o fizeram. V.Exa. não pode impedir o povo brasileiro de entrar na Câmara nem os Deputados de acessá-la. Então, eu acho que V.Exa. deve uma explicação. Isso aqui não é estado de exceção, não é ditadura militar, e o Congresso foi cercado pelo Exército.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sr. Deputado, o que nós não podemos permitir... Eu vou colocar no devido tempo... Nós fizemos um acordo, sob palavra de honra. Quem tem honra cumpra a palavra, quem não tem...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu tenho honra e cumpro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Quem descumpra palavra de honra não tem honra!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. tem que dar explicações! V.Exa. é o Presidente, não é o ditador da Comissão! V.Exa. tem que dar explicações!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu falo quando eu quiser falar e obviamente vou falar sobre esse assunto.



**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Opa! Epa!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não pode impedir o povo de entrar aqui, não! Não lhe dou esse direito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputado Major Olimpio, por favor! Quem está falando é... Eu estou dizendo que foi celebrado um acordo sob palavra de honra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas que antes V.Exa. explique!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Quem tem honra que cumpra o acordo!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa. precisa explicar à Comissão (*ininteligível*) e aos Deputados da Comissão.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Eu só disse “epa”, para não se exaltarem os ânimos. V.Exa. já se exaltou. Calma!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu estou reiniciando a sessão...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Vamos com muita calma, Sr. Presidente! Calma! Muita calma, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mas não podemos iniciar uma reunião descumprindo o que é acordado sob palavra de honra. Este não é um bom começo.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Não, mas vamos nos acalmar!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, nada disso. V.Exa. é que está descumprindo. Acesso da população aqui é princípio. Aqui é a Casa do Povo. Isso não é regime de exceção, não é ditadura militar em que V.Exa. e o Presidente da Casa mandam, não. Nós temos que discutir isso aqui em primeiro lugar.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Deputado Ivan, *data venia*, V.Exa. já fez o registro, já marcou posição. É importante...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não fiz registro, eu quero uma explicação. Eu quero uma explicação do Presidente.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - A explicação é que houve uma invasão e o que se está fazendo é apenas uma proteção nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, vamos discutir também a invasão.



**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Vamos cumprir o acordo e seguir o trabalho.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero discutir também a invasão.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Vamos seguir o trabalho, Deputado Ivan, por favor!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Não foi uma invasão, foi uma entrada abrupta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passarei a palavra ao Deputado Pepe Vargas. E depois, ao final, farei considerações a respeito do que aconteceu.

A palavra é sua, Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de fato nós fizemos um acordo de procedimentos. Foi isso que foi convencionado aqui, um acordo de procedimentos, pelo qual V.Exa. e os Deputados da base de apoio ao Governo concordaram em garantir o debate sobre o parecer do Relator, o relatório, sem que fosse apresentado, ao fim de dez intervenções, requerimento de encerramento da discussão, de forma a oportunizar que todos os Deputados e Deputadas inscritos para debater o relatório pudessem fazê-lo. Em troca disso, nós não apresentaríamos o *kit* obstrução. Com isso, tivemos 1 semana a mais.

É fato que, na semana passada, a entrada dos agentes penitenciários levou à suspensão da sessão. É fato também que, lá atrás, foi feito um acordo para que cada bancada, por meio de senhas distribuídas, permitisse que um determinado número de pessoas entrasse na Comissão para assistir às reuniões.

Da forma como está posta a situação hoje — só servidores da Casa e Parlamentares podem entrar neste anexo—, pessoas que vinham assistindo às reuniões da Comissão, mediante senhas distribuídas pelas bancadas, conforme... Não foi nem acordo, foi determinação de V.Exa.: *“Vai ter um determinado número de senhas para cada partido, conforme o número de Parlamentares”*. Foi um número bem pequeno, diga-se de passagem. Mas nem isso está sendo possível, porque as



peessoas não podem entrar aqui, nem que algum de nós vá lá buscá-las pelo braço. Não tem como.

Seria necessário um ajuste nessas questões, para permitirmos que, pelo menos pessoas de entidades representativas da sociedade que queiram entrar, possam fazê-lo mediante uma senha.

Não estou falando de outras coisas que poderiam ser colocadas, mas pelo menos isso deve ser observado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu entendi o seu pleito.

Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, nós todos participamos desse acordo de procedimentos, mas não estava previsto o que aconteceu na última quarta-feira. V.Exa. me desculpe, mas foi um desrespeito a todos nós que fazemos parte desta Comissão a atitude de V.Exa. quando suspendeu a sessão — a princípio por 15 minutos, mas a suspensão totalizou 1 hora e 20 minutos — até que a bancada do PSDB revisse seu posicionamento em relação ao destaque relativo aos agentes penitenciários proposto pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Então, nós queremos saber: isso não é uma espécie de obstrução da base do Governo? Levou-se 1 hora e 20 minutos até que dois dos três integrantes do PSDB revissem o seu voto. Nós gostaríamos que aquele destaque fosse aprovado, mesmo tendo, digamos assim, quase convicção de que não seria, por ser esmagadora a maioria da base do Governo.

Nós não podemos ficar à mercê, em cada votação de destaque em que um partido da base discrepe da orientação do Governo, da possibilidade de V.Exa. suspender a sessão até que venha o Líder do Governo, até que volte o Relator a esta Casa ou, daqui a pouco, até que venha toda a cúpula ministerial para forçar os Parlamentares da base a votar de acordo com o Governo.

Por isso, eu estou dizendo: nós não vamos obstruir a votação, mas gostaríamos que V.Exa., na condução dos demais destaques, não tomasse uma posição como aquela da semana passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. O que aconteceu exatamente naquele dia? Todos aqui, pelo menos aqueles que efetivamente têm a



boa índole de reconhecer o que acontece como verdade — isso é questão de índole, de berço —, são testemunhas do meu esforço para que os agentes penitenciários tivessem o mesmo tratamento dos policiais.

Eu comentei com o próprio Presidente que, se os policiais se aposentassem aos 100 anos, justo seria que os agentes penitenciários se aposentassem aos 100 anos. Todavia, entendi que se estabelecia aquilo como justo.

No momento em que o PSDB sinalizou uma votação, não se conquistava a maioria para a aprovação. Simplesmente seria colocado em votação e seria derrotado. Eu realmente interrompi a sessão, e quem participou disso... E aqui evoco o testemunho do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que participou não esculhambando, não agitando, não mentindo em um processo de real apoio aos... Nós fizemos uma reunião onde tentamos construir uma maioria para a aprovação — tentamos construir uma maioria para a aprovação. Foi isso.

Talvez eu até tenha errado. Talvez eu até devesse ter deixado ser recusado. Todavia, eu pensei não na demagogia do momento, mas pensei nas famílias e nas vidas desses agentes penitenciários. Errei ali; talvez tenha errado. Deveria ter tocado, e seriam 20 a 17, e seria derrotado. Mas tentei construir esse acordo, e houve a construção de um acordo. Houve a construção de um acordo no sentido de que esse destaque será apresentado ao Plenário. Se não o for por algum partido da Oposição, que não queira queimar um destaque, será apresentado por um partido da base. E assim o será.

Penso que, a partir dali, o que se estabeleceu é muito maior do que o que algumas pessoas daqui estão querendo colocar. Houve a obstrução do trabalho de um Poder da República — naquele momento, o Poder Legislativo brasileiro funcionava nesta sala. Aqui funcionava o Poder Legislativo; aqui trabalhava o Parlamento brasileiro. E não adianta tapar o sol com a peneira: o trabalho do Parlamento brasileiro foi obstruído, proibido, sob uma coerção que nós não podemos aceitar.

Qualquer rendição... Independentemente do partido ao qual somos filiados, do viés ideológico que norteia a nossa vida política, o que aconteceu aqui deve ser objeto de repúdio de todos aqueles que amam a tal da democracia. E assim vamos



proceder. Eu amo a democracia, por isso respeito os senhores e penso que nós devemos ser respeitados.

Pressão? Nós podemos e devemos... A pressão é democrática, e quem não aguenta pressão sequer deve ser político. Mas a coerção sobre Parlamentares é uma situação inaceitável, e essa coerção está-se transformando em regra. Tomei várias decisões aqui com um acampamento em frente à minha casa, onde estavam uma mulher e meu filho de 13 anos. Quem estava acampado lá? Nós podemos continuar trabalhando? Isso é democracia, essa coerção que se estabelece sobre o nosso voto? Um dos pilares da democracia é a absoluta liberdade de voto do Parlamentar, que deve votar em conformidade com suas convicções.

É inaceitável, é inaceitável o que aconteceu. Eu proponho que seja mantido o acordo que foi aqui celebrado, porque nós temos honra suficiente para não precisar assinar cada acordo que celebramos.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, o acordo se estabeleceu aqui com V.Exa., com o Relator, que estava presente e que aqui está, com os partidos representados. Discutamos isso no plenário e encerremos essa discussão simplesmente como uma página triste da história do Parlamento e da democracia brasileira.

E hoje cabe à Presidência desta Casa garantir, sim, que todos aqui possam votar em conformidade com as suas convicções. Isto é um pilar da democracia, e nós estamos fazendo isso, certo? Eu não sou responsável por segurança. Quem tem que garantir a nossa segurança e a nossa liberdade de voto é quem tem essa responsabilidade, que não conseguiu fazê-lo na quarta-feira, que não conseguiu fazê-lo na quarta-feira, mas que hoje se dispõe a fazer. Então, é esse o meu pensamento.

Convido os senhores para retomarmos a sessão de onde ela foi interrompida e para que concluamos hoje aqui o trabalho desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, só quero saber se essa sua indignação em relação à coerção também vale para os membros do Governo, que têm coagido, de forma exaustiva, os membros desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Comprado e coagido.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Trocando os Deputados aqui da Comissão. O que é isso?



**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Quero dizer também o seguinte: que eu me reservo o direito de exigir que seja perfeitamente esclarecido tudo que aconteceu naquele dia. Aquilo ali não é uma situação simples. E, a partir daí...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu estou inscrita, Sr. Presidente. Estou com o braço levantado há horas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A próxima a falar é a Deputada Jandira Feghali.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Eu estou inscrito também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Estão inscritos o Deputado Beбето, o Deputado Molon.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está inscrito o Deputado Major Olimpio.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, o Deputado Jordy...

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, inscreva-me, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - De fato, Sr. Presidente, têm acontecido coisas muito estranhas mesmo na República brasileira. E acho que a questão da democracia... Nós não estamos vivendo uma normalidade democrática, desde o momento em que foi violada a Constituição brasileira na votação do *impeachment*.

Mas o que eu quero levantar aqui sobre aquele dia é o seguinte: não há aqui nenhum Deputado, especificamente, que sustente a invasão do Parlamento. Ninguém aqui sustenta essa posição. No entanto, é preciso apurar o roteiro do que ocorreu naquele dia, até para recuperar a verdade a que V.Exa. se remete.



Pela manhã, nós chegamos aqui com uma complementação de voto do Relator, que incluiu, naquele momento, os agentes penitenciários e os socioeducativos no texto, dentro do artigo da polícia. Isso foi pela manhã. Ele teve que reapresentar o texto, nós reapresentamos o debate, e a discussão e a votação começaram. Paramos, para que houvesse tempo para os destaques, fomos almoçar todos nós. No retorno, sob o argumento de que houve mensagem de Deputados e pressão — não ficou muito claro de onde a pressão veio, parece-me que não foi bem de Deputados apenas —, foi retirado do texto.

Esses agentes penitenciários — parte deles já estava na estrada indo embora, satisfeitos com a complementação do voto — foram alertados pelo Presidente da Associação de que tinha caído o texto. Voltaram e ficaram lá fora aguardando, e a representação deles estava aqui. Quando o Deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou o destaque, houve a esperança de que o quadro se revertesse.

E digo mais: não era só o Deputado do PSDB que votaria a favor. Havia outros aqui, no PMDB, no PSD. Havia outros Parlamentares do PSD e do PMDB que votariam a favor daquele destaque. Lembro-me de que fui ao microfone e pedi ao Deputado Arnaldo que não retirasse o destaque. Falei em alto e bom som aqui, não só porque ele poderia individualmente se desmoralizar, como também não havia um acordo de fato. Ninguém do Governo garantiu a aprovação no plenário. Ia se tentar trabalhar a possibilidade de, mas o Deputado Arnaldo retirou o destaque. Foi o que deu a explosão e, logo depois, houve a invasão. Então, independentemente do método, a responsabilidade maior pelo que ocorreu foi do Governo e de quem sustentou essa posição. Eu não quero aqui nem discutir a sua posição de mérito, que sei que era a favor, mas, quando o Relator tirou do relatório, V.Exa. sustentou a posição do Relator. Então, há que se apurarem as responsabilidades.

Acho também que tem que haver aqui uma indignação com o que está ocorrendo. A MP 766, que dividiu em 240 parcelas as dívidas com a União, com a Receita e com a Previdência, foi feita para juntar votos para a reforma da Previdência, assim como o decreto, que coloca em risco a vida das pessoas deste País para arregimentar voto em pessoas que se vinculam à segurança, mudando o regulamento do Estatuto do Desarmamento. Então, a nossa indignação tem que ser



com isso! Como se coloca em risco a vida das pessoas, mudando um decreto, aumentando o tempo de registro de armas, sem nenhuma avaliação cuidadosa, para arrebanhar votos para aprovação da reforma da Previdência? Isso é que deveria causar indignação, além dos cargos, do dinheiro, de tudo isso que está rolando e que a imprensa está divulgando.

Sinceramente, espero que a nossa indignação seja com esses métodos e com essa tentativa de enganar categorias que vivem de fato situações de *stress*, situações específicas que não foram respeitadas nem pelo Governo nem por parte da sua base dentro desta Comissão. Então, que se apurem as responsabilidades pela indignação do povo lá fora.

E nós que tomemos cuidado, porque a indignação só aumenta. O que não é democrático é retirar direitos do povo mais pobre deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS, e vou convidá-lo a fazer a leitura da ata que foi solicitada. E espero que os outros partidos mantenham a palavra de honra de continuarmos.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

**(Não identificado)** - Eu também pedi a palavra, Sr. Presidente. Eu pedi.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Só uma pergunta: vai haver a senha que tínhamos antes? Vai haver a senha? Isso é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Outra coisa: respondo ao Deputado Pepe Vargas. Estou orientando as portarias a permitirem o acesso de quem tenha as senhas distribuídas pelos partidos. Obviamente, anotado será o partido, pois o partido também tem que ter responsabilidade em relação a quem convida para ingressar no ambiente. Será permitido o acesso a quem possui a senha.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente. Por favor, aproxime-se da mesa e faça a leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Antes de fazer a leitura da ata, Sr. Presidente, quero responder a V.Exa. É um direito que eu tenho. V.Exa. se referiu à minha colocação, e eu faço questão de responder. V.Exa. tem uma responsabilidade muito grande nesse processo e deveria ponderar o que está acontecendo.



Não se trata de passarem dez emendas ou de fazer a leitura da ata. Mas não podemos aceitar o seguinte: houve um fato, e ninguém aqui, nenhum Parlamentar, defendeu invasão — V.Exa. sabe disso —, nem pode defender, nem acha correto, mas é preciso resgatar o fato. Houve uma lambança, houve um imenso desrespeito, com os Deputados também, um vai e volta, um ioiô: coloca-se emenda, retira-se a emenda, abre-se prazo. Deputado Arnaldo Faria de Sá, houve uma exceção, porque se abriu prazo para apresentação de emenda! E depois, na hora de votar, quando começa a votação, ela é interrompida na prática, depois da orientação. Isso não é regimental! Deveria ter sido tocada a questão. Isso evidentemente causou uma indignação muito forte. Então, há essa questão.

Quanto à segunda questão, Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa., com todo o respeito: o que está sendo feito aqui hoje... Há guardas armados no corredor. Eu não me lembro, nos meus 20 anos de Casa, de a polícia entrar aqui armada. Ela entrou uma vez e foi expulsada imediatamente pelo Presidente. Armada! Arma de fogo! A polícia vai estar armada lá fora, não aqui dentro! Isso pode degenerar em qualquer coisa. Isso não existe!

Eu peço a V.Exa. que retire toda a guarda armada. Isto é inconstitucional: entrar aqui guarda armada, com bala de verdade, com arma de fogo! Não é nem de borracha, não, é arma de fogo!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - E tem audiência pública, tem seminário, e ninguém está entrando na Casa. Não existe isso! Está tudo cercado!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Esta aqui é uma audiência pública.

Segunda questão, Presidente, só para concluir o meu raciocínio. V.Exa. há de convir comigo que, ao fechar com grade toda a circunferência aqui da Câmara dos Deputados, nós demos a seguinte senha: daqui até a votação da Previdência no Congresso, não entra mais ninguém aqui. Isso porque 90% do povo brasileiro é contra a reforma da Previdência! Vai haver marcha para Brasília, como V.Exa. sabe. Então, há uma provocação nisso aí. O povo não pode mais entrar na Casa do Povo? Que negócio é esse?

A polícia tem que dar conta de rebeldes que descumprem a norma civilizada. Tudo bem! Mas qualquer cidadão que quer vir debater, o plenário está aberto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, o senhor já falou. Faça a leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero concluir. Eu quero concluir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Se o senhor não quiser fazê-lo, abra mão. Faço um apelo a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só peço 1 minuto para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em concluindo, o senhor abre mão da leitura da ata?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só vou concluir. Eu vou abrir mão, porque eu cumpro a palavra, Presidente. Deixe-me concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está bom. Então, o senhor tem 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero só pedir a V.Exa. que mande retirar todas essas grades em torno da Câmara dos Deputados e que se respeite o cidadão que vem aqui legitimamente argumentar, pressionar, dialogar, porque esta é a Casa do Povo. Eu vou entender esse cerco como estado de exceção.

Eu apenas não vou descumprir a minha palavra, Presidente. Mas chamei a atenção de V.Exa. e dos Deputados da base e concluo dizendo o seguinte: está havendo coação, sim, sobre os Deputados, mas não foi pelos agentes penitenciários, não. *(Riso.)* Está havendo coação...

**(Não identificado)** - Isso é atitude discricionária. Fala um e, depois, fala outro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos dar sequência...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, nós estamos inscritos!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Está havendo coação do Governo com a compra de votos...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo... O senhor retira...

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da...



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos iniciar os trabalhos!

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, com quem havia me comprometido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - O senhor se comprometeu também, Sr. Presidente!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, quero apenas contraditar, pois se trata de uma coisa importante. A Polícia Legislativa tem tido uma atuação responsável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, conceda-me a palavra depois dele, porque eu estava inscrito antes.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E, se eventualmente a Polícia Legislativa julgar que ela precisa ter alguns elementos armados, isso está no âmbito da sua competência. Então, vamos desarmar todo mundo! Polícia tem que ter arma e ela sabe o momento correto de usá-la.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, ele passou na frente. Eu estava inscrito antes dele. Sr. Presidente, mantenha a ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra...

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte: já que existe uma ampla ansiedade por falar, vou conceder 2 minutos a cada um dos inscritos. Estão inscritos ainda os Deputados: Bebeto, Alessandro Molon, Major Olímpio, Arnaldo Jordy, Givaldo Carimbão, Assis Carvalho, Julio Lopes, Pastor Eurico e... São esses.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, Sr. Presidente. Eu estou inscrito para discutir a ata.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - O Deputado Edmilson...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Ah, o senhor está inscrito? No momento exato, vamos lhe passar a palavra.



Na sequência, tem a palavra o Deputado Bebeto, por 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, também estou me inscrevendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputado Jordy, vou deixá-lo para o final.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - Sr. Presidente, eu também pedi a palavra.

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, o Deputado Assis do Couto também pediu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Os que se inscreveram terão garantida a palavra. Depois, haverá o momento para os encaminhamentos, haverá momentos em que, se houver democracia entre os senhores, todos poderão se manifestar.

Passo a palavra ao Deputado Bebeto.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, a narrativa apresentada por V.Exa. em torno do embate que nós vivenciamos aqui na última reunião em parte é verdade, mas não corresponde à totalidade da verdade.

Que bom que a própria Deputada Jandira Feghali tenha feito essas observações, porque aquele evento resultou do descumprimento de um acordo, patrocinado pelo Governo, feito com as representações dos trabalhadores. Essa é uma verdade que nós não podemos deixar de reconhecer. E, pela manhã, quando da complementação de voto, anunciou-se que estariam inclusos todos os agentes penitenciários e socioeducativos. Então, não se pode imputar à Oposição ou mesmo a um ou outro Deputado a responsabilidade pelo evento.

Segundo, todos nós somos contra a invasão. No entanto, nós também, ao sermos contra aquela invasão que aqui se patrocinou, ou à ocupação — que é o termo mais adequado —, não podemos deixar de considerar que este cerco que se faz fechando e vedando o acesso à Câmara não é algo da democracia. Muitos aqui dizem que os Deputados devem respeitar a Constituição — e devemos respeitá-la mesmo —, mas o império constitucional diz que o poder emana do povo. E onde está o povo representado, Sras. e Srs. Deputados? Onde se está respeitando esse



império popular? Onde? Ao cercar a Casa e não permitir que o cidadão tenha acesso à Câmara, nós estamos desrespeitando a Constituição.

Por fim, eu quero propor a V.Exa. que nós, Deputados, saíamos daqui, até porque não devemos viver com essa contenda, para visitar o Presidente da Câmara e ter com ele uma conversa, pois sei que essa determinação não foi de V.Exa., mas do Presidente da Câmara, que autorizou o cercamento desta Casa, fechando as entradas, com Polícia Legislativa armada no interior das suas dependências. E devemos exigir dele responsabilidade e temperança política, porque ele é, acima de tudo, o guardião das responsabilidades da Constituição e dos procedimentos desta Casa. Então, proponho irmos visitá-lo para conversar sobre o acesso à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Alessandro Molon, por 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, eu queria me manifestar sobre a triste semana passada.

Eu confesso a V.Exa. que, no dia da última reunião desta Comissão, eu fiquei muito preocupado, porque imaginei que algum colega pudesse ser aqui agredido ou o evento pudesse terminar numa tragédia maior. Felizmente isso não ocorreu. E a solução que se está adotando para se evitar novamente isso e que, de alguma maneira, é isolar o Parlamento, é uma ilusão. Ela é uma ilusão, porque ela não vai resolver o problema. O problema foi causado pelas idas e vindas do Governo ao debate com aquela categoria; o problema nem foi causado pela rejeição do pleito da categoria. O que o agravou foram as idas e vindas que geraram na categoria a sensação de estar sendo enganada.

Então, eu digo a V.Exa. com toda a franqueza: essa ideia de isolar o Parlamento imaginando que isso vai resolver os nossos problemas não funciona, não vai resolver os nossos problemas. É muito melhor se estabelecer um canal de diálogo franco, aberto, e a entrada das pessoas, como V.Exa. acaba de permitir a pedido de um colega, não apenas aqui, como também no plenário. Aquelas galerias estão vazias há meses. Se fosse para elas ficarem vazias, ou se fosse para as pessoas não se manifestarem, o autor do projeto não teria desenhado galerias. Elas existem para serem usadas. Isso está errado!



A Casa está caminhando para o precipício. O Governo está nos colocando numa situação em que a sociedade olha o Parlamento e o vê de costas. Nenhuma reforma é sustentável dessa forma. Ela pode até passar, embora as últimas manifestações de vários membros da base do Governo mostrem que ela não passará, mas ela não é sustentável.

Então, eu faço um apelo para que V.Exa., aproveitando-se da proximidade que tem com o Deputado Rodrigo Maia, não apenas procure resolver o problema da Comissão, mas também dialogue sobre esta forma de administrar a Casa, que vai levar a Casa a uma situação pior: em direção ao precipício.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Major Olimpio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, em sua fala há pouco, V.Exa. disse que alguns teriam mentido aos agentes penitenciários ou aos agentes socioeducativos.

Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que, no dia anterior, quando os agentes ocuparam o prédio do Ministério da Justiça, o Ministro e o Diretor do Departamento Penitenciário se comprometeram não só com o esforço de incluir a especificidade dos agentes na PEC 287, como também de incluir na própria pauta, na reunião do dia de hoje do Colégio de Líderes, a PEC 308. Palavra empenhada pelo representante do Governo. Estávamos lá eu e o Deputado Lincoln Portela, e só se desocupou o prédio com a nossa interferência e com a garantia do Ministro e do Departamento Penitenciário Nacional. Nós chegamos aqui, pela manhã, com essa inclusão no texto do Relator.

Posteriormente, o próprio Relator disse que houve centenas de Deputados pressionando, e a imprensa disse que só foi o Padilha que deu uma esculhambada e mandou retirar do texto. Eu não sei o que se passou. O fato é que nós chegamos aqui... e eu nunca vi isso acontecer também com categoria profissional nenhuma. E tem mais: retiraram também os agentes socioeducativos, porque estavam juntos. Mas não havia nenhum na mobilização! Eu quero dizer que aquilo foi um ato de desespero, pelo próprio desrespeito da Casa e por aquela situação em relação a essa categoria profissional.



Eu fui agora, pela manhã, à Nova Central, onde há mais de 300 agentes penitenciários reunidos pacificamente, ordeiramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Já vou concluir, Sr. Presidente.

Mais de 300 agentes penitenciários reuniram-se para dizer exatamente que estão esperando o compromisso que foi firmado com o Ministro, em nome do Governo, sobre o que foi aqui acolhido momentaneamente. Posteriormente, numa votação que seria vencedora, V.Exa...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Givaldo Carimbão.  
*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - V.Exa. tem que cumprir o Regimento. Estou há 1h20min aqui esperando (*ininteligível*), e é lamentável que neste momento o Congresso esteja sitiado.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, companheiro Relator, companheiras e companheiros Deputados, na Física, a toda ação corresponde uma reação, igual em sentido contrário. Tiraram o Exército, tiraram a Marinha, tiraram a Aeronáutica. Depois, tiraram a Polícia Militar, tiraram o Corpo de Bombeiros. Do conjunto da segurança nacional, ficaram: a Polícia Federal, os agentes penitenciários e a Polícia Rodoviária Federal, um grupo bem menor. Se se diz que se vai fazer uma legislação em relação às Forças Armadas, por que essas categorias da segurança não entram? Por que só pinçaram a Polícia Federal, os agentes, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil? A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros já foram retirados! Ou seja, é natural uma reação das categorias?

Com todo o respeito, companheiros, aqui dentro os senhores me conhecem, há 20 anos, como Deputado Federal. Por que alguém, companheiro Deputado José Carlos Aleluia, com todo o respeito — e nada contra, não —, retira a Marinha e deixa aqui o agente penitenciário? Quem é que sofre mais risco: um agente penitenciário ou um companheiro da Marinha? Nada contra a Marinha, não! É óbvio que há uma reação natural! O cara toma conta de preso, é um estresse que não se pode



imaginar, e esse pessoal fica de fora? O próprio Presidente Carlos Marun lutou para que isso acontecesse. Como não aconteceu, houve a reação. Natural!

Eu queria a compreensão dos senhores. Se é para fazer isso... Aqui foi derrotada, por exemplo, a Polícia Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - São 2 minutos, e eu queria dizer a S.Exa. que a proposta seria, então, pegar todos esses grupos menores que ficaram de fora e juntá-los no setor total da segurança pública. Não é lógico? É óbvio que é!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, Cecília Meireles disse que liberdade é mesmo um sonho humano, que não há ninguém que explique e também não há ninguém que não entenda. E falar de democracia sem liberdade é estranho.

Ora, Sr. Presidente, nós estamos na Casa do povo, e ela está cercada. Isso é uma vergonha, até mesmo numa situação que nós já temos em relação a este Parlamento. Então, primeiro, quero dizer a V.Exa. que o seu papel aqui é fundamental para fazer esta Comissão funcionar, mesmo com a nossa discordância. Mas eu quero propor aqui aos Deputados, àqueles que estão aqui fazendo oposição e mesmo àqueles da Situação que têm sensibilidade, que suspendamos o acordo de procedimento até se retomar a democracia desta Casa, Sr. Presidente.

Isso que está acontecendo aqui é uma situação ridícula, em que o povo não pode acessar sua própria Casa! Nós somos representantes do povo, Sr. Presidente! Como é que nós estamos numa Casa à qual o povo não tem mais acesso?

Dessa forma, quero me somar ao meu querido Bebeto, ao Alessandro Molon e aos demais para suspendermos os trabalhos e irmos ao Presidente, coordenados por V.Exa., porque se está acontecendo um problema que já ocorreu — e o que houve aqui foi uma reação —, tem que haver o *mea-culpa*. Sabe-se muito bem por que aconteceu: exatamente devido ao retrocesso da posição do Governo, que a mudou várias vezes. Ninguém está aqui apoiando invasão. V.Exa. não vai ouvir isso



de ninguém, mas o que aconteceu foi uma reação. E essa polícia tem as condições objetivas de evitar que aqueles que invadiram causem baderna. Mas, Sr. Presidente, quem não tem culpa de nada não poder acessar esta Casa é um absurdo que não podemos aceitar!

Então, eu queria pedir que os trabalhos sejam suspensos. Vamos pedir ao Presidente da Casa que a libere, que ela seja devolvida ao povo, porque ela pertence ao povo. Ela não pertence a nenhum de nós isoladamente, nem a V.Exa. nem a mim.

Portanto, este é nosso apelo: que o acordo de procedimento seja suspenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria aqui de lamentar profundamente essa demagogia dos nossos colegas. Obviamente, todos nós gostaríamos que o plenário estivesse absolutamente lotado, para que nós pudéssemos aqui nos manifestar com a presença ainda mais maciça do povo. Mas esta sala, inclusive disposto pela Defesa Civil, tem um limite de capacidade que já está observado. Então, obviamente é demagogia pura continuarmos nesse sentido.

Naquele dia inclusive, eu havia me manifestado, como o tenho feito, favoravelmente aos policiais federais e também aos agentes penitenciários. E aqui permaneci durante o momento em que a sala foi invadida, porque acompanho e acompanharei quem quiser lá fora e onde for, porque não me abato e nem tenho receio de qualquer coisa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós gostaríamos que a Casa estivesse cheia. Entretanto, por uma medida disciplinar absolutamente necessária, nós hoje estamos com medidas de segurança e de restrição, que são absolutamente... Aliás, eu diria o seguinte: são medidas legais e necessárias, porque nesta sala não cabe mais gente. Portanto, não se pode permitir a ela acesso, a menos que se contrarie a disposição da Defesa Civil e dos órgãos de controle para manifestação e uso dessas dependências. Portanto, isso é mera demagogia!

Sr. Presidente, eu saúdo muito a Oposição pelo trabalho que tem feito. O trabalho da Oposição está perfeito e assim deve continuar. Mas essa demagogia é



detestável, Sr. Presidente, porque o que aconteceu é que muitos Deputados foram lá fora incitar aqueles que aqui entraram. E eu mesmo...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Não é verdade isso!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Eu posso concluir a minha fala?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**(Não identificado)** - Esse cara é irresponsável, esse cara é irresponsável!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Eu, depois, fui lá fora sozinho, saí daqui sozinho.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Mentiroso! Mentiroso! É o único Deputado *(ininteligível)*.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputado...

Por favor, vamos garantir a palavra do Deputado Julio Lopes.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Aqui não é casa de doido, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deixem-me dizer: isso está sendo averiguado. Existem notícias de que algum Deputado tenha ido até lá, e isso está sendo averiguado! É óbvio que, se algum Deputado lá esteve e disse: "*Vamos entrar lá para fazer esculhambação e acabar com a sessão*", esse Deputado pode até pagar com o seu mandato. É óbvio! Mas essa é uma coisa que só vai ser colocada... Nós estamos avaliando; temos gravações que estão sendo avaliadas.

Se chegarmos à conclusão... Como Presidente, eu vou fazer essa representação. É óbvio! Mas não existe a mínima dúvida de que eu vou pedir o mandato desse cidadão. Não, não de todos, de quem o fez. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não, de quem fez, se o fez. Se o fez, de quem o fez. Obviamente, nós estamos aqui com a segurança de todos. É óbvio que será isso aí!

Então, esse é um processo que vai andar. Eu solicito, Deputado, ao senhor que retire essas palavras, que retire essas palavras, que retire essas palavras. *(Palmas.)* Retire essas palavras. Retire essas palavras.



*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, com licença. Pelo art. 7º, eu tenho o direito de contestar a acusação pessoal à própria conduta que me foi feita aqui. Com licença, Presidente, por favor! Presidente, por favor, eu tenho o direito de me manifestar regimentalmente, inclusive pela acusação pessoal que me foi feita aqui.

O que eu disse é que há muita demagogia, sim. É a minha opinião. Eu tenho o direito de manifestá-la e também tenho o direito de manifestar que eu sei que alguns foram lá fora para agitar aquelas pessoas. Isso precisa e deve ser apurado mesmo.

Com relação às acusações que me foram feitas aqui, é até muito bom, Sr. Presidente, porque eu não sinto constrangimento nenhum por ter sido citado. Eu esclarecerei os fatos mencionados aqui com a maior tranquilidade, até porque, Sr. Presidente, essas delações têm sido dirigidas para proteger interesses econômicos e pessoas. E eu demonstrarei e provarei isso com a maior tranquilidade. Isso nada tem a ver com as opiniões e os votos que eu venha a manifestar nesta Casa.

Aliás, Deputados, acusados ou não, têm o direito de ser interpretados, conforme prevê a Constituição nacional, absolutamente inocentes, até se prove o contrário. E esta Casa mais do que ninguém tem que respeitar esse tipo de procedimento.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra...

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sim, qual é a questão de ordem, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Questão de ordem, art. 272. Só para situar os prezados Deputados e Deputadas e o próprio Presidente, no nosso Regimento Interno, o Título IX trata da Administração e da Economia Interna da Casa, e seu Capítulo III trata da questão da segurança — podemos dizer assim —, da Polícia Legislativa, a polícia da Casa, e das questões relativas à segurança.



Diz o art. 272, que é a questão de ordem que eu levanto aqui. Vou lê-lo:

*“Art. 272. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal da Câmara e seus anexos durante o expediente e assistir das galerias às sessões do plenário e às reuniões das Comissões.*

*Parágrafo único. Os espectadores ou visitantes que se comportarem de forma inconveniente, a juízo do Presidente da Câmara ou de Comissão, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem em recinto da Casa, serão compelidos a sair, imediatamente, dos edifícios da Câmara.”*

Portanto, Sr. Presidente, não há base legal nenhuma para impedir a entrada de cidadãos e cidadãs nesta Casa. Eles têm o direito de se identificar, de receber o crachá de identificação e, durante o expediente da Casa, de assistir às sessões do Plenário e assistir às reuniões das Comissões. E, se eventualmente alguém tiver algum comportamento inadequado, aí, sim, a Polícia Legislativa vai agir, a pedido do Presidente, e retirar essas pessoas dos recintos da Casa. Então, não há base para impedir as pessoas de entrar aqui dentro! Essa é a questão de ordem que eu levanto.

Portanto, Presidente, está correto o que disse o Deputado Assis Carvalho de que não foi V.Exa. que determinou trancar todas as portas e impedir que as pessoas entrassem. Quem o determinou foi o Presidente da Casa.

Então, a questão de ordem que eu levanto é que não está sendo cumprido o Regimento Interno da Casa. Por isso, esta reunião da Comissão Especial tem que ser suspensa, o Presidente tem que revogar essa decisão e aplicar o que diz o Regimento Interno da Casa. Nós não estamos em estado de sítio para cercar a Casa com polícia e impedir que as pessoas entrem.

Eu sou contra qualquer atitude de violência aqui dentro e acho que a Polícia Legislativa tem agido para coibir situações dessa natureza. Ela tem agido; nós o reconhecemos. Isso não está em questão. E os advogados da Ordem dos



Advogados do Brasil estão querendo chegar aqui para poder falar com o Relator e pedir a ele que retire determinadas questões do texto. Mas eles sequer conseguem chegar aqui Presidente, porque não conseguem entrar na Casa! Onde o Regimento Interno faculta o ingresso das pessoas aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu vou responder...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, quero só esclarecer uma coisa ao Deputado Pepe, agora, em relação a essa colocação...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Há o agravante de armas letais. Diferentemente do que o Deputado Onyx disse, este é um debate importante.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, peço só um minutinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, está falando o Relator.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, só um minutinho, para o esclarecimento de 1 minuto.

O Relator não tem mais direito de fazer nenhum tipo de alteração no texto. O texto principal do nosso relatório já foi aprovado, e agora existem os destaques que estão aqui na relação para serem votados e, em seguida, os destaques que serão apresentados em plenário. O direito de este Relator fazer emendas autocráticas é absolutamente proibida, a partir de agora.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Aqui na Comissão, mas no plenário V.Exa. pode...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Não, não, no plenário também não pode, porque nós estamos tratando de uma PEC, Deputado. Esta não é uma lei ordinária. Quando é uma PEC, o Relator pode alterá-la quando quiser no plenário.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Mas, suspender por mais de 1 hora a sessão foi possível, por acordo político, contra o Regimento?

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Mas emendas, por conta e moto-próprio, eu não posso mais fazê-las. Então, o que tiver que ser decidido agora o será pelo Plenário da Comissão e depois pelo Plenário da Câmara dos Deputados.



Portanto, essa pretensa intenção da OAB de falar comigo é absolutamente despropositada.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Deputado, de qualquer sorte não pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, no devido tempo, responderei a questão de ordem de V.Exa.

Passo a palavra ao último inscrito neste momento prévio, o Deputado Pastor Eurico, que dispõe de 2 minutos, e, depois, ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de pontuar aqui a sua fala. Com todo o respeito que tenho a V.Exa. e à forma como tem conduzido os trabalhos — eu sei que é difícil, todos nós sabemos que é difícil estar na condição em que V.Exa. se encontra —, em sua defesa, quando V.Exa. começou a justificar o ocorrido passado, V.Exa. disse que os Deputados de “boa índole” estariam entendendo o senhor aqui. Confesso que essa expressão foi pesada, porque dá a entender que há Deputados de má índole aqui. E acho que isso pesou.

Quanto ao Deputado da demagogia, que eu respeito também, digo que chamar os companheiros de demagogos é uma falta de respeito. V.Exa. pediu para ele retirar a palavra, que ele não retirou. Então, sugiro que V.Exa. retire essa expressão “de boa índole”, o que seria de bom alvitre.

Por outro lado, Sr. Presidente, quanto aos agentes penitenciários e socioeducativos, nós não concordamos como a situação aconteceu, claro, mas ela gerou um movimento nacional. Não só eu, mas também vários Deputados que aqui estão já devem ter ouvido que outros movimentos da reforma da Previdência irão querer fazer isso aqui também. Então, está-se gerando um caos, e a situação está ficando cada vez mais complexa!

Eu sou do PHS, um partido que acabou de sair do bloco, ainda supostamente estamos na base, mas a maioria não concorda com a reforma da Previdência. Nós somos solidários aos agentes e aos destaques que foram apresentados; estamos votando com os destaques.



Entendemos a posição do Relator de que não pode mais mudar, mas, Sr. Presidente, foi uma traição o que foi feito com os agentes penitenciários. E acredito que outros não gostariam de sofrê-la.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, nós apresentamos, rigorosamente dentro do refúgio regimental, um destaque abrigando os interesses dos agentes penitenciários. Isso foi motivado por uma convicção de toda a bancada do PPS, apresentada pelo Deputado Marcos Abrão, defendida por mim, pelo Deputado Rubens Bueno e acolhida, a princípio, pelo nosso Relator.

Esse Destaque nº 61 foi posterior ao do Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas, no momento seguinte, eu não estava aqui quando V.Exa. anunciou o acordo, que já foi referendado por todos no sentido de retirar essa matéria, por conta dos episódios ocorridos. Aliás, quanto aos episódios, sei que nenhum Deputado aqui defende o que aconteceu na semana passada, mas lamentavelmente alguns ainda tentam, de forma muito sutil, justificá-los.

Acho que nada justifica o que houve aqui na semana passada. Por mais fértil que seja a defesa do pleito, e nós a abrigamos, nós continuamos convictos de que os agentes penitenciários precisam ser abrigados, como o foram originalmente pelo Relator, mas nada pode justificar o que aconteceu na semana passada. Não é por esse *modus operandi* que nós vamos resolver as polêmicas, as convicções, as propostas que são conflitivas nesta Comissão ou no plenário.

Por conta do que houve na semana passada, quando a retirada do destaque do Deputado Arnaldo Faria de Sá levou subsidiariamente o nosso destaque, ao arrepio do Regimento, nós, hoje cedo, protocolamos uma questão de ordem na Mesa, antes de V.Exa. chegar. Depois, eu tive contato com V.Exa. e com outras Lideranças que explicaram o acordo. Mas eu queria apenas a ratificação de V.Exa. de que essa proposta poderá ser abrigada, porque o PPS não tem, sozinho, condições de subscrevê-la, de que outros partidos, da Base ou da Oposição — para nós não importa —, possam garantir a reapresentação desse destaque, inclusive por



partidos da base do Governo, e de que nós possamos reapresentar esse destaque em plenário para fazer o debate e deliberar sobre ele.

Essa é a condição, se bem entendi o que V.Exa. colocou. Repito isso e insisto na ênfase a essa questão, porque não estavam aqui nem eu, nem o Deputado Rubens, nem o Deputado Marcos Abrão, apenas o nosso Relator, que depois nos repassou a questão. E V.Exa. há pouco também nos repassou.

Então, peço a garantia de que isso poderá ser reapresentado, assinado por nós e por outros partidos no sentido de se fazer esse debate. Não é o que aconteceu na semana passada, um ato excessivo de alguns agentes penitenciários, que pode implicar na derrota de uma tese, de um direito, de um abrigo, de uma justiça a esses trabalhadores, que vivem no limite da tensão e sofrem. Nós assistimos recentemente, foi mostrado pelas câmeras de televisão, a alguns deles sendo inclusive degolados e a cenas dantescas nas rebeliões ocorridas em alguns presídios nacionais.

Nós mantemos essa convicção. Eu acho que muitos a mantêm. Nós queríamos apenas ratificar esse compromisso de V.Exa. e do Deputado...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Essa matéria será apresentada, discutida e deliberada, em plenário, a favor. Não é, repito, pelo excesso de alguns que outros, que sequer chegaram a Brasília e que estão com esperança ou pranto depositados nesta Casa, deixarão de ter abrigados por justiça os seus direitos.

É este o apelo que faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Estão encerradas as inscrições. Não reabrirei as inscrições. Daremos continuidade aos trabalhos. Todos os que se inscreveram naquele momento falaram.

Falo eu agora em resposta a algumas questões de ordem.

Primeiramente, Deputado Pastor Eurico, eu me referi à boa índole, porque eu acho que quem naquele momento dissesse que eu estava mentindo ao afirmar que me empenhei no sentido de que fosse aprovado, quem dissesse que era mentira, realmente não é gente de boa índole. Isso ficou evidente aqui. Mas eu concordo com V.Exa.: talvez eu tenha me excedido e retiro esse termo que quase pode soar, para muitos, como uma afirmação. Obrigado. Eu retiro esse termo.



Em seguida, em relação à questão de ordem inicialmente apresentada pelo Deputado Pepe Vargas, eu informo que as pessoas que têm a senha podem entrar. Nós temos, posteriormente, a 272, que V.Exa. apresentou. Nós temos um limite na Casa. Existe um normativo, o Ato da Mesa nº 132, que regulamenta o acesso às Comissões. Então não podemos... Tanto é que isso funcionou até agora. Então, nós vamos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O Ato nº 106, de 10 de setembro de 2013, que limita inclusive o número de pessoas que podem permanecer num ambiente, como existe em todos os ambientes. Isso é código de postura municipal.

Em sequência, eu da minha parte...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deixe-me dizer. Eu continuo dizendo que o que aconteceu na quarta-feira foi muito grave. Efetivamente, hoje estão sendo tomadas medidas excepcionais para que seja garantida a liberdade de voto dos Srs. e das Sras. Parlamentares.

Não organizei segurança, não é minha especialidade, não obstante eu não tenha sido excesso de contingente, eu peguei quartel. Então, eu não sou especialista nisso, e sim as pessoas que, em princípio, têm essa especialidade. O meu dever é tocar isto aqui e garantir que todos os senhores votem livremente e em conformidade com as suas convicções. O papel deles é garantir que isso possa acontecer.

Assim sendo, acho que não existe mais o que colocar sobre isso...

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Eu vou recorrer da sua decisão, Presidente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Claro, positivo.

Vou ao acordo. Eu ratifico aqui publicamente o acordo celebrado com o Deputado Arnaldo Faria de Sá e com vários membros que aqui estavam no sentido de que isso virá a ser apresentado no plenário. Mais do que isso, ratifico o meu



empenho no sentido de que seja vitoriosa a tese de que agentes penitenciários e policiais têm que se aposentar de forma similar.

Então, estou garantindo o meu empenho. Eu não posso falar por 308 votos, mas estou garantindo o meu voto, que é pouco, e o meu empenho, porque eu penso que isso é justo.

Agora, não posso concordar com a forma como isso foi pleiteado na semana passada. Estamos num novo momento. Tenho convicção de que existe espaço para que o diálogo franco, fraterno e respeitoso possa se estabelecer e sinto que essa tese tem tudo para ser vencedora no plenário.

Temos que seguir efetivamente o que diz o Regimento, e neste momento é uma questão a ser discutida pelo Plenário.

Mas está ratificado...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Os partidos da base do Governo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Partidos da base do Governo não precisam... Com o apoio do PPS. O PPS e mais um partido da base assinarão. Esse é um compromisso que eu faço.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Penitenciários e socioeducativos.

*(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Dos agentes penitenciários e socioeducativos. Vamos fazer. Vai ser votado. Agentes penitenciários e socioeducativos vão ser votados, positivo?

Quanto ao que aconteceu na última reunião, eu me reservo o direito de continuar investigando e repito: ao ser concluída a investigação, se restarem provas de que houve incitação por parte de Parlamentares — entendo que isso fere de forma absoluta o decoro parlamentar —, isso vai ser discutido inclusive com pedido de cassação de mandato por esta Comissão, por este Presidente no Conselho de Ética, havendo, obviamente, provas.

Não vou fazer demagogia nem suposições, mas, se for descoberto que isso aconteceu, vai ser, sim, pedida a cassação do mandato do que lá esteve, se esteve,



incitando pessoas a invadir, a paralisar a reunião e a colocar sob risco a integridade física de qualquer um de nós.

Vamos em frente! Houve um acordo...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos à ata. Estamos no momento de apreciação da ata.

Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa. pede para que seja feita retificação na ata? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, peço 1 minuto, pela ordem, por favor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu também peço, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - É muito sério o que foi posto aqui, e nós vamos ter que ter uma consequência disso, porque V.Exa. acabou legitimando um estado de exceção. Com todo o respeito, a situação é grave. Eu fiz a defesa da inclusão na redução de danos da Polícia Legislativa, que agiu numa situação de conflito aqui. Se ela estivesse armada com armas letais, poderiam ter sido vítimas não só os agentes, mas também os Deputados.

Eu não sou especialista, mas acompanhei o massacre de Eldorado dos Carajás. Sabe por que ocorreu isso ocorreu no Pará? Porque os policiais não tinham capacetes nem armas não letais. Quem é da área de segurança sabe disso.

É muito grave. Além do cercamento, esse estado de sítio, armas letais dentro deste Poder colocam em risco a vida de eventuais manifestantes, dos servidores e dos Deputados. Então, não é uma coisa...

(*O microfone é desligado.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos em frente! Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu sou sensível ao debate que acabou de ser feito, mas não quero ser mais um a participar dele.

Para a informação de V.Exa., alguns de nós, com os Líderes ou individualmente, cada um representando algum partido, pretendemos ir ao Presidente da Casa.



Eu quero aqui dar um exemplo do nosso constrangimento, a título de ilustração. O Diretor Executivo do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL, que no momento eu presido pelas circunstâncias da política, postou para mim, hoje, às 9 horas e 22 minutos: “*Câmera sitiada. Não consigo entrar.*” Eu lhe perguntei agora: “*Conseguiu entrar?*” “*Consegui. Estou no seu gabinete.*”

Eu pedi para debater aqui a ata no que diz respeito exatamente à insuficiência do que está escrito nela. É verdade o que está escrito aqui.

*A certa altura, o Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, informou que, embora tenha anunciado sua decisão de incluir os agentes penitenciários na categoria de aposentadorias especiais, tendo em vista a quase centena de manifestações de Parlamentares contrários a essa questão, ele não iria se colocar contrário a essa vontade expressa. Assim, retificava o texto, anunciando de forma que não constasse no texto do Relator a ser deliberada a questão dos agentes penitenciários.*

Isso está correto. O que falta na ata? Falta dizer que, na continuidade, o próprio Relator acrescentou a seguinte consideração, que eu peço que conste na ata. Após ter havido a invasão do Ministério da Justiça por parte dos agentes penitenciários — eu não lembro se ele acrescentou os sociais —, ele não poderia manter esse tipo de concessão ou estímulo — isto é uma interpretação, porque não lembro exatamente as palavras dele — a quem, na opinião dele, a partir daquele momento não merecia mais.

Por que eu faço esta observação? Em primeiro lugar, porque isso foi dito. Em segundo lugar, eu penso que a ata está muito ascética. Eu acho que deve constar nela que os agentes penitenciários entram aqui. Eu não quero punir politicamente este ou aquele, seja Relator, seja agente penitenciário. Mas acho que deve constar, até porque a sessão foi suspensa exatamente por isso.

Então, sem colocar pimenta indevida nos fatos, acho que algumas coisas devem constar, até porque foi um momento histórico. Foi um momento ruim, mas foi histórico.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente.



**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado Arlindo Chinaglia, de fato, eu fiz essa ponderação. Mas o fiz no sentido de dizer que os que me telefonaram, que entraram em contato comigo, o fizeram sob o argumento de que a invasão do dia anterior que aconteceu no Ministério da Justiça criou uma dificuldade para aqueles Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Está perfeito! Eu não lembro exatamente. Eu lembro o senhor comentar.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Mas tem que constar que esse foi o argumento.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Então, sem querer... Mas eu, de fato, coloquei nesses termos. E o fato é que, em função dessas ligações, achei que o tema ficou extremamente polêmico. E nada mais justo do que o Plenário desta Casa, que é soberano — não é a vontade do Relator nem de nenhum Deputado isoladamente nem de nenhum membro de um partido —, de maneira colegiada, dê a decisão definitiva sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Peço um esclarecimento ao Relator. V.Exa. colocou que não pode, de forma nenhuma, mexer mais no relatório ou assimilar as questões...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu não!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Espera aí! Eu quero lembrar a V.Exa. o seguinte. Nós abrimos um prazo para emendas aqui — certo? — até certo dia. Posteriormente, na questão dos agentes penitenciários, houve uma reabertura de prazo, por consenso. Então, V.Exa. poderia ter assimilado, porque houve uma reabertura. Se, por consenso, se reabre o prazo, V.Exa. pode assimilar, por exemplo, um dos destaques que estão aqui. Então, não há um impedimento de V.Exa. assimilar o resultado do debate democrático.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Desculpe, Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo! Estão registradas as considerações.

Relator, V.Exa. tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, veja só, eu disse que iria deixar o tema agente penitenciário para ser decidido...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou falando de todos os temas, não só dos agentes.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Em outros temas eu não posso mexer, Deputado. Em outro tema eu não posso mais mexer. Se fosse uma lei ordinária...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Desde que se abra prazo para emendas...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Bom, por acordo, pode haver isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Mas acontece que esse não é o caso. Nós estamos, aqui, no encaminhamento de dez destaques que faltam ser apreciados. Esses dez destaques serão apreciados pelo Plenário da Comissão. Se há acordo, é melhor que o Plenário da Comissão o ratifique, votando a favor de cada um.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou falando que V.Exa. pode. V.Exa. pode não querer, mas pode.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu não posso.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - O destaque permite que V.Exa. se manifeste.

*(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - V.Exa. está considerando que, hipoteticamente, eu poderei. Mas, regimentalmente, eu não posso, Deputado, não posso fazer mais nenhum *(ininteligível)*.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, regimentalmente, V.Exa. pode. Esta é que é a questão!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Não posso, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Se o Relator pode, o Presidente não quer. E vamos tocar em frente!

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Não é assim! Que ditadura é essa?!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu passo a palavra...

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - V.Exa...

*(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Espera aí! Trazer uma situação dessas agora?!

*(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Mas, Deputado Carlos Marun, são destaques! O sentido do destaque é que o artigo destacado... Não foi aprovado o Relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Os destaques foram apresentados. Os destaques foram apresentados no seu tempo devido. Todos tiveram oportunidade de falar.

*(Intervenções simultâneas Ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Presidente, a ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A ata?! Nós vamos continuar!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Não, ele fez uma colocação que não foi considerada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Já que não há acordo sobre a ata, nós vamos dar seguimento à reunião.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Tem que fazer constar os fatos na ata.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Temos que votar a ata! Temos que votar a ata!

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Esse pedido não está na ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mas nós não temos tempo de refazer a ata neste momento. Então, as considerações...



**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Mas tem que retificá-la.

*(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputado Arlindo Chinaglia, vamos lá!

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu vou fazer uma proposta a V.Exa. Não é exatamente obrigatório que se vote a ata no início. Se houver o acordo, nós podemos dar seguimento à reunião.

**(Não identificado)** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Por parte, pode. É comum isso nas Comissões Permanentes. Então, a minha sugestão — V.Exa. pode tomar a sua decisão — é que, primeiro... Eu não estou colocando como obrigatório que se decida agora, mas mantenho a opinião. Como eu sei que há apoio entre muitos colegas aqui, independentemente da cor partidária, creio que a própria responsabilidade dos funcionários, enfim, dos assessores, lhes permite fazer eventual correção e nós a aprovamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, então, vamos fazer o seguinte...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Uma proposta, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Nós temos tempo. A sua colocação é absolutamente pertinente. Entendo que a ata, diante do que aconteceu, tem que ser mais robusta, mais explícita. Eu, então — o Deputado Pastor Eurico e o Deputado Givaldo Carimbão também concordam —, registro a colocação do Deputado Ivan Valente. Nós vamos tentar redigir essa ata, para aprová-la ao final. Em não havendo tempo, uma nova reunião será convocada para a aprovação dessa ata.

Então, vamos em frente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, questão de ordem sobre encaminhamento. O debate que aqui hoje foi feito não é secundário. Há uma preocupação que não é apenas desta Comissão, mas esta Comissão foi alvo da ocupação, ou da invasão ou nome que se queira dar, e numa atitude de grandeza esta Comissão deveria ir ao Presidente da Câmara e pedir-lhe que cumpra o Regimento. Já que não está na alçada de V.Exa. fazê-lo, nós precisamos fazer,



porque ficar aqui como se nada estivesse acontecendo, tocando a vida desta Comissão com esta Casa inteiramente cercada e com arma de fogo aqui do lado, não é correto.

Então, V.Exa. poderia nos dar 10 minutos para irmos ao Presidente da Casa — ele já está aqui, acabei de ligar —, falarmos com ele e depois voltarmos. Simplesmente seguirmos sem nenhum tipo... Não é uma coisa secundária nem é mungido. O que eu estou preocupada é com o seguinte: como é que nós seguimos os trabalhos nesta Comissão com este quadro de isolamento que nós estamos vivendo aqui? Hoje foi o caos. Para entrar aqui eu tive que dar volta, foi uma coisa absurda! Nós não podemos conviver com isso e votar aqui como se nada estivesse acontecendo. Isso não é correto na democracia brasileira, que já está agredida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - As suas considerações estão registradas. Vamos seguir em frente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É uma proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, é para responder. V.Exa. não está respondendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu estou respondendo: não concordo em interromper a sessão. Vamos dar sequência.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Aguarde só 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não, não, eu não concordo e não vou interromper a sessão. Vamos em frente!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - V.Exa., então, é a favor do que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não. Eu não concordo em interromper a sessão. Por sinal, respondo aqui a questão colocada pelo Deputado André Figueiredo.

Eu solicitei que seja garantida a liberdade e a segurança para que todos os Parlamentares votem em conformidade com a suas convicções. O povo aqui está sendo representado por nós. Se V.Exa. não se considera uma representante do povo, o problema é seu.

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*



**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu não aceito essa brincadeira!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não é brincadeira. Nós somos representantes do povo. Vamos cumprir com o nosso dever.

Passo a palavra...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Só para dizer, não interrompo... Atendendo o pleito de V.Exa., não interromperei mais esta sessão para qualquer tipo de confabulação, porque, muitas vezes, a boa intenção acaba tendo os resultados não esperados. Sigo em frente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Vamos embora, vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sigo em frente. Sobre a ata, ao final...

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sobre o ato que V.Exa. citou...

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Recorra! Aproveite o ato e recorra. A decisão em relação à sua questão de ordem já foi proferida.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Eu estou inscrito.

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Houve um acordo de procedimento que permitia a votação do destaque.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Presidente, estou com o Ato. Qual é o artigo do Ato da Mesa que V.Exa. mencionou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Leio o artigo:

*Art. 2º.....*

*§ 3º Os limites estabelecidos no Anexo deste Ato poderão ser revistos, a juízo do Presidente, em situações que possam comprometer a segurança das pessoas nas edificações da Câmara dos Deputados.*

Existe um limite aqui nesta Casa. Qualquer um sabe. É só olhar. Então, baseado na lógica, eu tomei essa decisão.

Vamos em frente. Existe um acordo...



**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Existe aqui um adendo...

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Vamos embora votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

Cabe recurso, Deputado Pepe Vargas. A V.Exa. cabe o recurso. Que assim seja.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, há um anexo que diz que...

*(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Leia o Ato da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em votação o destaque.

Houve um acordo para a votação do Destaque nº 7, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que se fará por votação simbólica. Houve acordo com relação a isso.

Já foram feitos os encaminhamentos de bancada.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não houve, não! Agora eu quero votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Houve, sim, os encaminhamentos. Não houve votação de bancada; houve o encaminhamento. Assim sendo, vamos para a orientação de bancada, que não aconteceu.

Por favor, Plenário, peço que as bancadas orientem, no prazo de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, o Governo encaminha para todos os partidos da base: “não”, mantendo o acordo.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Cota zero. Não há ninguém!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Os partidos da base encaminham “não”.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, os partidos da base encaminham “não”.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Todos os partidos da base encaminham “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Passo a palavra ao Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - Sr. Presidente, o PT encaminha “sim”. Mas quero aqui solicitar a V.Exa., mais uma vez, que peça que se retire o cercamento do Congresso Nacional. Eu acho isso um precedente gravíssimo! Repito: gravíssimo!

O PT vota “não”. Mas eu quero aqui falar que o mais importante — nós estamos iniciando a Ordem do Dia nesta Comissão, eu acho que esta é a Casa do Povo — é que não podemos abrir esse precedente. Mais grave ainda, todo mundo sabe a questão que a arma de fogo provoca e coloca o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. É uma vergonha que esta Casa permita polícias armadas com arma de fogo!

Então, eu quero pedir a V.Exa., que está conduzindo aqui os trabalhos e buscando garantir a democracia, que imponha a regra, o Regimento desta Casa, que não permite nem cercamento do Congresso nem arma de fogo. Eu quero pedir a V.Exa. essa medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - “Não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor! O PT vota “não”.

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - “Não” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PDT vota “não”.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Estou tentando votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Nós vamos voltar. Aos partidos que não votaram, nós vamos voltar.

Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Primeiro, quero registrar o meu protesto a que esta Comissão funcione nas condições em que se encontra a Câmara. Por ato democrático, nós tínhamos que interromper isto aqui, irmos ao



Presidente da Câmara e exigir que ele cumpra o Regimento da Casa. Essa portaria dá o número de pessoas, tem zero aqui dentro! É um absurdo que esta Câmara funcione no estado de sítio em que estamos aqui colocados. É um absurdo!

Estou provocando reunião das Lideranças para irmos ao Presidente Rodrigo Maia, porque é um absurdo acontecer uma coisa dessas aqui. Isso tinha que ser interrompido, nem que fosse por 15 minutos, para esses Deputados que tanto falam em democracia, depois de já a terem violado tantas vezes, irem ao Presidente da Câmara. É um absurdo o que estamos fazendo aqui, coonestando essa arbitrariedade que está sendo vivida pelo Parlamento brasileiro!

Nós vamos votar “sim”, pelo conteúdo, mas protestando contra esse estado de coisas que nós estamos vivendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputada, eu acredito que a senhora gostaria de votar “não”.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - “Não” é o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - “Não” é votar a favor do acordo do destaque.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Dá para voltar o som?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É “não” ao texto, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Isso, exatamente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Então, é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, corrigindo o voto: o PCdoB vota “não”.

Como vota o PHS, Deputado Givaldo Carimbão? Desculpe-me, Deputado Pastor Eurico. *(Pausa.)* Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o companheiro Arnaldo Faria de Sá, um grande lutador, e dizer que o PHS sempre cumpre acordo. Por isso, vota “não”.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Parabéns, Eurico!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PHS vota “não”.

Como vota o PSOL? *(Pausa.)* Vou até o fim e volto.

Como vota o PROS? *(Pausa.)*



Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PSOL quer manifestar o repúdio à decisão de cercar o Congresso Nacional, quer manifestar o repúdio ao estado de sítio que nós estamos vivendo, um regime de exceção. Isso representa o medo — medo! — que esses Deputados e este Governo golpista têm da presença do povo na Casa do Povo. Nós não aceitamos isso. Isso é um autoritarismo, é um golpismo inaceitável!

E nós entendemos que polícia armada dentro da Câmara dos Deputados pode causar acidentes irreversíveis através do uso de armas letais. Isso não se faz. Isso é para ameaçar o povo! E é a sinalização de que o povo não vai chegar perto do Congresso Nacional durante todas as manifestações. Nosso repúdio...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - “Não” ao texto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PSOL vota “não”.

Como vota a Rede? *(Pausa.)* Vou voltar. Vou chegar ao final e voltar.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, eu queria votar pelo PP.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, a Rede lamenta e repudia um Congresso que, para votar suas matérias, precisa se cercar de polícia. A Rede lamenta e repudia a substituição de membros nesta Comissão e a ameaça a colegas para que votem como deseja o Governo — outro ataque à democracia. E, por fim, Presidente, a Rede lamenta e repudia essa notícia hoje publicada na *Folha de S.Paulo* que diz que o Governo vai liberar 2 bilhões para alcançar 330 votos. Lamentavelmente, por uma infeliz coincidência, a matéria foi publicada no *Caderno Mercado*.

**(Não identificado)** - Estou dentro. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - E deveria ser no *Caderno Política*, mas saiu no *Caderno Mercado*. Isso desmoraliza a democracia brasileira.

Presidente, portanto, a Rede repudia tudo isso e vota “não” a essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PRP? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?



**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - O PROS vota “não”.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu quero tomar aqui mais 1 minuto, pela Minoria, para dizer o seguinte: essa matéria, Deputado Molon, não era para estar no caderno de política, era para estar no caderno de polícia — é diferente —, no caderno policial, porque é uma vergonha os Deputados se submeterem e se exporem a ser comprados para votarem a reforma da Previdência. É literalmente isso o que o Governo está fazendo com sua base aqui dentro. E divulgando e ajudando a divulgar, o que é pior ainda!

O pior de tudo é a mudança do Estatuto do Desarmamento, sem passar por lei, mudando regulamentos e portarias, colocando em risco a vida das pessoas. Além de tudo isso, eles estão dividindo em 240 parcelas para os empresários que estão aqui dentro, os Deputados, que devem à Receita. É uma vergonha o que está acontecendo!

Mas, apesar de tudo isso, os senhores irão perder no plenário.

Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PP? Gostaria de se manifestar, Deputado Maia Filho?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Posso, Sr. Presidente, votar pelo PROS rapidamente? O voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Claro.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo, porque V.Exa. não pôde me conceder aqueles 2 minutos, mas vou utilizar 1 minuto para dizer que aqui houve uma situação atípica. Aqui não houve invasão de povo para dialogar ou para reivindicar. Aqui houve um movimento corporativista que empurrou V.Exa para fora da sua cadeira e nos deixou enclausurados por quase 20 minutos, sem poder sair, com policiais invadindo esta Casa. Foi um momento bastante temerário, porque quem estava aqui não eram professores, eram agentes penitenciários que vieram aqui para um enfrentamento.

E, quanto ao mérito, Sr. Presidente, sou a favor dos agentes penitenciários, mas nós não podemos perder a nossa liberdade e a nossa autoridade de votarmos livremente, a não ser que se mude a Constituição. Mas os representantes do povo somos nós, Deputados, que fomos eleitos e escolhidos. Então, aquela situação não



pode mais se repetir, sob pena de nós perdermos a liberdade de trabalhar com tranquilidade aqui dentro. Isso deve ser considerado.

O voto é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Primeiro, quero lamentar o fechamento do acesso à Casa. Isso é lamentável, é uma medida de exceção. Segundo, quero dizer que o próprio Relator, na última reunião, reconheceu que o relatório... Eu estou dizendo que nisso o relatório é ruim, pois prejudicará os mais pobres. Mas a proposta original seria muito pior, na medida em que proíbe àqueles trabalhadores e trabalhadoras a possibilidade de demandar judicialmente, nos seus respectivos Estados, contendas previdenciárias. Eles teriam que fazer uma recorrência à Justiça Federal. Portanto, nosso encaminhamento nesta matéria é para recuperar, votando “não” ao texto original.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - O Solidariedade vai acompanhar o destaque que foi encabeçado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que trata das causas de acidente de trabalho em que a União ou autarquia forem parte. Esses casos a Justiça Estadual hoje julga e pode continuar julgando. O texto falava em deslocar isso para a Justiça Federal, o que é impróprio. Vamos votar “não”.

Quero complementar dizendo que nós estamos num exagero de medidas, porque a pressão de todos os segmentos da sociedade que não estão satisfeitos com esse relatório, de forma nenhuma, vai aumentar significativamente até esse projeto ser derrotado em plenário. Essas medidas de obstrução e de cerceamento de acesso são preocupação demais, porque a pressão ainda nem começou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PEN? O PEN quer se manifestar?

**O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA** - Deputado Marun, o PEN só quer deixar registrado que vai reiterar o acordo feito com o Deputado Arnaldo Faria de Sá e o Deputado Jordy naquilo que foi acertado com V.Exa., Sr. Presidente.

O PEN acompanhará em plenário o destaque.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Todos já se manifestaram? *(Pausa.)*

Existe um acordo para votação simbólica.

Aqueles Deputados que discordam, ou seja, que votam “não” permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o “não”, com o voto contrário do Deputado Alessandro Molon.

Ah, não?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu não entendi o encaminhamento de V.Exa.: “*aqueles que concordam com o destaque?*”

Eu votei a favor do destaque supressivo, Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Está fora do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Fora do texto.

Vamos ao próximo DVS.

Estão inscritos...

O destaque é do Deputado Heitor Schuch...

V.Exa. já se inscreveu aqui? V.Exa. é contra o destaque?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, só uma correção, perdoe-me V.Exa. O destaque era para votação em separado. Portanto, todos nós deveríamos ter levantado a mão, correto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu coloquei o “não”, a prevalência do “não”. Quem concorda com o “não” fica como está, positivo?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - V.Exa. inverteu a forma de votar. O.k. “Não” para todos.

Eu declaro o meu voto “não”, Presidente. Eu votei “não” também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Todos votaram “não”. Fica registrado que o senhor votou “não” também.

Deputado Schuch, V.Exa. está inscrito para encaminhar contra a matéria, contra o Destaque 12, é isso?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Contra o texto, não. Contra a matéria destacada. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - É "não" ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, estão inscritos para falar o Deputado Assis do Couto e o Deputado Heitor Schuch.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Somos o autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Quem é o autor?

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - É o PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, V.Exa. vai falar favoravelmente ao destaque.

O Deputado Darcísio Perondi encaminhará contra o destaque.

Então, nós temos aqui dois inscritos para usar a palavra: o Deputado Assis do Couto e o Deputado Edmilson Rodrigues. Só um poderá falar neste momento.

Um dos dois poderia abrir mão da palavra ou eu decido?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - O Deputado Assis do Couto está presente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Deixe-o falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, falará o Deputado Assis do Couto.

E onde se encontra o Deputado Mauro Pereira? *(Pausa.)*

O Deputado Lelo Coimbra falará contra o destaque, a favor do texto, digamos assim. Positivo?

Então, para encaminhar a favor do destaque, passo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Heitor Schuch.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, desde o início dessa discussão, nós temos uma posição muito clara em relação a esse tema: criar uma contribuição individual para recolher a Previdência Social dos agricultores familiares deste País é jogá-los todos para fora da Previdência e encaminhá-los automaticamente para a assistência social.

Diante disso, é importante não esquecermos que o agricultor, no caso o homem, aposenta-se aos 60 anos de idade, mas não para de produzir, ele não deixa



de contribuir para a Previdência Social. Será que há alguém aqui nesta Comissão que acredita que, se um agricultor se aposentar hoje, amanhã ele vai vender os suínos, as aves, vai se desfazer da propriedade e vai embora? Não. É costume, é normal, é natural que as pessoas que vivem no meio rural, quando chegam à idade de se aposentar, continuem com a sua atividade econômica por pelo menos mais 15 anos, 20 anos, conforme a saúde delas, tanto os homens como as mulheres. Aliás, nunca vi um agricultor, ao completar 60 anos, e uma agricultora, ao completar 55 anos, conseguirem viver tão somente com o salário mínimo, precisando comprar remédio, pagar conta de energia elétrica e outras tantas despesas que são naturais no cotidiano das pessoas. A vida continua, o trabalho não termina, as atividades laborais são diuturnas.

Nós precisamos compreender muito bem o que está posto neste texto, porque estamos falando da agricultura, do segurado especial, e não de um cidadão como o servidor público. Este, ao se aposentar, não vai mais comparecer ao seu local de trabalho. No dia seguinte, alguém estará no lugar dele, pois ele não estará mais naquela atividade.

Portanto, eu queria dizer aqui e reiterar com muita propriedade — não é a primeira vez que nós falamos disso — que esse assunto precisa ser tratado de maneira diferente, pois não se pode tratar os diferentes de maneira igual.

A nota técnica expedida pela própria CONTAG, junto com as suas federações e os seus sindicatos, é muito clara. Passo a ler o que ela diz que tem sido feito junto aos órgãos do Governo:

*A propósito, os órgãos de governo (DATAPREV e INSS) já vêm construindo ferramentas tecnológicas para aprimorar o funcionamento da previdência rural. Com base no que determina a Lei nº 11.718, de 2008, que praticamente faz uma minirreforma desse subsistema, o INSS e a DATAPREV vêm desenvolvendo o CNIS-Rural, que permite identificar individualmente o segurado especial e o seu respectivo grupo familiar, bem como permite aprimorar a arrecadação proveniente da comercialização da produção rural, mediante informações*



*a serem prestadas pelos próprios segurados especiais (...)*

E segue dizendo:

*Na impossibilidade de as famílias rurais efetuarem contribuições para garantir a proteção de todos os seus membros, o mecanismo de contribuição individual praticamente induz o grupo familiar a tentar garantir a proteção previdenciária para ao menos um de seus membros.*

O que vai acontecer na prática, Srs. Deputados? Naqueles lugares onde as pessoas estão há 3 anos, 4 anos, 5 anos sem safra por causa da ausência da chuva, da seca, de outras coisas mais que castigam o produtor, essas pessoas não vão ter condições de, nos últimos 15 anos, contribuir para a Previdência de forma individual, seja mensal, seja bimensal.

Portanto, a ferramenta que existe hoje, de se contribuir com a venda da produção do arroz, do milho, da fruta, do feijão, de todos os produtos agrícolas, funciona e pode ser aprimorada — é claro que pode! Entretanto, nós não podemos abandonar algo que está certo e colocar no lugar algo que é duvidoso, que não dá a garantia de que todos os membros do grupo familiar tenham essa contribuição e um dia possam se aposentar.

Concluo com o que está escrito nessa norma técnica — ênfase que isso aqui foi escrito pelo DATAPREV e pelo INSS, no Cadastro Nacional de Informações Sociais:

*Cumprе enfatizar que a regulação e o aperfeiçoamento da arrecadação das contribuições incidentes sobre a venda da produção também interessa aos Estados e aos Municípios, pois os mesmos poderão melhorar a sua arrecadação e aperfeiçoar a distribuição dos impostos em seus respectivos territórios, especialmente do ICMS.*



*Extinguir, por sua vez, essa forma de contribuição e de arrecadação, como quer o Governo com a PEC 287, vai afetar as receitas tributárias desses entes federados.*

Sr. Presidente, esse texto vai na contramão, e o Governo vai ser...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que, se o Governo, em especial no Sul do Brasil, aplicar a contribuição individual, vai arrecadar menos do que arrecada hoje sobre a venda da produção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O encaminhamento é "sim" ao texto.

Rapidamente, o cadastramento é exatamente para evitar a judicialização, que é 33%. E todos os presidentes de sindicatos sabem o que acontece quando as pessoas se aposentam, sejam elas das cidades, sejam elas do campo. É uma confusão. O Governo gasta 113 bilhões, arrecada 10 bilhões e do Tesouro vão mais 113 bilhões. Então, o cadastramento vai evitar a judicialização.

O Governo sabe que não vai cobrir esse buraco, que vai mantê-lo. Tanto é que, com a reforma, o agricultor vai contribuir 15 anos, depois não vai contribuir mais e vai ter mais 40 anos de atividade.

Esse foi um acordo feito com os Deputados que foram ao interior e ouviram a FETAG. Nós, Deputados do Rio Grande do Sul, também ouvimos a FETAG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que pediu uma redução, uma negociação. E ficou bom. Ficou realmente bom, depois de o Governo ouvir, de os Relatores ouvirem. Estamos fazendo uma melhora excepcional. Ouvimos sim os agricultores. Vou repetir: eles vão contribuir por apenas 15 anos e têm uma idade laborativa de 40 anos. Ouvimos a base dos pequenos, dos médios e dos grandes. Houve uma grande negociação.

Parabéns, Deputado Arthur Oliveira Maia, por ter a tolerância e o entendimento que a área rural pediu. Todos têm que contribuir nesta reforma. Os agricultores vão dar uma pequena contribuição: as mulheres vão se aposentar aos



57 anos e os homens, aos 60 anos. Com o cadastramento, vai-se evitar esse buraco de 33 milhões, que, este ano, vai ser maior.

Parabéns ao Deputado Arthur Oliveira Maia, pela capacidade de negociação, e aos Deputados que trouxeram as sugestões.

“Sim”, encaminhamos a toda base o voto “sim” ao texto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar pelo destaque e contra o texto, concedo a palavra ao Deputado Assis do Couto, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, primeiro quero aproveitar para falar aquilo que eu queria ter falado naquela debate em que V.Exa. não me deu a palavra.

Pelo que se constata aqui, há um estado de sítio instalado nesta Casa, neste Congresso. Que há uma anormalidade política que dura 2 anos e que se agravou, nesse ano que passou, 2016, todo mundo sabe. Essa anormalidade política é que enseja essas reformas que estão em debate.

Ora, Sr. Presidente, se há um estado de sítio, se há um Congresso cercado, se há agentes armados com armas letais aqui nesta Casa, esta reforma tinha que parar, com base no art. 60 da Constituição Federal.

O art. 60, § 1º diz o seguinte — e quero deixar isso claro para a sociedade:

Art. 60.....  
.....

*§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.*

Esta reforma tinha que ser parada imediatamente. Essa avaliação, Sr. Presidente, é preciso ser mostrada para a sociedade brasileira. Infelizmente nós estamos fazendo algo inconstitucional aqui nesta Casa.

Em relação ao destaque do PSB, o destaque aqui apresentado pelo Deputado Heitor Schuch, eu quero reforçar alguns pontos. Primeiro, nós conseguimos, na Constituição Federal de 1988, no art. 195, § 8º, criar a figura da segurado especial da Previdência. Esse segurado especial, principalmente os nossos agricultores e agricultoras familiares, precisa comprovar a atividade através da venda da produção



e da declaração de atividade. Muitos lugares anotam a comprovação de nota de produção, mas, às vezes, não é possível, porque nem existe a nota. Mas essa gente trabalha, produz, alimenta o País, vive em regiões com inúmeras contradições.

O que é esta PEC 287, Sr. Relator, Deputado Arthur Maia, que não participou da audiência pública que fizemos na Comissão de Agricultura e não indicou um substituto? Nós trouxemos depoimentos de agricultores que declararam a sua contribuição à Previdência Social.

Eu queria ver quem está falando a verdade aqui, se é o Relator ou o Líder do Governo. O Relator me disse outro dia: *“Olhe, constatamos que os agricultores familiares não contribuíram com mais de 800 mil reais por ano.”* Agora o Líder do Governo fala em 7 ou 8 bilhões de reais. Não sei quem está falando a verdade.

A verdade é que há muita gente neste País, Sr. Relator, Sr. Líder do Governo, Sr. Presidente, que levanta às 4 horas da madrugada, para trabalhar e produzir comida, e vai dormir às 10 horas, 11 horas da noite.

É desses que V.Exas. querem retirar a contribuição e transformar em contribuição individual com base no salário mínimo. Mais do que retirar a oportunidade da arrecadação, V.Exas. vão reduzir a arrecadação da Previdência.

V.Exas. estão tirando o direito de uma classe, de um setor que produz riqueza para este País. V.Exas. estão dando uma paulada na agricultura familiar, que conseguiu se erguer nesses últimos anos não só pela Previdência, mas pelos programas que existem e pela Lei da Agricultura Familiar, a Lei nº 11.326, de 2006.

Por isso nós aqui somos contra. Vamos voltar a construir a pobreza no campo. O Deputado Edmilson me lembrava de que o Deputado Nilson Leitão tem um projeto que sugere o pagamento ao trabalhador rural com moradia e comida. Nós vamos reconstruir a pobreza, a escravidão no campo com esta medida que nós estamos tomando aqui.

Portanto somos a favor do destaque e contra essa atrocidade, essa crueldade com esse setor que traz para a mesa dos brasileiros mais de 70% da alimentação. Esta é também uma medida contra a segurança alimentar do País. Por isso nós somos a favor do destaque do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar a favor do texto, passo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia, por 5 minutos.



**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem dúvida esta questão foi uma das mais debatidas e aquela em que o nosso Governo e o próprio relatório mais cedeu para que se construísse um acordo.

Hoje o trabalhador rural se aposenta aos 60 anos de idade, no caso do homem. Isso foi mantido exatamente como é. A mulher trabalhadora rural da agricultura familiar se aposenta aos 55 anos. Essa idade foi elevada para 57, para que se cumpra a mesma regra das outras mulheres brasileiras, uma vez que estabelecemos no texto 65 anos para o homem e 62 anos para mulher.

Portanto...

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Considerando o gatilho demográfico, não é essa a realidade.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Se V.Exa. me deixar falar, Deputado, eu vou lhe agradecer. Eu ouvi respeitosamente a fala de V.Exa. Se V.Exa. tiver educação para me ouvir, eu vou lhe agradecer.

Então, nós tivemos, portanto...

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos garantir a palavra ao Relator!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Então, Sr. Presidente, foi mantido exatamente como está na regra dos trabalhadores gerais e não houve praticamente modificação nenhuma.

Em relação à participação do sindicato, eu sei que é um tema que irrita aqueles que estão contra a contribuição do trabalhador. O trabalhador pagará à Previdência o mesmo valor que paga aos sindicatos.

Agora, não acontecerá mais essa intermediação de sindicatos, que hoje fornecem o DAP, que é o documento de acesso ao PRONAF. Esse é o documento que o trabalhador rural tem que levar ao INSS para se aposentar. E esse documento, agora, não vai mais ser fornecido por sindicato. Não há o porquê disso. O trabalhador pode ir diretamente ao INSS e solicitar que lhe forneçam o DAP para que se aposente.

Então, não haverá prejuízo algum para o trabalhador. Ele contribuirá exatamente com o mesmo valor que paga ao sindicato. Tudo o que foi para trás está



valendo, ou seja, se o trabalhador até hoje contribuiu por 10 anos, 12 anos, no sistema atual, vale o sistema atual. Não há problema nenhum. Agora, o que nós tiramos realmente foi a participação do sindicato. Quem troca ao fazer uma assessoria — vamos dizer assim — para que o trabalhador se aposente, fica *ad aeternum* recebendo um percentual da aposentadoria do trabalhador. E aqui não dizem que, quando o trabalhador rural se aposenta, o sindicato exige que o trabalhador dê a ele uma autorização para que, todo o mês, sejam retirados da aposentadoria pobre do trabalhador 1%, 2%, 3%, até 5%. Isso vai acabar. O trabalhador não precisa desse tipo de gente. Não precisa disso.

Fizemos, portanto, uma regra em que o pagamento pode ser mensal, pode ser semestral, pode ser até...

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Deputado Arthur, qual o tipo de gente que V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu quero que V.Exa. me deixe falar. Eu quero falar, Deputado!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está garantida a palavra ao Relator!

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Tenha mais respeito com o povo brasileiro!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - O que estamos fazendo aqui — e eu vejo a histeria de alguns...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Reponha-se meio minuto no tempo do Relator.

A palavra é sua, Relator.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Quero dizer, Sr. Presidente, que aquilo que fizemos no texto vem em benefício do trabalhador rural. A contribuição, que poderá ser de 15 ou 20 reais, pode ser mensal, pode ser semestral, pode ser anual. E, com isso, retira-se completamente aquele argumento de que o trabalhador só pode pagar quando trabalha na safra etc.. Agora, o cálculo precisa ser feito. Se se pagar 20 reais por mês ao trabalhador rural durante 15 anos, pagar-se-á pagar 240 reais por ano, portanto, pagará, em 15 anos, 3 mil e 600 reais,



ao longo de toda a vida, e receberá a aposentadoria de 1 salário mínimo durante 30 anos. Então, convenhamos, é um benefício em que se está exigindo do trabalhador um mínimo de contribuição.

Agora, é muito mais razoável que o trabalhador contribua para o INSS do que para o sindicato. É óbvio! Há um déficit no INSS. Por que, em vez de pagar o INSS...

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Há um preconceito do Governo contra o sindicato!

**(Não identificado)** - Tira o dinheiro do Sistema S.

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Nem a lei ordinária fala coisas que estamos colocando aqui.

**(Não identificado)** - Isso é um absurdo! Está falando absurdos!

**(Não identificado)** - É um absurdo!

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Na hora de pedir o voto ao trabalhador rural de Bom Jesus, V.Exa. vai. Agora, na hora de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Reponho 30 segundos no tempo do Relator.

A palavra é sua, Relator.

**(Não identificado)** - A senzala, Relator, V.Exa. vai colocar quando aí no texto? Isso só pode ter senzala agora!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Toda vez que um orador foi interrompido indevidamente, reporei o tempo de S.Exa. em 30 segundos.

V.Exa. tem, do tempo que possuía quando da paralisação, mais 30 segundos. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, eu quero dizer que essa questão do trabalhador rural está devidamente a favor do trabalhador rural — absolutamente a favor.

A idade para aposentadoria da mulher foi alterada em apenas 2 anos, mas isso não é agora, vai começar a contar em 2020 e na razão de 1 ano para cada 2 de calendário. Na verdade, faltam 3 anos para 2020, e a trabalhadora rural só começará a se aposentar com 57 anos daqui a 7 anos, em 2024. Até lá, serão mantidas as regras que nós temos hoje.



Para os homens, mantivemos os 60 anos, que foi um tema recorrente, durante as audiências públicas, contra o projeto do Governo. Nós fizemos essa modificação, e agora buscam aqui novos argumentos, novas razões para querer atacar o trabalho que fizemos.

Eu sei que, na verdade, muita gente que fala desse jeito está zangada, está sentida, pelo fato de nós tiramos do trabalhador este encargo. Aposentar pela metodologia de hoje implica que a pessoa vai ter, durante a vida inteira, o desconto do sindicato em sua aposentadoria. Nisso nós de fato interferimos, para proteger o trabalhador rural.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos à votação!

Orientação de bancada, antes que os nobres colegas expressem seus votos.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, a base do Governo vota "sim" para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A base vota "sim", que quer dizer manter o texto do Relator. "Sim" é para manter o texto do Relator; "não" é para que o texto do Relator seja alterado.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - O voto seria "não" então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, o voto é "não".

"Sim" é para que se mantenha o texto do Relator, e "não" é para que se altere o texto do Relator.

A base do Governo vota "sim". Todos os partidos da base devem votar "sim".

Como vota o Partido dos Trabalhadores, o PT?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta que o PSB apresenta é que se mantenha a contribuição dos agricultores e agricultoras por meio de um percentual sobre a comercialização. É essa a intenção. Isso, inclusive, permitiria que a comercialização aumentasse, até porque recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu que também as pessoas jurídicas agora vão ter que recolher sobre esses 2,1%. Do jeito que está posto, vai cair a arrecadação. Se o Governo olhasse os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ou olhasse o Censo Agropecuário, ele veria que 61% dos agricultores familiares não têm renda suficiente para pagar a contribuição mensal e não pagarão essa contribuição mensal. Logo, a arrecadação vai cair.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Além do mais, eles ficarão privados da sua contribuição.

O PT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PT vota “não”.

Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência aqui. Relator, com todo o respeito, V.Exa. está confundindo alhos com bugalhos. Em primeiro lugar, não há sindicato que aposente alguém. O sindicato não paga aposentadoria para ninguém, o que o sindicato pode fazer é encaminhar o processo, tão somente. Isso é outra coisa.

Eu queria dizer que quem avisa amigo é. Mudar o sistema de contribuição é um risco, salvo para quem concordar em excluir os agricultores familiares do Regime Geral da Previdência Social. O agricultor contribui para a Previdência toda vez que comercializa sua produção. O agricultor não tem salário fixo nem carteira assinada, logo, não tem renda para fazer essa contribuição regularmente. Todos sabem que, se a pessoa não contribuir, não terá direito ao benefício. Para o campo, para a agricultura, para a lavoura não basta só máquina e tecnologia, é preciso gente lá. Nós somos da opinião de que esse assunto é ruim para todos, inclusive para o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o seu partido, Deputado?

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, o PDT, é claro, vota “não”, mas quero reforçar o que já foi dito por vários Deputados.

Veja bem, Relator: a confusão em relação ao sindicato e à contribuição revela o verdadeiro propósito desta reforma, entre outros, que é atacar, generalizar, criminalizar a organização sindical, que há 50 anos, 60 anos contribui para este País. A expressão de V.Exa., se é a expressão do Governo, revela esse preconceito e essa criminalização da organização sindical. Quer se colocar na Constituição Federal algo que nem está na lei ordinária, como a questão sindical. Não estamos



tratando desse item, ele está em outro ponto, que também precisa de destaque para ser retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o partido de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - O PDT, é claro, pela sua história, pelo seu compromisso com os trabalhadores rurais, desde as Ligas Camponesas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o seu partido: “sim” ou “não”?

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - O PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Sr. Presidente, nós temos mais de 5 milhões de famílias na agricultura familiar sem condição de ter esse compromisso da contribuição mensal, o que vai implicar no fim da aposentadoria para milhões e milhões de trabalhadores no campo.

Então, por coerência, o Solidariedade diz “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, companheiros e companheiras, com todo o respeito, não representa a verdade o que o Relator colocou quando disse que são 20 reais. Está escrito que é em até 5%. Em até 5% não são 20 reais; poderá ser. Poderá não quer dizer que será. Vamos lá. Hoje se aposentam o homem e a mulher com 2 salários mínimos para a renda da família. Se for 5%, para nós, 100 reais significam 90 reais. Para nós não é nada, mas para o trabalhador rural que está lá embaixo pagar 90 reais por mês... Porque poderá ser 90 reais, são 5%. Não está dizendo que são 20 reais, não. O esposo e a esposa, que são trabalhadores rurais, podem pagar 90 reais. Isso é muito dinheiro para quem não tem. Qual é a proposta? No Nordeste, em Alagoas, o meu Estado, passaram 6 anos sem produzir nada. A seca bateu!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o seu partido, Deputado?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Assim sendo, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que voto “não”, conscientemente, em defesa dos trabalhadores.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?  
(Pausa.)

Houve um engano por parte da Mesa, eu pulei o PCdoB. Como vota o PCdoB?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, houve uma tergiversação do Relator. Não se está discutindo aqui questão sindical. Está-se discutindo aqui a forma de contribuição da família, do agricultor familiar, ao sistema previdenciário.

Essa proposta do Relator inviabiliza a contribuição da agricultura familiar, porque não são só 20 reais. Hoje a agricultura familiar paga um percentual sobre a sua produção para a família. Ele individualiza as contribuições, portanto as torna proibitivas. E a forma não leva em consideração a realidade da economia rural. Portanto exige um pagamento mensal por cabeça na família. Isso inviabiliza o pagamento da Previdência Social para o homem e a mulher do campo. Então, esse relatório é excludente. Essa Previdência vai ficar inviável para o homem do campo.

Por isso o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Arthur Maia fosse mais respeitoso para com os trabalhadores em geral, e os trabalhadores rurais em particular. Gostaria que respeitasse o direito democrático de o trabalhador se organizar sindicalmente. O trabalhador tem o direito de se organizar em sindicato. Este Parlamento não tem o direito de intervir nos sindicatos, como o Relator propõe. Quando ele se refere às organizações sindicais como “essa gente”, ele que dirija essas palavras aos que querem, por exemplo, aprovar aqui o REFIS para favorecer Deputados e Senadores que devem 3 bilhões. Essa é a dívida de Deputados e Senadores que estão votando aqui para se autoprotoger.

Então, é a injustiça que é perpetrada nesse voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O partido de V.Exa. vota “não”?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Desculpe-me. V.Exa. estava lá; procurei-o no lugar anterior, e não o vi.

É uma satisfação ouvi-lo, Deputado Eros Biondini.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, além de conhecer muito bem a realidade do trabalhador rural do meu Estado, Minas Gerais, até mesmo pela minha formação como Médico Veterinário — atuei por 10 anos, seguindo a carreira do meu pai, no meio rural —, sabedor do sofrimento dessa classe, também tenho oportunidade de percorrer outros Estados do Brasil pela atividade que realizo. Outro dia mesmo estive no Sertão de Alagoas, acompanhando o Deputado Givaldo Carimbão. Tudo isso nos dá uma base, um fundamento para a nossa defesa em relação a esse texto e, conseqüentemente, ao destaque.

Por isso, o PROS, de forma convicta, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, nós votamos “não”, porque entendemos que o texto adotado prejudica trabalhadores rurais e impõe um dever de contribuição superior ao dever atual. Entendemos que isso é um passo atrás, é um retrocesso, e não um avanço.

A cidade e a aposentadoria no Brasil devem estimular a permanência das pessoas no campo, e não o contrário, ou seja, estimular o êxodo rural pelo aumento das dificuldades do trabalhador rural.

Por considerar um passo atrás, em direção equivocada, errada, nós votamos “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PRP? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Um momento. Antes do voto da Minoria, existe um pedido de orientação do DEM.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

V.Exa. tem 1 minuto.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Em 1 minuto, eu vou apoiar o Relator. Esse tema foi aquele que a base mais discutiu, e nós evoluímos bastante. Quero louvar o Relator por ter aceitado e pressionado, inclusive, alguns segmentos do próprio Governo que não queriam mudar.

Mas evidentemente que, neste momento, tanto a reforma trabalhista quanto a reforma previdenciária estão acabando com os sindicatos do Estado.

Eu estive na Alemanha agora vendo o financiamento de partidos. Lá, não se admite... Tem financiamento público de partido, mas eles não querem — aprenderam com duas guerras — partidos do Governo, partidos mantidos pelos Estados. Então, para receberem ajuda do Governo, os partidos têm que ter ajuda privada. Para os pequenos partidos, é 1 para 1, ou seja, 1 euro para 1 euro. Para os partidos maiores, é 1 euro, e recebem do Governo 0,4 euros.

Portanto, para receber os recursos do Governo, tem que haver recurso privado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O partido de V.Exa. vota “sim” ou “não”?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - No Brasil, nós estamos fortalecendo os sindicatos, porque, acabando com eles...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O partido de V.Exa. vota “sim” ou “não”?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, há algumas formas de desrespeito ao povo brasileiro. A primeira é falar inverdade no conteúdo da matéria. Não há negociação com os trabalhadores rurais. A CONTAG, assim como a grande maioria, se não a totalidade dos trabalhadores rurais, é contra esse texto aqui apresentado.

A segunda é que as mulheres não tiveram vantagem nenhuma. A idade aumentou de 55 anos para 57 anos. Com o gatilho demográfico, essa idade vai aumentar, como vai aumentar para o conjunto dos trabalhadores.

A terceira é que o que está em jogo aqui não é se o sindicato vai ter ou não contribuição. Essa é outra discussão, até porque eu defendo a liberdade de



associação e de sindicato. Isso é um direito e um privilégio do povo brasileiro. O problema aqui é se eles vão conseguir se aposentar. E essa PEC, esse texto é da exclusão. ]

Já eram os 15 anos! Não há como cumprir a contribuição individual para garantir aposentaria. Não há como! A adimplência do meio no setor urbano é só de 40%. Imaginem no campo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A Minoria vota “sim” ou “não”, Deputada?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Cobre, Relator, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural dos empresários rurais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vota “não”. Positivo.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Peço a palavra para uma questão de ordem, baseada no art. 192.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - A questão de ordem que faço é baseada no art. 192, § 2º, que trata do uso da palavra por dois oradores a favor e por dois contrários à matéria.

*Art.192. ....*

*§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da liderança, pelo tempo não excedente a um minuto.*

Não pode o Líder da Minoria ou quem quer que seja dizer como é que vai ser a votação dos demais partidos. Cada partido tem que dizer como é que vai ser a sua votação. Não pode o Líder da Maioria, o Líder do Governo, chegar aqui e dizer: “Os partidos da base votam todos assim”. Cada partido tem que dizer como vai votar. É o que diz o Regimento Interno.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A não ser que sejam carneirinhos, soldadinhos de chumbo.



**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Nem que diga só “sim”, nem que diga só “não”, mas não é possível alguém dizer: “*Não, põe tudo aqui. A base vota assim*”.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Soldadinho de chumbo.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Não é o que diz o Regimento Interno, Sr. Presidente. Cada Líder tem que se manifestar ou designar algum Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu respondo a questão de ordem, lendo o parágrafo que V.Exa. destaca:

*Art. 192. ....*

*§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se (...)*

Todos estão podendo se manifestar. Existe uma orientação inicial, e todos os que desejarem poderão fazê-lo, em conformidade com o que fez o Deputado Maia Filho, num momento anterior, o Deputado José Carlos Aleluia agora e o Deputado Marreca, do PEN.

Desta forma, está respondida a questão de ordem de V.Exa.

Vamos à votação.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Não, não, não, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Se o Líder não quer se manifestar, não pode...

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - É isso, não pode constar a orientação. O Líder pode não querer orientar.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Ele pode não querer orientar.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Mas não pode um Líder orientar por todos. Isso está errado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ele pode não querer, mas o Presidente tem que chamar o Líder.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Pode deixar em branco.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Ele pode se abster de orientar. De fato, V.Exa. tem razão. Ele pode não querer orientar, pode não designar ninguém, mas não pode votar...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O Presidente chama.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu entendi.



Vou iniciar a votação e avaliarei.

Concedo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Quero fazer duas referências. A primeira é que se pode indicar um Líder para falar em nome de todos. Isso tem sido uma prática em Plenário e aqui, desde o começo. Isso não é problema.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - De todos, não; do seu partido.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - O segundo ponto é o “poderá”.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Quando há acordo, não há problema; quando não há acordo, tem que seguir o Regimento Interno.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Poderá contraditar, se o encaminhamento não for do seu agrado, ou não. Nesse sentido, o encaminhamento é de base de Governo, e os partidos assim o afirmam, na mesma condição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente. Eu vou responder no devido tempo a questão de ordem de V.Exa.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Antes de passar a palavra ao Deputado Maia Filho — é o senhor que está me solicitando? — quero só colocar uma situação: nós não vamos paralisar os trabalhos para o almoço.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não vamos. Não vamos, Deputado Perondi.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Presidente, atenda ao Deputado Perondi: vamos fazer interrupção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não vamos paralisar.

O Deputado que desejar receber um lanche levante o braço — os Deputados! Será uma cortesia deste Presidente. Um x-salada com ovo está bom? Quem quiser levante o braço. Vou contar. Depois não adianta não levantar o braço e...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - De onde é que vem o x-salada? Pode ser lá do Marvin, do Marieta?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - É melhor suspender, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Virão vinte lanches. Quem não levantou está fora.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não pode ser um queijo quente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente. A votação está em curso.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Presidente, abra mais a mão aí. Compre uma picanha para cada um.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Marun, mande buscar trinta lanches. Trinta lanches! Para distribuir para os outros...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Se vierem trinta, eu vou querer dois. (*Riso.*)

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É mais fácil parar meia hora para que as pessoas lanchem. Que absurdo isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Não será paralisado. Vamos em frente. Vamos votar.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - O senhor não pode obrigar ninguém a ficar aqui sem se alimentar, não. Que absurdo um negócio desse!

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente Carlos Marun...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Já estão colocando em prática aquela lei do Deputado do PSDB que não dá direito a almoço, de 18 horas.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Estado de exceção aqui também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A palavra foi solicitada pelo Deputado Maia Filho. Na sequência, passarei a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Já estão colocando em prática o projeto de lei do Nilson Leitão, com jornada de 18 horas...

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, respeito ao trabalhador...



**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - O nome dele é sugestivo. Vou mandar lá para o José Simão. Pagar com comida, proposta do Deputado Nilson Leitão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Paga em comida, está colocando em prática.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - É predestinado o Nilson Leitão. Vai pagar os trabalhadores com comida. Leitão! É predestinado.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, não há condições de proferir discurso nesse ambiente. Talvez eu prefira requerer o tempo de Líder depois de concluída a votação.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Pergunto se vai valer o tempo de Líder. Vai? Só quero saber. Então, está bem.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Eu vou, então, aguardar que a votação seja concluída e requerer o tempo da Liderança do PP.

Todo mundo já votou, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não quer usar a palavra agora, Deputado Maia Filho?

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, eu gostaria aqui de corroborar com o Relator no que tange aos trabalhadores rurais. A gente conhece, mais do que ninguém, por ter convivido com eles e por ser oriundo de uma região do sertão, do Semiárido do Piauí, a dificuldade que tem o produtor rural: ele não tem condições nem de sobrevivência, de subsistência.

Sr. Presidente, por gentileza, peça silêncio.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Então, o tempo que foi utilizado de 5% é um teto. É até 5%. Esse valor vai ser definido por nós Parlamentares, e acredito que todos nós vamos ter bom-senso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, interrompa um pouquinho a sua fala.



**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Talvez alguns conheçam o Semiárido como oligarca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu peço respeito para as palavras do Deputado Maia Filho, por favor.

A palavra é sua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MAIA FILHO** - Sr. Presidente, as informações que são passadas e que a população recebe são informações que precisam ser esclarecidas. Eu vejo a preocupação e o desespero do povo do sertão, temendo por sua aposentadoria, e o que o Relator aqui colocou é que o cidadão vai deixar ali de depender de favor, de ser refém de um sindicato. Ele pode se autodeclarar produtor rural.

Eu, que fui prefeito de uma cidade pequena — isso é um testemunho —, sei que em todas as cidades pequenas do Brasil, principalmente do Nordeste, há um vereador vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E, se perguntarmos ao trabalhador em quem vai votar, ele dirá que vai votar no Chico do Sindicato, porque *“eu devo a ele o meu aposento”*. E não é nada disso. O sindicato serve exatamente para dar uma assessoria e não para dizer ao produtor rural ou ao trabalhador rural que ele precisa do sindicato para se aposentar.

Então, ele vai poder fazer uma autodeclaração. A sua contribuição deve ser simbólica. Nós vamos estipular que esse valor seja exatamente na medida do que o produtor rural possa contribuir. Da mesma forma que ele pode contribuir com o pagamento da mensalidade do sindicato, que nunca atrasa, ele poderá também contribuir para a Previdência. Ele poderá ter, nessa situação, condição de se proclamar trabalhador rural e a garantia de que aos 60 anos poderá se aposentar. Isto é o que o Relator colocou. Isso vai dar uma segurança, Sr. Relator, àquelas pessoas mais vulneráveis e que mais precisam.

Nós precisamos esclarecer isso às pessoas. Talvez, nós estejamos fazendo um bem ao produtor rural, porque o que acontece, na prática, é que muita gente deixa de se vincular a algum emprego formal, deixa de trabalhar como funcionário ou de prestar algum serviço que pague INSS para permanecer na informalidade e esperar pela aposentadoria rural. Em consequência disso, tem-se uma fraude muito grande. Mas aí haverá uma solução: quem for trabalhador rural irá receber como



trabalhador rural; quem não for trabalhador rural, aqueles que não tiveram nenhuma condição, vai receber pelo benefício de prestação continuada.

Não podemos brincar com coisas sérias, Sr. Presidente. Treze por cento do PIB brasileiro estão comprometidos com a Previdência, mais do que em muitos países que têm a população mais envelhecida. Em 33 anos, um terço da população brasileira vai estar envelhecida.

Qual será a consequência amanhã de não votarmos essa reforma da Previdência? Vai ser ruim para o Governo Temer? Vai ser ruim politicamente para o Governo Temer? É claro que vai. Vai ser ruim para a economia? Vai ser ruim para os investimentos no Brasil? Vai aumentar o desemprego? É claro que vai. É claro que vai ser um caos para a política do atual Governo, mas também entendemos que será um caos para o Brasil, para este Brasil de 14 milhões de desempregados, Sr. Presidente.

O déficit da Previdência, em 2014, era de 130 bilhões. Hoje, está em 258 bilhões. Está crescendo e crescendo rápido. É evidente que nós temos de fazer um sacrifício, porque se não o fizermos agora, vamos fazê-lo depois, mas esse depois pode custar muito. Podemos até precisar baixar os valores das aposentadorias.

Aqui — ainda falta algum tempo para concluirmos o nosso discurso —, quero dizer que somos favoráveis a muitas matérias. Somos favoráveis à questão dos agentes penitenciários, à aposentadoria diferenciada para os policiais, a uma aposentadoria diferenciada para os professores. Há algumas situações que são inatingíveis, que são questões sociais, mas a reforma da Previdência há de existir. E o produtor rural do Piauí que nos escuta precisa começar a compreender como é que vai funcionar: depois de 15 anos de uma contribuição que seja exatamente simbólica, ele poderá se autoproclamar trabalhador rural e começar a receber a sua aposentadoria com segurança.

Nós precisamos acabar com a fraude, Sr. Presidente. Segundo o IBGE, há mais de 2 milhões de aposentados rurais a mais do que o número de pessoas que estão aposentadas. Então, essas pessoas que preferiram fraudar são pessoas que se desviaram de um emprego, de uma formalização.



O Brasil tem de começar a se consertar. É isso que nós Deputados Federais que representamos o povo do Piauí, até o final dos nossos mandatos, estamos querendo fazer, Sr. Presidente.

Então, era isso que eu gostaria de colocar e de esclarecer. Vamos ter oportunidade de conversar com todos os produtores rurais para dizer que aqui não se está tirando nenhum direito do produtor rural. Pelo contrário, está-se dando a dignidade de eles se autoproclamarem produtores rurais e certamente não terem o risco de no futuro o comprometimento do Brasil com a Previdência ser tão grande que vá chegar um Governo aqui e dizer que vai ter que cortar a aposentadoria rural porque não vai ter mais condições de cumprir com as suas obrigações previdenciárias.

Nós temos que deixar o Brasil tendo a viabilidade de poder cumprir as suas obrigações previdenciárias com a população mais vulnerável, com a população que mais precisa do Estado social, e é isso que nós vamos fazer através desta reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, estou dividindo o tempo de Líder com o Deputado Arlindo Chinaglia, do PT, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos proclamar o resultado: “sim”, 23; “não”, 14.

Esse é o resultado.

Fica mantido o texto do Relator.

Vamos ao próximo destaque.

Eu passo a palavra, pela Liderança, ao Deputado do PT, Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, ouvindo as falações que nos antecederam, eu acho que este debate coloca bem claro o que está em jogo aqui. Ouvi termo como “essa gente”, quando se referiam aos sindicatos, ou ainda termos como os colocados neste momento pelo meu conterrâneo, Deputado Maia Filho — nós inclusive somos votados na mesma cidade.



Ele foi muito honesto, porque o que se está colocando claro aqui é que é uma vingança contra os sindicatos dos trabalhadores, porque, na verdade, o Piauí, como ele bem colocou, está sendo dirigido com muita competência, e lá há uma força sindical muito forte mesmo, na qual eu me incluo.

Quero dizer que em várias cidades, inclusive no Sertão nordestino, na região de Picos, que foi citada há pouco, os trabalhadores rurais eram tratados à base da peia quando os poderosos se apropriavam do comando local. É isso que estão querendo reestabelecer quando os sindicatos avançam, quando os trabalhadores se organizam. Então, na verdade, há um grau de honestidade no voto daqueles que querem prejudicar os trabalhadores rurais. Não dá para justificar o injustificável.

Ora, Sr. Presidente, eu ouvi aqui o Relator dizer, exatamente, que o trabalhador rural não precisa de sindicato para se aposentar. Esse não é o ponto principal. O que está por trás, realmente, é a inacessibilidade do trabalhador à aposentadoria. Se se vingam dos sindicatos, imaginem, lá na região do meu Estado do Piauí, se o trabalhador rural da região do Pio IX ou da região do meu querido Deputado Maia Filho — que é da região paulistana Itainópolis — não tivesse o apoio do sindicato! Ele precisa se deslocar por até 300 quilômetros para achar um posto do INSS. E ele não vai uma única vez. Ele vai precisar ir dezenas de vezes para poder apresentar a documentação que esta PEC exige.

Ora, Sr. Presidente, o que se está dizendo com todas as letras é que esta proposta inviabiliza de uma vez por todas que um homem, uma mulher do campo, do sertão, ou não, venha a se aposentar daqui para frente.

Agora, eu acho que esses Parlamentares vão fazer um ajuste de contas com os trabalhadores rurais, porque eles vão voltar ao Sertão do Piauí e vão olhar nos olhos do trabalhador rural. Quero ver qual é a cara que eles têm para pedir um voto a um trabalhador ou a uma trabalhadora.

Sr. Presidente, no *blog* do Fausto Macedo, do *Estadão*, que aliás é um jornal pró-Governo, ele diz no seu texto colocado hoje aquilo que às vezes se tenta esconder. Vou ler apenas um trecho. Ele diz o seguinte sobre a Previdência:

*Reforma Previdenciária: a verdade e a mentira*

*(...) Não existe coincidência! É articulação mesmo!*

*De pronto, existirá um grande ganhador com a reforma e*



*não é o erário: serão os planos de aposentadoria privada. Em verdade, estes seriam os grandes e talvez únicos ganhadores. Tal qual em outros setores onde o Estado não presta seus serviços a contento (...)*

Estão, portanto, entregando a Previdência à previdência privada, à previdência complementar. É isso que está em jogo! Utilizar aqui microfone para agredir trabalhador rural, como “essa gente”, excluindo-o como se fosse alguém que praticamente não fizesse parte da sociedade brasileira é claro que é esse sentimento histórico do preconceito elitizado, arcaico, que infelizmente impera fortemente nesta Casa que ora está sitiada, está praticamente trancada. A sociedade e o povo não podem acessá-la. Estes Deputados que estão fazendo isso aos trabalhadores rurais têm medo de povo mesmo, têm medo de encarar as pessoas. Mas pegar aqui o microfone e dizer que negociaram com os sindicatos, que negociaram com as centrais, que negociaram com as federações é mentira! Sindicato não negociou esse absurdo que ora se tenta aprovar nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, não tenha dúvida nenhuma: V.Exas. serão derrotados no plenário! E só não estão sendo derrotados aqui, onde estamos perdendo de 23 a 14, porque mudaram 5 Parlamentares da base do Governo. E, quando um Parlamentar da base do Governo se manifestou, aconteceu aquela situação triste na última quarta-feira, quando praticamente se parou a sessão para se tentar administrar a crise interna que está dentro da própria base do Governo. Eu sei que na base do Governo há Parlamentares que não colocarão suas digitais nessa insensatez, nesse absurdo.

É por isso, Sr. Presidente, que isso que se aprova aqui é uma maldade contra os mais pobres. E aí eu quero compreender porque o Parlamentar chega aqui e chama o trabalhador de “essa gente” ou diz claramente que quer liquidar os sindicatos, porque estão incomodados com a organização dos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra para o encaminhamento.

Encaminhamento do Destaque para Votação em Separado nº 6.

Encaminha contra a matéria destacada, ou seja, encaminha pela alteração o Deputado Onyx Lorenzoni.



**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Pela ordem, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Informaram-me que havia sido invertida a ordem. Há dois encaminhamentos: primeiro ouviremos o dele e depois o de V.Exa., alternadamente.

A palavra é sua, por 5 minutos, Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, esse texto é algo muito importante, porque as entidades que representam as instituições filantrópicas no Brasil... Sr. Presidente, está constando o tempo de 48 segundos. Com esse tempo, não dá para encaminhar. O tempo é de 5 minutos.

Retomando, as entidades filantrópicas brasileiras lutaram durante anos para que acontecesse uma pacificação, que ocorreu este ano, através da ADI 2028, em que se compreendeu que as entidades que atuam na área da filantropia têm imunidade.

Durante anos houve um conflito entre o conceito de imunidade e o conceito de isenção por conta de, no § 7º da Constituição Federal, estar lá a palavra “isenção” e não “imunidade”. Houve um erro do Constituinte, inclusive reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, porque o conceito era de imunidade e no texto constitucional aparece a palavra “isenção”. Isso foi pacificado em fevereiro deste ano.

Do que trata o texto do nobre Relator, que sabe disso? O texto do Relator traz um conflito proposital. Ao redigir o § 11-B... Inclusive alguns consultores reconheceram que assistia razão às entidades filantrópicas e sugeriram que no texto final houvesse uma alteração do § 7º, que não foi feita. E por que não foi feita? Não foi feita porque o conflito é de propósito. E as entidades filantrópicas, das áreas da saúde, da educação, da assistência social, temem que este conflito proposital leve a Fazenda, através de seus procuradores, a retomar um debate que teoricamente está vencido.

Então, na verdade, o que nós estamos solicitando é a retirada do § 11-B para que esse conflito não se estabeleça.



Aqui eu quero lembrar, a partir de uma avaliação de Ives Gandra Martins, que existem quatro formas conhecidas de desoneração tributária: imunidade, isenção, não incidência e alíquota zero.

As imunidades representam, no texto constitucional, a vedação absoluta ao poder de tributar, razão pela qual elas não se confundem com isenções ou renúncia fiscal. O Governo não pode falar de isenção e renúncia de algo que ele não detém, até porque o texto constitucional estabelece que elas são imunes à aplicação de qualquer um desses conceitos.

E o que ocorre? O que ocorre, de maneira bastante objetiva, é que, ao longo dos últimos anos, se tentou de várias maneiras criar artifícios — “*Ah, as instituições de educação têm que devolver em bolsa de ensino*”. Não cabe porque ela não é devedora, não cabe porque ela é imune e, portanto não tem que estabelecer nenhuma compensação ao Governo.

Uma coisa muito clara, fácil de ser observada, é o seguinte: o risco que se está colocando é o de afetar, onerar um setor com disputas judiciais, que muitas dessas entidades não têm condição nem de bancar.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é um apelo ao Governo para que use da racionalidade.

Aliás, V.Exas. vão assistir aqui a isto, os defensores do Governo vão usar o art. 22, que diz:

*Art. 22. Não se aplica o disposto no § 11-B do art. 195 da Constituição a isenções, reduções de alíquota ou diferenciação de base de cálculo previstas na legislação anterior à data de publicação desta Emenda.*

Não cabe ao Governo estabelecer, revogar, por um texto na atual proposta de emenda, uma cláusula que é pétrea, um princípio de imunidade que está reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, trata-se aqui de evitar um conflito totalmente desnecessário, uma judicialização que vai fazer com que as instituições da área filantrópica sejam obrigadas a retomar discussão que está vencida e superada.

Portanto, eu faço um apelo aqui para que nós possamos retirar isso do texto. Por quê? Porque vai levar o Governo a fazer uma reflexão. E, na eventualidade de



uma emenda em plenário alterar o § 7º, o que ocorre? Aí pode até retornar, sob o argumento de que o Governo não quer, daqui para a frente, trazer novas isenções.

Nós estamos tratando, aqui, é de uma preservação, e eu tenho aqui dois pareceres: um de Ives Gandra Martins e o outro de Roque Antonio Carrazza. Este último ainda lembra que, quando as autoridades fiscais, ao tratarem do tema, falam em renúncia fiscal, esquecem que, por ser a imunidade uma vedação constitucional ao poder de tributar — é antes da organização do ente político, Estados, Municípios e a própria União —, o Executivo não pode renunciar o que não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Junior Marreca) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por isso, Srs. Deputados, eu faço um apelo em nome das instituições filantrópicas brasileiras, que, para cada real de isenção, produzem 6. Sr. Presidente, trata-se de 10 bilhões de reais de isenção que produzem 60 bilhões, a favor do Governo Federal. Mas mais importante que a questão tributária é o atendimento aos seres humanos. Não existe saúde, educação e assistência social sem a filantropia.

Portanto, o apelo, em nome de uma instituição que funciona bem no Brasil, é para que o Governo não crie uma crise absolutamente desnecessária com quem faz o bem ao Brasil, ao seu semelhante e, acima de tudo, Presidente Marun, atende os desvalidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador, o Deputado Darcísio Perondi, que vai encaminhar a favor do texto do Relator.

V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abro a fala com a palavra “filantropia”, que é abrir o coração, estender a mão. Isso existe no mundo inteiro. Peter Drucker, um grande administrador e orientador no mundo inteiro, afirma que fazer filantropia é exercer a plenitude da vida. É dar pão a quem tem fome, é dar roupa a quem tem frio, é dar água a quem tem sede. E, sim, no Brasil há milhares e milhares de entidades filantrópicas, nas áreas da assistência social, da saúde e da educação, que fazem isso.

Então, o Governo, em hipótese alguma, nenhum governo, pode dispensar o trabalho voluntário, o trabalho de filantropia. Aliás, eu estou aqui há 23 anos e



conheço filantropia há mais de 30, e a exerci na minha cidade. Houve muitas lutas para acabar com a imunidade de imposto e contribuição, e nós vencemos sempre.

O próprio Deputado Arthur Oliveira Maia teve inteligência e ouvidos para ouvir os pastores, os padres, os provedores, as presidências de APAE — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, através dos Deputados, que iam à base e diziam: “Deputado Arthur, não corte isso, não corte isso!” E o Deputado Arthur teve essa sensibilidade. É mais uma vitória do Relator, pela sua capacidade de negociação, em relação a filantropia.

Parabéns, Relator! E também parabéns ao Presidente Michel Temer, que foi consultado! Foi uma vitória! A imunidade está fora da Constituição. O Deputado Arthur não proibiu — está aqui, vejam — e não está proibindo, caros pastores, padres e líderes da sociedade brasileira.

O que existe no § 11-B? (*Pausa.*)

Ah, em segundo lugar, o Supremo, em fevereiro, numa ADI existente, disse que a imunidade existe sim e está preservada. Isso foi em 23 de fevereiro de 2017, na ADI nº 2.028. Então, o Supremo já esclareceu qualquer dúvida e definiu isso em fevereiro — digo isso só para ajudar o Deputado que me antecedeu.

Mas, vamos lá, qual é a confusão? O § 11-B veda qualquer tratamento diferenciado e favorecido para contribuintes terem isenção, terem benefícios — parcelamento, prejuízos fiscais disfarçados, isenção sobre a folha, isenção sobre contribuição de receita para outros setores.

E quais são esses setores que o § 11-B está proibindo? Atenção, o eixo é qualquer segmento! Por exemplo, o agronegócio, aqueles 10 bilhões ou 12 bilhões do agronegócio que nós estamos cortando aqui, fica fora; multinacionais que querem vir ao Brasil, sem isenção; bancos e tantos outros segmentos.

O Governo anterior, o Governo petista escolheu empresas campeãs, etc., o que custou meio trilhão de reais para os cofres do Tesouro, aumentou meio trilhão de reais a dívida bruta. Isso aqui nós estamos vedando.

Então, o § 11-B é um eixo fundamental para tapar a sangria que existe de isenção. Isso completa a PEC 242/16, que eu relatei, em relação aos subsídios. Srs. Deputados, tirando o § 11-B, abre-se a porta para a isenção para todos esses segmentos.



Mas como é que fica a filantropia? O art. 22, um dos últimos artigos, diz o seguinte:

*“Art. 22. Não se aplica o disposto no § 11-B do art. 195 da Constituição — este artigo, que dá imunidade — a isenções, reduções de alíquota ou diferenciação de base de cálculo previstas na legislação anterior à data de publicação desta Emenda”.*

Isso quer dizer que toda a imunidade dada à filantropia está absolutamente garantida, até para as próximas, porque a legislação anterior não poderá ser mudada.

O que nós estamos proibindo com o § 11-B é a farra...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, vou concluir. Peço mais 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Nós estamos excetuando, deixando de fora toda a filantropia, mantendo a imunidade de toda a filantropia, com o art. 22.

**(Não identificado)** - Não é verdade!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Repito, nós estamos bloqueando a farra que agrava o buraco da previdência pública.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É o que a Oposição sempre pediu. A filantropia é vencedora. Agora, o Plenário, adiante, se quiser mudar, pode incluir uma exceção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Informo que o próximo orador a encaminhar pró-Governo terá descontado do seu tempo 1 minuto, porque foi utilizado pelo Deputado Darcísio Perondi. Vamos fazer assim: no momento em que se exceder um dos que encaminharam, vou descontar no tempo do seguinte.



Deputado Givaldo Carimbão, V.Exa. tem 5 minutos para a defesa do destaque.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom que no encaminhamento haja 5 minutos. Eu tenho certeza de que todos aqui estão atentos ao jogo de palavras. É importante nós entendermos e votarmos conscientemente naquilo que consideramos importante para a Nação e que representa o mandato junto às suas bases. Eu tenho dito que o Parlamento é parte, nós representamos fatia da sociedade.

Assim sendo, Sr. Presidente, o PHS, juntamente com o PROS — Deputado Pastor Eurico, do PHS; Deputado Eros Biondini, do PROS — e um grupo de Deputados que têm compromisso com a Nação brasileira nesse sentido, fizemos o destaque. E nosso o destaque, do PHS, para exatamente tirar o texto do § 11-B.

O que o Relator fez? Está aqui escrito. Preservou microempresas, empresas de pequeno porte e o rural. Eu pergunto: qual Santa Casa é de pequeno porte ou microempresa? A pergunta está feita.

Eu estou com o Relator. Eu estou aqui com o Deputado Perondi, quando diz que não estamos aqui para dar isenção ao capitalismo. Ao contrário, nós estamos aqui dizendo o seguinte: *“Queremos preservar não a ‘pílantropia’, e sim a filantropia”*.

Se o Brasil não tivesse as Santas Casas hoje, como seria a saúde no Brasil? O que as Santas Casas prestam Brasil afora é um serviço de saúde pública que tem que ser comemorado e respeitado.

O texto, Deputado Perondi, está muito claro: está preservando a pequena empresa, a média empresa e o rural. Ora, se nós preservássemos o texto original, já estaria resolvido. Mas aí foi incluído o art. 22 — é a chamada pegadinha do Faustão! Vou falar com a *Globo*, então, para botar essa pegadinha lá no *Domingão do Faustão*! Está-se dizendo agora aqui o que não está dito na Constituição, o que nós Constituintes de 1988 determinamos e votamos. Por que se está mudando agora o texto?

Nós somos a favor, Deputado Perondi: se quiser tirar do texto que não pode dar isenção aos empresários, aos bancos, tem o nosso apoio total. Quer esse acordo? Tem todo o nosso apoio. O que não pode é dizer que só estão preservadas



as pequenas e médias empresas, empresas de pequeno porte, agricultura rural. Ai não dá, Presidente!

Eu queria apelar para a sensibilidade dos Srs. Deputados para o bem que tem sido feito ao Brasil. Se há alguém que é pilantra, que está usando de forma irreal, que se prenda e puna, e se faça o que a Justiça determina que se faça com os pilantras. Agora, não podemos aqui, em nome de tantas obras sérias que há Brasil afora...

Imaginem o que a Igreja Evangélica, o que a Igreja Católica, o que se tem Brasil afora em obras sociais de voluntários, missionários, espíritas! Tantas obras sociais serão agora prejudicadas com esse texto, porque na interpretação, lá dentro, se vai dizer: *“Você é pequena empresa? Você é média empresa? Você é rural?”* *“Não? Então, está lamentavelmente fora do processo”*. Não podemos aceitar esse comportamento, Sr. Presidente!

Quero fazer um apelo aos companheiros, em nome dos trabalhos sociais e filantrópicos do Brasil, seja na educação, seja na ação social, seja na saúde. Sr. Presidente, acho que foi possível dar o recado aos Srs. Deputados: por gentileza, preservem a filantropia, tirando esse texto que veio, o § 11-B. Pedimos que o excluísse.

Esta é a proposta do PHS, um partido humanista e solidário, juntamente com os companheiros do PROS.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Relator, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, todos sabem que no início deste debate eu pretendia excluir essas imunidades que são dadas hoje aos filantrópicos. Todo mundo sabe disso, não é nenhum segredo. Ao longo do processo, fui convencido de que essa não era a solução, porque, em função da PEC 241/16, nós não podíamos aumentar o gasto. Hoje não entra nada, não contabiliza nem como receita nem como despesa.

Mas, se se fizesse como eu queria — cancelar a imunidade e, depois de cancelada a imunidade, fazer o pagamento pelas filantrópicas do imposto, e o Governo repassar para as filantrópicas —, haveria uma entrada e uma saída; assim,



umentaria a arrecadação, mas também o gasto público, e se superaria aquela meta da PEC 241.

Dessa sorte, entendi perfeitamente que não podíamos mexer com as filantrópicas. E não mexemos, não mexemos! Todo mundo sabe disso.

O que trata da questão das filantrópicas está definido como imunidade, imunidade! Não é possível que, por uma fala de algum Deputado, diga-se isto: “*Não, você não está proibindo imunidade, mas, quando você proíbe isenção, pode ser que alguém ache que imunidade é isenção*”. Pelo amor de Deus, isso é um absurdo!

Eu conversei sobre essa minha ideia de proibir as isenções com vários Srs. Deputados, inclusive com Deputados da Oposição. Lembro-me de que conversei com V.Exa. e, salvo engano, conversei com o Deputado Arlindo Chinaglia. Eu disse que, já que existiam algumas isenções, não poderíamos tirá-las, mas que pensássemos o seguinte: daqui para frente, da aprovação da lei para frente, vamos impedir que sejam concedidas novas isenções em cima tributos previdenciários. Isenção, isenção! Repito: isenção!

Vamos ter um pouco de bom senso em relação a isso. O que trata a questão das filantrópicas não são as isenções, mas as imunidades.

E há mais: a preservação está explícita, meus caros amigos, no art. 22 da PEC, que diz:

*Art. 22. Não se aplica o disposto no § 11-B — que é justamente este de que estamos tratando — do art. 195 da Constituição a isenções, reduções de alíquota ou diferenciação de base de cálculo previstas na legislação anterior à data de publicação desta Emenda.*

Ou seja, as entidades, Deputado Carimbão, que já têm essas imunidades, na data de publicação da emenda, não serão afetadas.

Com todo o respeito à inteligência do Deputado Onyx Lorenzoni — sei que ele está fazendo isso de boa-fé —, eu chamei o Deputado, chamei a assessoria — foi assim ou não foi, Deputado? — e disse: “*O Deputado tem essa opinião. O que vocês acham?*” A assessoria técnica acha que não assiste razão para a mudança que deseja o Deputado Onyx Lorenzoni.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Desculpe-me, Relator. Eles disseram que tinha que trocar no § 7º a referência a isenção por imunidade. E isso não foi feito!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Não, não foi isso.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Está ali o assessor que me disse. Mande-o olhar no meu olho e dizer que não disse isso para mim.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Está dizendo o contrário, Deputado. Ele está aqui dizendo o contrário.

V.Exa., com todo o respeito, quer impor...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - V.Exa. que não aceitou, é diferente. Assuma!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Tenho que ignorar, porque estou levando o tema com educação e reportando o que foi dito. Estão aqui os assessores, que são pessoas que conheci durante a elaboração deste projeto. São pessoas sérias e estão dizendo que ninguém propôs isso. Mas o Deputado está dizendo que não, que eles estão mentindo. Aí fica difícil.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não. Eu não disse “eles”. Foi aquele senhor quem me disse...

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Você disse que tem que mudar isso aqui?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - ...que tinha que trocar, no § 7º, a referência a isenção por imunidade.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Ele está dizendo que não tem que mudar. Então, existe...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Ele me disse isso, ali atrás, onde está o Deputado Marun.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Existe uma posição de divergência em relação a como deve ser colocado o texto. Com todo o respeito, entre a douta opinião do Deputado Onyx Lorenzoni e a opinião dos técnicos, eu preferi ficar com a opinião dos técnicos — com todo o respeito.

Quero, entretanto, dizer mais uma vez que não se está aqui, nem de longe, propondo qualquer tipo de modificação em relação às entidades filantrópicas.



Deputado Pastor Eurico, em várias reuniões que aconteceram aqui com as entidades filantrópicas, e V.Exa. participou também, firmei com clareza a minha posição de retroceder no meu ponto de vista inicial e retirei do parecer tudo aquilo que dizia respeito às filantrópicas, absolutamente tudo!

Então, apenas existe aqui a proibição de que qualquer Presidente da República, seja o atual, sejam os futuros, possa conceder isenções em tributos previdenciários. E a isenção, naturalmente, não é para quem tem imunidade. Quem tem imunidade já tem imunidade, e o Supremo Tribunal Federal reforçou essa posição.

Sei qual é o propósito da totalidade dos Deputados que estão aqui, porque essa questão que está sendo debatida neste momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem mais 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - ...não é, absolutamente, uma questão entre Governo e oposição. É uma questão que todos entendemos assim: não podemos permitir isenção de tributo previdenciário. Isso nem de longe atinge...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - V.Exa. me permite 20 segundos?

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu já acabei.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Só 20 segundos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, foram 18 anos de luta judicial, e isso vai voltar.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Por que, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Vai voltar!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Por que, Deputado?

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - O § 7º do art. 195 garante a isenção para as filantrópicas que estamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor. V.Exa. terá tempo para falar no momento da orientação de bancada. V.Exa. orienta pelo DEM e faz os esclarecimentos. Vamos em frente.

Orientação de bancada.

Como vota o Governo?



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, o Governo, para fortalecer a imunidade, atendendo a todos os filantropos do Brasil, recomenda à base que vote “sim” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Respondo agora à questão de ordem formulada pelo Deputado Pepe Vargas. Obviamente, cada Líder poderá manifestar-se para orientar a sua bancada.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Se não quiser, fica em branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Todavia, é válida a indicação do Líder do Governo, até pela prática da Casa e por decisão formulada na Questão de Ordem nº 295, de 2017, em que responde o Presidente: “*Se um orienta e orienta indicando todos, todos estão com orientação colocada*”.

Portanto, fica liberado. Todos podem orientar. Todavia é válida a orientação da Liderança que indica a orientação para todos os partidos da base. Poderemos também fazer o mesmo para a Minoria, se ela assim desejar. *(Pausa.)*

Não é o caso.

Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente. De fato, as entidades filantrópicas são extremamente importantes em áreas estratégicas do País, como saúde, educação e assistência social, e têm um papel no campo educacional extraordinário, em especial neste momento de golpe nas políticas de educação e saúde com a aprovação da PEC 55, transformada na Emenda Constitucional 95.

Quero dizer que é um absurdo o que está ocorrendo nesta Casa. Esta Casa garante parceria público-privada para lucro das empresas, mas não reconhece isso para o setor estratégico dessas parcerias comunitárias que hoje são responsáveis por atender o nosso povo, em especial no ramo da saúde — a maioria dos hospitais filantrópicos existe a partir de parceria do Governo com essas entidades —, e também em outras áreas estratégicas, como a educação.

Portanto, a contrapartida a essas entidades por meio da imunidade é política social, sim, e deve estar regulada pelas...

*(Desligado automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PT vota “não”.



Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, colegas Deputados, o PSB vota “não”. Nós temos convicção de que o Brasil precisa caminhar na direção da filantropia, e o poder público precisa fazer o dever de casa. Nos Estados e Municípios não é diferente. Eles têm que aprender com quem faz assistência social há mais de 100 anos e faz benfeito. São pessoas que se doam, que se dedicam.

Eu fico só imaginando essa dúvida no texto em relação às Santas Casas, aos hospitais filantrópicos, às universidades comunitárias, às escolas, aos colégios.

Nossa decisão, como Partido Socialista Brasileiro, é votar “não” a esta emenda, para darmos garantia maior a quem já está nesse trabalho há tanto tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, evidentemente o PDT vota “não” e mais uma vez lamenta duas situações. Quem defende esta PEC quer enganar a população brasileira. Nós vimos que um dos que orientaram favoravelmente ao texto e contrariamente ao destaque não falava coisa com coisa em relação ao o mérito da matéria.

Sinceramente, Deputado Arthur Maia, V.Exa., como Relator, extremamente competente como é, não precisava constranger um assessor da forma como constrangeu. Eu já fui Relator de matéria e sei que os assessores nos subsidiam com base no que nós queremos. E está muito claro que V.Exa., sob orientação do Governo, defende esta proposta. No caso, está muito claro o posicionamento de V.Exa.

Teremos outros momentos para discutir. Não quero adentrar outras questões relacionadas ao mérito, porque temos vários pontos para discutir aqui.

O PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, o Solidariedade vai votar “não”, porque nós temos 600 mil beneficiados pelas entidades filantrópicas na assistência social, na saúde e na educação. Essas entidades são mais do que necessárias e serão prejudicadas, sim! A cada 1 real anistiado em favor das entidades filantrópicas, nós temos um retorno de 6 reais para o País.

Além disso, eu vejo um contraponto no texto do próprio Relator.



Sr. Relator, V.Exa. discute a questão do § 11-B, que veda isenções, mas, no § 11-A, V.Exa. está autorizando a remissão e a anistia ao empregador e à empresa em contribuições sociais sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, a qualquer título. Vejam que há dois pesos e duas medidas! A qualquer título, a quem é devedor da Previdência, V.Exa. está dando a condição de anistia...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O Solidariedade vota “não”.

Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, na verdade, é de minha lavra a emenda que obriga o Governo a repor, pelo Tesouro, qualquer desoneração na Seguridade Social. Eu não tenho nenhuma dúvida de que as isenções não devem ficar por conta da Previdência. No entanto, não é isso o que está em questão aqui.

Eu entendo a explicação, mas, na Constituição, está escrito isenção — não está escrito imunidade, está escrito isenção. Mesmo que o Supremo tenha decidido, isso precisava estar escrito aqui.

Tanto o § 7º quanto o § 9º do art. 195 falam em isenção e tratamento diferenciado. Assim, nós não podemos ter algo dúbio que cause insegurança jurídica a instituições e entidades que prestam relevantes serviços ao País e que, inclusive, mantêm de pé programas como o PROUNI e outros importantes no campo da saúde, da educação e mesmo da assistência social.

Se o Governo está preocupado com farra, não poderia ter aprovado a MP 766, parcelando em 20 anos as dívidas a serem recebidas pela Receita Federal. Farra é isso! O Governo faz isso para aprovar a reforma. Isso que é farra!

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o seu partido?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Sr. Presidente, o PHS, como sempre, é solidário ao bem social. Nós não podemos tratar as entidades filantrópicas dessa forma como estão sendo tratadas. As entidades filantrópicas não têm fins lucrativos.



De repente, elas aparecem dentro do contexto empresarial. Se é pequena, média ou grande, isso não importa.

Lamentamos pelos que tanto fazem por este Brasil, que são um braço estendido do Governo, a custo praticamente zero, porque a isenção que recebem é pequena perto do grande montante que as entidades filantrópicas têm produzido.

Num momento como este, vão mexer com quem tem feito tanto? Na verdade, usar as palavras ditas anteriormente, quando chamaram as entidades filantrópicas de “pilantrópicas”, é generalizar todo mundo. Se há “pilantrópicas”, que sejam tratadas dentro do contexto da Justiça, mas que as filantrópicas sejam respeitadas e possam ser consideradas nesta reforma, Sr. Presidente.

O voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que acrescentasse o meu tempo de Liderança ao tempo de orientação, por favor.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, e o PSOL?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, quem vai orientar é o PSOL ou o PROS?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu pulei o PSOL. V.Exa. orienta, pois já lhe foi dada a palavra. Na sequência, eu volto ao PSOL.

V.Exa. dispõe de 1 minuto mais 5 minutos. Portanto, 6 minutos.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente Carlos Marun, Sr. Relator Arthur Oliveira Maia, com todo o respeito e toda a consideração não só por V.Exas., mas também por esta Comissão tão importante, ressalto que sou e sempre fui um apoiador das instituições filantrópicas. Aliás, sou fruto delas.

Se não fosse o trabalho da instituição Santa Marcelina, talvez eu não estivesse aqui e, quem sabe, nem vivo estaria. Há 25 anos, este Deputado que fala a V.Exas. era um jovem que estava na vulnerabilidade das drogas e foi acolhido por essa instituição.

Nenhum de nós defensores das instituições filantrópicas, meu caro Relator, sabe na plenitude a importância dessas entidades para a saúde, a assistência social



e a educação. O trabalho que as instituições filantrópicas fazem é um trabalho sem igual. Nenhum Governo seria capaz de supri-lo ou de fazer igual.

Sr. Presidente, nesses últimos meses, nós realizamos exaustivos e inúmeros debates com o FONIF — Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas do Brasil. Na Liderança do PROS, na Liderança do PHS, na Liderança de outros partidos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é um dos grandes defensores desse tema, nós recebemos inúmeras instituições filantrópicas, que trouxeram os seus relatórios e nos provaram algo de que já tínhamos convicção: para cada 1 real de benefícios por parte do Governo, eles retornam de 5 reais a 6 reais. Qual Governo quer abrir mão disso? Qual Governo pode abrir mão disso?

Trata-se de instituições que não apenas atuam em áreas estratégicas e fundamentais, como educação, saúde e ciência social, mas que vão aonde quase ninguém consegue chegar. Eu acompanhei Dom Azcona na Ilha de Marajó por muitas vezes, e em Melgaço — a cidade com menor IDH do Brasil. Eu sou testemunha de que as filantrópicas chegam aonde o poder público não consegue chegar, aonde a iniciativa privada não consegue chegar, e acolher, e assistir aqueles mais carentes, que estão em vulnerabilidade, os que mais necessitam.

E, se isso ainda gerasse um rombo, um prejuízo ao Governo, ainda seria justificada essa defesa. Porém, as instituições filantrópicas aliviam o Governo, elas beneficiam o caixa do Governo, elas formam homens novos para uma sociedade nova.

Sr. Presidente, eu havia apresentado um destaque xerox do destaque apresentado pelo PHS. Como o destaque do PHS foi apresentado primeiro, o meu ficou prejudicado. Porém, ele tem o mesmo teor. Portanto, venho aqui corroborar as palavras dos Deputados Onyx Lorenzoni, Arnaldo Faria de Sá, Pastor Eurico, Givaldo Carimbão e tantos outros colegas, não obstante, reconhecendo a boa vontade do Relator, que, no primeiro momento, nos pareceu intransigente, mas realmente nos recebeu, nos ouviu, considerou e reconsiderou muitas das nossas ponderações. Sr. Relator, deixo aqui o meu reconhecimento. No entanto, deixo aqui também o meu apelo: reveja, porque nós não podemos colocar uma brecha para que todo o bem e benefício que as instituições trazem estejam sob risco.

Obrigado.



**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Peço uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Já estou acabando.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - É para atender a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Está bem. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu proponho, Sr. Presidente, que V.Exa. suspenda a sessão por 10 minutos e coloque os Deputados Onyx Lorenzoni e o Eros Biondini em contato com os Relatores, para eles chegarem a um consenso de um texto que esclareça o assunto.

Eu proponho diferentemente...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Agora pode? Agora não pode.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - É uma questão de relatoria e redação.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Para isso, não precisa suspender a reunião.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deixem-me fazer outro encaminhamento. Espere, Deputado Pepe Vargas. Quero atendê-lo, se me permitir, apesar da forma como V.Exa. tem tratado este Relator. Quero atender a V.Exa.

Sr. Presidente, a mim, hoje, ou sempre, não faz muita diferença, mas tudo bem.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Para mim faz.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, proponho então que V.Exa. não vote agora este tema.

*(Manifestações no plenário: "Não! Está em votação!")*

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Passemos para o próximo destaque, para tentarmos construir uma solução.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - V.Exa. tem que fazer uma autocrítica, então. Falou que não ia mudar mais o texto, e agora pode?

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - É porque aí não há mudança de mérito. O que estou propondo é uma mudança de redação.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Isso é um absurdo!

*(Tumulto no plenário.)*



**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Para mim, está absolutamente claro que não existe nenhum tipo de menção às entidades filantrópicas — não existe! Mas está aqui colocada uma celeuma em cima de um assunto que, para mim, é cristalino.

Então, a minha proposta é a de que não votemos esse tema, já foi aqui encaminhado...

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Foi-me cobrado pela Oposição a não abertura de exceção para interrupções que pudessem buscar uma composição, mesmo que produtora. Nesse sentido, eu mantenho o que foi acordado: nós não interromperemos.

Mas fica registrada aqui uma coisa importante: minha visão é a de que isso pode ser suprido até numa redação, porque a intenção do Relator — e nós estamos votando — é no sentido de que fiquem preservados os direitos das filantrópicas. Então, isso aí é possível.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A palavra está com o Deputado Eros Biondini. Eu peço que lhe seja concedido 1 minuto, para que ele conclua suas palavras.

Por favor, tempo de 1 minuto ao Deputado Eros.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, apesar de estar muito baixo o som do microfone, quero dizer que realmente o Relator demonstrou boa vontade.

Quando V.Exa. me interpelou e pediu essa questão de ordem, foi justamente porque eu estava reconhecendo sua boa vontade, Relator. Realmente, eu fui um dos que mais acompanhou suas reuniões com o segmento.

Portanto, nossa proposta seria: retire o 11-B. Vamos fazer a reflexão junto à área técnica e votarmos “não”. Aí, sim, se for o caso, depois de um convencimento, faremos o contrário.



Mas eu gostaria de fazer esse apelo. V.Exa. percebe que há quase uma unanimidade aqui. Até muitos da base pensam da mesma maneira, com todo o respeito e consideração, como V.Exa. também teve conosco.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, veja bem, o meu convencimento é de que não há nenhuma dúvida. O destaque que V.Exa. quer tirar trata de isenção de empresas, de não dar mais isenção tributária a empresas. Entretanto, existe uma celeuma. Retirar eu não vou retirar, porque prejudicará a Previdência Social, mas eu tenho certeza de que não inclui as filantrópicas.

Essa é a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra à próxima orientação.

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - O PSOL é globalmente contra essa proposta de contrarreforma da Previdência. Mesmo havendo críticas, como há críticas a partidos hegemônicos por pilantras, há Governos pilantras, há sindicatos de trabalhadores que também são traidores, pilantras, e há instituições que se dizem filantrópicas e que são “pilantrópicas”.

Agora, não se pode, no afã de querer aperfeiçoar o sistema, fazer o discurso moralizador exatamente contra aquelas instituições que dão alguma contrapartida social, quando o mesmo Relator possibilita que sonegadores saiam ganhando nesta contrarreforma.

Então, se é para sermos coerentes, todo mundo vota “não”, mantendo-se o que está, e mantém-se o debate para aperfeiçoar e, definitivamente, impedir que instituições que não sejam sérias recebam recursos públicos ou algum tipo de benefício público. Um caminho inclusive seria o dos convênios e dos recursos diretos, em vez da redução da contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O voto de V.Exa. é “não”.  
Passo a palavra à Rede, para orientar. *(Pausa.)* Não se encontra.

Passo a palavra à Minoria, para orientar. *(Pausa.)*

Vou voltar aos partidos que pediram para orientar. Como o PV havia pedido para orientar, ele irá fazê-lo antes da orientação final da Minoria.

Tem a palavra o Deputado Evandro Gussi, por 1 minuto, para orientar.



**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Sr. Presidente, a preocupação do Deputado Eros Biondini, que é um reconhecido defensor, como eu o sou, das entidades filantrópicas, está ancorada justamente na defesa que faz dessas instituições que prestam importantíssimo serviço ao Brasil, instituições que tanto bem fazem ao País.

Por isso, não há discussão de que a imunidade tributária a elas conferida pelo art. 195, § 7º, da Constituição Federal, precisa...

Posso continuar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos respeitar o tempo do Parlamentar.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Reponham mais 3 segundos, em conformidade com a norma estabelecida, ao Deputado Evandro Gussi.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Portanto, a todos me parece haver consenso a respeito da impossibilidade de modificação do art. 195, § 7º, que confere imunidade tributária, ou seja, é uma limitação ao poder de tributar: nem que o Estado o queira poderá fazê-lo — nem que o Estado o queira poderá fazê-lo.

Se havia alguma dúvida sobre o assunto — se se tratava de isenção ou de imunidade —, esta dúvida já foi encerrada com decisão terminativa no Supremo Tribunal Federal. Ou seja, o art. 195, § 7º, que diz que não podem ser tributadas as entidades filantrópicas quanto às contribuições sociais, é matéria pacífica e não está sendo atingida aqui.

Não há dúvida de que a imunidade tributária com relação a isso será mantida, o que o próprio Supremo já definiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Passo a palavra...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Minoria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para a orientação do DEM, passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Quero apenas complementar o que disse o Deputado Evandro Gussi. Se restasse alguma dúvida de que as



entidades filantrópicas não estivessem sendo atendidas, há o art. 22, que dispõe que todas as isenções estão garantidas até a publicação desta emenda constitucional.

Portanto, a decisão do Supremo é válida. Nós queremos preservar as entidades filantrópicas, essas que prestam excelente serviço, e serviço que o Brasil não pode dispensar, e por entender que estamos preservando essas entidades, o nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota a Minoria?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, “gato escaldado tem medo de água fria”. Todo mundo está desconfiado porque há razão de ser da desconfiança de tudo que está acontecendo nessa reforma. Há quem diga até que tem gente se beneficiando para tirar os benefícios do cidadão e da população, dos trabalhadores, enfim, do contribuinte.

Todos nós sabemos, aquele que hoje se beneficia da filantropia, amanhã se forma, se qualifica e é o contribuinte da filantropia, deixará de ser o beneficiário, lá no fim, em função da prestação de serviço continuado, do amparo.

Então, nós somos a favor da filantropia, porque ela não é isenta, ela é imune a essas mudanças. Por isso, nós somos a favor dela.

O nosso desejo é “não” a essa reforma e “sim” à filantropia. Essa é a nossa manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - “Não”.

Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Comunico que durante a votação os lanches estão disponíveis às Sras. e aos Srs. Deputados na sala de reunião da Comissão de Orçamento. A votação está em curso.

Passo a palavra ao Líder, Deputado Mauro Pereira, pelo PMDB. S.Exa. tem 10 minutos.



Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente Carlos Marun, nosso Relator Arthur Oliveira Maia, colegas Deputadas e Deputados, quero dizer que estamos aqui num debate importantíssimo e devemos deixar bem claro para as pessoas, em especial para aqueles que não estão presentes, que são os cidadãos que estão nos ouvindo, nos acompanhando em casa pela *TV Câmara* ou pela Internet, que essa reforma que nós estamos fazendo é de extrema importância ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por favor, peço que os Deputados conversem fora da sala, porque o Deputado Mauro Pereira está falando, em nome da Liderança do PMDB.

Quem quiser obviamente trocar ideias, que o faça fora da sala, por favor! Deputado Darcísio Perondi, estou me dirigindo a V.Exa. e ao Deputado José Carlos Aleluia! Por favor, vamos respeitar o Deputado Mauro Pereira, que está falando. Vão conversar fora da sala, por favor!

A palavra é do Deputado Mauro Pereira. Reponha o tempo de S.Exa. em 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, dirijo-me em especial às pessoas que estão em casa, que estão nos acompanhando pela *TV Câmara* e pela Internet. É muito importante deixarmos bem claro para a sociedade que essa reforma da Previdência foi proposta pelo Presidente Temer, pelo Ministro Henrique Meirelles e por toda a equipe do Governo justamente para dar a todos os aposentados e os pensionistas, que são em torno de 32 milhões de brasileiros, a tranquilidade e a segurança de irão receber a sua aposentadoria em dia e em ordem. Esse é o objetivo número 1 dessa reforma.

O segundo objetivo dessa reforma é passarmos para a nossa população, para os investidores nacionais e internacionais a importância de ter um País justo, um País seguro, um País que não terá problemas no futuro de chegar a vir a quebrar, a falir, como está acontecendo com a Venezuela. Nós estamos correndo na frente e fazendo essa reforma.

Essa reforma, Deputado José Carlos Aleluia, que está agora presidindo os trabalhos, está sendo muito bem debatida com a sociedade, com as entidades, por meio dos Líderes desta Comissão, dos Líderes partidários e do nosso Presidente



Michel Temer. Ela está sendo debatida de forma franca, ouvindo a todos. Na medida do possível, ela está sendo modificada de uma forma que não tira o equilíbrio financeiro da proposta da reforma, e que, ao mesmo tempo, haja um equilíbrio para aqueles que irão se aposentar.

Nós já tivemos mudanças importantíssimas, como regra de transição, o tempo de aposentadoria por tempo para atingir o teto, reduções no caso das mulheres, no caso dos nossos agricultores. É muito importante deixar bem claro que essas propostas de modificações estão acontecendo porque existe essa compreensão por parte de todos os Deputados desta Casa, em especial, dos Deputados da base do Governo.

Nós vamos ao debate. Vamos dialogar com o Presidente Temer, com o Ministro Henrique Meirelles, com o nosso Relator Arthur Oliveira Maia, com os nossos Líderes, para conseguir essa mudança, e nós estamos conseguindo. Além do debate nesta Comissão, ainda haverá um debate muito importante no plenário desta Casa. Em seguida, a matéria irá para o Senado, e, depois, retornará para o plenário da Câmara.

Por isso, é muito importante que as pessoas que estão nos ouvindo não deixem se levar por aqueles partidos políticos, em especial os que fizeram parte do Governo passado, que deixaram o Brasil chegar à situação a que chegou. O Brasil quebrou! O Governo passado não conseguia mais pagar as contas, não pagava mais os fornecedores, não pagava as emendas parlamentares. E hoje nós conseguimos colocar as emendas parlamentares em dia; estamos conseguindo pagar os fornecedores que, há 2 ou 3 anos não recebiam; estamos conseguindo pagar os juros da dívida externa. Esse foi um trabalho muito bem feito pelo Presidente Michel Temer e pela equipe econômica do Governo.

Eu também gostaria de comentar o episódio que aconteceu na última quarta-feira, quando os agentes penitenciários invadiram este plenário. Eu fui um dos Deputados da bancada do PMDB que permaneceu aqui até o final. Depois eu os acompanhei até lá fora, onde tivemos uma conversa.

Hoje de manhã fiquei contente ao saber que os partidos de oposição e os partidos da base do Governo fizeram um acordo nesta Comissão relativo ao destaque que reconhece os agentes penitenciários e os coloca em igualdade com os



policiais civis, federais e policiais rodoviários federais. Isso é muito importante, os agentes penitenciários merecem todo o nosso respeito, em especial, o meu respeito como membro da bancada do PMDB.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que vamos fazer o melhor, pois nós estamos aqui com o objetivo de ter um Brasil melhor. É preciso fazer justiça no Brasil, e a justiça será feita no momento em que nós tratarmos as pessoas de forma igual. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o policial federal, o policial civil, o policial militar e o policial penitenciário são iguais, porque eles desempenham as mesmas funções. Por isso, merecem todo o respeito e consideração desta Casa, desta Comissão.

Hoje de manhã estivemos reunimos na Liderança — o Deputado Baleia Rossi também estava presente — com aproximadamente oito agentes penitenciários, para ouvir suas ponderações. Isso é democracia. Mesmo com o ocorrido, precisamos reconhecer que eles tiveram os seus motivos. Nada justifica o fato, mas aconteceu. Enfim, agora temos que olhar para frente e buscar pacificar os conflitos. Este é o nosso objetivo, nós estamos aqui para pacificar.

Em nome da bancada do PMDB, digo que os meus colegas Deputados Federais, estão todos comprometidos com o nosso País, comprometidos com essa reforma, comprometidos com a geração de empregos, comprometidos com a credibilidade. Mas é muito importante dizer que os nossos Deputados estão solicitando mudanças, e essas mudanças estão acontecendo. Será aprovado nesta Casa um texto realmente equilibrado.

Eu gostaria também de falar sobre o debate que houve sobre as entidades filantrópicas. Na minha cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, há diversas entidades filantrópicas que prestam excelentes serviços na área da educação, do turno reverso, na área do idoso. Esse respeito e consideração todos nós temos. O nosso Relator, o Deputado Arthur Maia, já prestou o reconhecimento no seu relatório. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós estamos no caminho certo.

Não há aqui nenhum Deputado que goste mais do outro, que goste mais de uma entidade do que de outra, que goste mais do pobre, ou que goste mais do rico, não. Todos chegamos aqui pelo voto popular e, logicamente, porque a sociedade



votou em nós. Então, todo mundo aqui ganhou o voto o voto tanto das pessoas mais simples quando o das pessoas de maior poder aquisitivo.

Nessa votação que nós acabamos de fazer desse destaque, eu voltei com o Governo, votei pelo relatório do Líder Arthur Maia, porque eu confio no Governo, eu confio nas palavras e nos atos do Governo, em especial, do nosso o Relator Arthur Maia e do nosso Presidente Carlos Marun. Outro detalhe, não temos dúvida nenhuma de que aqueles provaram que têm que ter a consideração e o reconhecimento desta Comissão e desta Casa estão tendo. Isso é de fonte segura.

Volto a dizer mais uma vez a todos que estão em casa. Essa reforma que nós estamos votando hoje na Comissão vai para o plenário, onde haverá um grande debate; vai para o Senado, e depois, volta novamente à Câmara. E, no fim, vai à sanção do Presidente Michel Temer.

É muito importante deixar isso bem claro, porque nós vimos entidades como o CUT, CTB e partidos de oposição fazerem *outdoors* pelo Brasil afora dizerem que nós tínhamos votado contra os trabalhadores, sendo que agora que estão começando as votações. E nós já mudamos o relatório. Ficou provado que todos aqueles *outdoors*, em especial no Rio Grande do Sul, foram feitos de forma equivocada, porque continham dizeres que havíamos gastado o dinheiro do povo, do trabalhador. Por isso, aprovamos como facultativa a contribuição sindical. O trabalhador só vai pagá-la caso ele queira. Do contrário, não precisará mais contribuir.

Daqui para frente, as entidades, as centrais e os sindicatos terão recursos, mas será preciso prestar mais esclarecimentos aos trabalhadores e provar que merecem ter a contribuição sindical. Está provado que só agora começaram as votações. Portanto, tudo o que estava nos *outdoors* não era verdadeiro.

Era isso, Sr. Presidente Carlos Marun.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Agradeço as palavras, Deputado Mauro Pereira

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Vamos proclamar o resultado: “sim”, 23; “não”, 14.

Fica mantido o texto.



Vamos ao próximo destaque.

Destaque nº 9.

Eu gostaria de saber quem são os autores de todos os destaques. Aqui não diz.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - PCdoB.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para encaminhar contra a matéria destacada, mas a favor do destaque, estão inscritos o Deputado Davidson Magalhães, o Deputado André...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu sou a autora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Em seguida o Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em seguida o Deputado Davidson Magalhães. Positivo.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, esse destaque busca suprimir do texto a principal razão da exclusão do sistema previdenciário da maioria das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Aliás, é bom dizer que o texto do Relator, o Deputado Arthur Maia, constitucionaliza o que hoje não é constitucional: a carência no tempo de contribuição e o cálculo do benefício.

Esses dois itens não estão na Constituição brasileira, mas em lei infraconstitucional. Repito: o Relator constitucionaliza o que hoje não está na Constituição, que são exatamente esses dois assuntos. Isso ou é desconhecimento da realidade brasileira ou é virar as costas mesmo para a maioria do povo.

Hoje 79% dos segurados não alcançam 25 anos de contribuição. Com mais 3 milhões de desempregados, fruto deste Governo que aí está, com sonegadores, devedores e empresas sendo facilitadas, em vez de serem cobradas, com a rotatividade da mão de obra na economia estagnada que nós temos, obviamente essa realidade piorou. Não serão mais apenas 79% que não alcançarão 25 anos de contribuição, será um percentual maior. Se olharmos para as mulheres, veremos que a realidade é ainda pior, já que o índice de desocupação e de precarização é maior do que o dos homens.



Manter a carência de 25 anos significa exclusão do sistema previdenciário dos mais pobres, que é a marca desta PEC, é a marca deste projeto do Governo. Hoje são 15 anos de carência para aposentadoria por idade. Esses 25 anos estão valendo para uma série de exigências, o que será inalcançável para a grande maioria que recebe salário mínimo. Somando-se dois salários mínimos chega-se a 87% dos segurados.

Aqui eu ouço alguns Deputados dizerem que o índice de reposição é muito elevado. Ora, num país em que a maioria ganha salário mínimo é óbvio que o índice de reposição tem que ser o salário mínimo. É engraçado dizer isso. Chega a ser hipócrita dizer uma coisa dessas na medida em que isso não se compara à OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Sempre citei as empregadas domésticas: 6 milhões não tinham sequer carteira assinada até 2014. Como exigir dessas mulheres 25 anos de contribuição? Essa exigência de 25 anos é a essência da exclusão da proposta de reforma previdenciária.

O nosso problema, repito, não está nas regras previdenciárias. O problema está na economia. Quando fazemos a análise da realidade brasileira, vemos que esse é o ponto da exclusão. Nosso problema está na macroeconomia, está na economia, inclusive na microeconomia. Não está na regra previdenciária. É um absurdo afirmar isso. Reafirmo que o principal algoz da economia brasileira se chama taxa de juros, principal algoz do déficit nominal. São 456 bilhões de reais de sonegação, mais de 300 bilhões de reais de isenção, mais de 400 bilhões de reais de dívida ativa.

O problema não está no grande modelo da Seguridade Social, conquistado em 1988. Nós estamos aqui destruindo conquistas fundamentais para os rurais, que foi uma grande conquista em 1988; para o BPC, que também foi uma grande conquista em 1988; para a assistência social, no geral, que foi uma grande conquista, e para o modelo intergeracional solidário de repactuação.

Posso aqui dizer para V.Exas. que a Previdência vai quebrar se essa reforma passar, porque nós vamos retirar do sistema público quem pode pagar e jogar para a previdência privada, que é um dos grandes objetivos dessa reforma. E vamos



excluir grande parte dos trabalhadores da possibilidade de contribuição, de sustentação do sistema.

Então, o que quebra a Previdência não é a não reforma, mas a reforma. Essa reforma vai quebrar a Previdência, e esse é o objetivo, como fez o Chile. Milhões de pessoas fazem passeatas hoje para pedir o retorno do sistema de repartição, o sistema solidário. O Chile privatizou tudo, e isso arreventou, causou uma orfandade generalizada na população chilena, com aumento da pobreza no seio dos idosos.

Portanto, haverá possibilidade de inclusão previdenciária se nós retirarmos os 25 anos e deixarmos os atuais 15 anos.

Por isso, encaminhamos o voto “não” ao texto e “sim” ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia para encaminhar favoravelmente à manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, eu passei apenas uma semana fora, mas voltei como se estivesse em Marte. Tenho ouvido coisas aqui que são inteiramente estranhas à minha forma de entender as coisas. Ouvi Deputados dizerem que o desemprego de 14 milhões de pessoas é fruto da política deste Governo. Isso não passa na cabeça de ninguém.

Todo mundo sabe que o desemprego é fruto da pior recessão da história do País. O Brasil, durante os últimos 2 anos, vem perdendo espaço na economia. Em consequência, há uma diminuição do tamanho da economia e da renda média.

Eu tenho ouvido verdadeiras heresias. Por exemplo, alguém disse aqui que o problema é o juro. Ocorre que o Governo passado nos entregou os juros nas alturas. Os juros estão caindo. No entanto, concordo com o fato de que o atual Governo tem que abrir o olho para os juros básicos da economia que estão caindo, mas as empresas continuam sendo taxadas pelos bancos, inclusive pelos bancos públicos, com juros exorbitantes. Por exemplo, o Banco do Brasil cobra 2% ao mês mais SELIC. Isso é um assalto que está sendo feito contra a pequena, média e microempresa.

Portanto, vamos manter o texto sim. Ninguém pode pretender se aposentar sem contribuição. O sistema exige contribuição. Aqueles que não contribuíram vão



se aposentar também, mas pelo outro sistema — dentro da reforma —, não pelo sistema previdenciário.

Encaminhamos pela manutenção do texto e pedimos que todos os partidos da base encaminhem nesse sentido. O substitutivo reduz a idade mínima dos trabalhadores rurais. É um avanço que não deve ser desprezado. Houve avanço na área do trabalhador rural? Houve avanço em todas as partes. Nós não podemos agora abandonar o texto, entendendo que o problema do Brasil não é a Previdência. O problema do Brasil é um conjunto de coisas que precisam ser feitas.

Eu divirjo do Governo na questão da microeconomia. Acho que a proposta hoje, apresentada pelo Ministro da Fazenda nos jornais, na parte microeconômica, está muito pobre e não olha para as empresas. Vamos discutir esse assunto depois. Agora, nós temos que resolver o problema das reformas trabalhista, que foi aprovada, e previdenciária, que será aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra para o Deputado Davidson Magalhães, para encaminhar a favor da matéria destacada, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa é a essência do caráter de perversidade dessa reforma previdenciária. Aliás, o Deputado José Carlos Aleluia disse bem sobre o sistema previdenciário. Hoje, Deputado, de cada dez brasileiros e brasileiras que se aposentaram no Brasil, 7,9% não se aposentariam se os 25 anos de contribuição já estivessem vigendo em nosso País.

Portanto, as pessoas mais pobres vão ser empurradas para o sistema da LOAS, que passará a exigir 70 anos para o recebimento do benefício. Esse é o grande encaminhamento que essa reforma da Previdência quer dar às pessoas mais carentes do nosso País.

Na Bahia, por exemplo, 84% dos baianos se aposentam por idade, porque não há como se aposentar com 25 anos de contribuição. Hoje, a exigência é de 15 anos. Dos atuais aposentados e aposentadas, 65% contribuem sequer com 20 anos. Se fôssemos pela regra dos 25 anos de contribuição, 79% não se aposentariam, ou seja, de dez aposentados e aposentadas, quase oito não se aposentariam.



Cabe ressaltar que é esse regime excludente que está sendo aprovado no relatório apresentado pelo Deputado Arthur Oliveira Maia, que vai atingir principalmente a população mais carente. Essa é uma das medidas mais perversas dessa proposta da reforma da Previdência. Ela impede a contribuição dessas pessoas mais humildes que estão no mercado de trabalho, que têm uma rotatividade de 40%. Isso é estatística, que está comprovada inclusive pelo próprio Ministério do Trabalho, não é discurso. Qual é a realidade brasileira? Hoje os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, durante o ano, contribuem em média de 4 e 6 meses.

Portanto, a grande rotatividade impedirá que essa população mais carente contribua durante 25 anos. Note-se que, atualmente, são 15 anos. E, mesmo com essa exigência dos 15 anos, os 79% dos aposentados e das aposentadas chegam sequer a 24 anos de contribuição.

Essa é uma perversidade principalmente com os assalariados mais humildes. E quando observamos as regiões mais empobrecidas do País, onde grande parte da população se aposenta por idade — 84% na Bahia e assim se estende aos Estados do Nordeste —, vemos que será essa a população atingida, essa população que em média recebe um salário mínimo ou um salário mínimo e meio de aposentadoria. Esses não vão ter acesso ao regime previdenciário brasileiro, apesar de contribuírem com a Previdência.

Se somarmos tudo isso à informalidade do nosso mercado, aos projetos de terceirização que foram aprovados — que vão precarizar as relações de trabalho e dificultar a contribuição previdenciária daquele que está formalmente no mercado de trabalho, com carteira assinada — e à reforma trabalhista, vamos impedir a maioria das aposentadorias. Aliás, esse é o objetivo desse projeto, o objetivo dessa reforma da Previdência. Na verdade, não se trata de uma reforma da Previdência, mas da exclusão do sistema previdenciário brasileiro da maioria do povo, dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente dos mais humildes.

O PCdoB apresenta esse destaque porque entende que ele pode retirar uma das partes mais perversas do texto, que é a exclusão do povo brasileiro do acesso à aposentadoria. É nesse sentido que votamos, para que seja destacada essa proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Obrigado.



Passo a palavra, para encaminhar a favor da manutenção do texto, ao Deputado Bilac Pinto.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun; eminente Relator, Deputado Arthur Maia; quanto ao destaque da bancada do Partido Comunista do Brasil em relação à retirada da expressão “documentário”, que deixa um vácuo em relação ao tempo mínimo necessário, eu queria fazer algumas ponderações.

Alega-se que essa reforma discrimina os trabalhadores rurais. Isso é um mito. Acho que a reforma evita a fraude. Nós vamos preservar a essência do trabalho rural. Nós reduzimos a idade mínima dos homens para 60 anos e das mulheres para 57 anos. Passamos também o tempo de contribuição para 15 anos, o que será uma contribuição com o objetivo de ser simbólica, para efeito de fiscalização. Com a formalização ao longo da vida laboral do trabalhador rural, ele terá acesso facilitado aos benefícios da Previdência Social. Além da sua aposentadoria, também terá acesso ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez e ao salário-maternidade.

Por isso encaminhamos a favor do texto do Relator, Sr. Presidente.

Este é o encaminhamento do Partido da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Obrigado, Deputado Bilac Pinto.

Vamos à orientação de bancada. *(Pausa.)*

O Deputado Bilac Pinto não orientou, S.Exa. encaminhou pelo Governo.

Alguém orienta pelo Governo? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB?

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, pela manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, o PP vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - Sr. Presidente, o PT orienta o voto “não”, porque entende que esse aumento de tempo de contribuição é mortal para o trabalhador brasileiro. Talvez essa seja a mais grave de todas as mudanças. De fato, hoje o trabalhador, para comprovar 15 anos de contribuição, fica em média 10



anos desempregado. Há uma rotatividade muito grande no mundo do trabalho formal e tende a piorar com a quarta revolução industrial.

Portanto, exigir idade mínima e tempo de contribuição, ampliando de 15 anos para 25 anos, é mortal para os trabalhadores urbanos, como é mortal para os trabalhadores rurais. Se aplicarmos essa regra aos que se aposentaram no ano de 2015, veremos que quase 80% não teriam a mínima possibilidade de se aposentar.

Quero orientar o voto “não”.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, os partidos da base do Governo são orientados para votar com o texto do Relator e votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O Governo e a base orientam o voto “sim”.

O Líder do Governo orientou.

Passo a palavra, então, ao PSB para sua orientação pelo tempo de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, essa é a expressão pura da maldade proposta pelo Relator, na medida em que nós temos hoje um tempo de contribuição média de 15 anos, o que daria 180 meses, e S.Exa. propõe elevar para 300 meses em contrapartida ao tempo de permanência da maioria dos trabalhadores nos seus respectivos trabalhos, que é, em média, 9 anos. Portanto, o que S.Exa. está propondo é uma maldade.

O PSB orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como orienta o PDT?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, para nós do PDT está muito claro, lógico, o espírito dessa reforma. Cada vez mais temos a convicção de que este Governo está simplesmente pagando as contas de quem o financiou para que ele chegasse ao poder. E é lógico que é o sistema financeiro. Essa perversidade de exigir 25 anos como tempo mínimo de contribuição vai inviabilizar a aposentadoria de milhões de brasileiros.

Para fazer um paralelo, o México, que era considerado o laboratório do Consenso de Washington e fez essa reforma nos moldes muito semelhantes ao que está sendo proposto atualmente, 20 anos depois, apresenta o seguinte resultado: 77% do povo mexicano acima de 65 anos não conseguiu se aposentar. É essa perversidade que nós denunciemos e continuamente denunciaremos.



Por isso o PDT vota “não” ao texto e “sim” ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade  
(Pausa.)

Como vota o PCdoB?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, queremos destacar que a bancada do Governo, quando faz o enfrentamento a esse destaque, omite os dados, omite as informações, não enfrenta o debate da exclusão que essa medida dos 25 anos de contribuição vai provocar na população mais humilde do Brasil.

Eles tergiversam e não enfrentam esse debate porque sabem que estão sendo perversos principalmente com o povo trabalhador, com as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil que não têm condições.

Os próprios dados dizem isso. Esses dados que revelam que quase 80% dos atuais aposentados e aposentadas do Brasil não se aposentariam com a atual proposta são de 2015, quando nós já tínhamos 8 milhões de desempregados. Com 14 milhões de desempregados, essa exigência é impeditiva.

Portanto, é um absurdo, uma monstruosidade o que quer se fazer contra o povo brasileiro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vota “não” o PCdoB.

Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - O PHS, Sr. Presidente, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vota “não” o PHS.

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, essa proposta é de uma perversidade e de uma crueldade a toda prova. Essa proposta não quer mais que brasileiros e brasileiras se aposentem. Só quem não conhece a realidade brasileira, o Brasil real e profundo, a taxa de 50% de informalidade do trabalho, a rotatividade, a sazonalidade, o desemprego de 14 milhões de pessoas, inclusive a incúria patronal, que não quer registrar o empregado em carteira; só quem não conhece isso é capaz de fazer uma perversidade dessa.

Sr. Relator, 53% das mulheres, se chegarem aos 62 anos, que é a idade que V.Exa. está propondo, não se aposentarão, mesmo com 62 anos. Oitenta por cento



do povo brasileiro, dos trabalhadores não chegarão à aposentadoria. E V.Exas. sabem disso. V.Exas. sabem que há 14 milhões de desempregados. Isso é para fazer o jogo do capital financeiro, para acabar com a previdência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PSOL vota “não”.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O PSOL só poderia votar “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - O PROS vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PROS vota “não”.

Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção dos colegas, especialmente daqueles que dizem que essa reforma é para combater privilégios. Esse trecho ataca os trabalhadores que ganham menos; vai pegar quem ganha 1 salário mínimo, 2 salários mínimos, no máximo.

Nós estamos fazendo o contrário do que o Japão fez. Sr. Presidente, agora, o Japão reduziu de 25 anos para 10 anos o tempo de contribuição mínima. Vou repetir: o Japão reduziu o tempo de contribuição mínima de 25 anos para 10 anos. Por quê? Porque o Governo japonês percebeu o quanto a pobreza estava aumentando na terceira idade. Por isso reduziu.

Eu queria fazer um apelo àqueles que votaram a favor do texto principal, àqueles que acham que essa reforma deve avançar, para, pelo menos esse trecho, que é injusto, ser retirado.

Por isso...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - A Rede vota “não”.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Por isso a Rede vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Já estou até adivinhando.

Deputado Arthur Maia, V.Exa. vai encaminhar pelo Governo?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - O Relator vai encaminhar pelo Governo? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não pode?



**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Ficou claro qual é o papel do Relator. Está claro o papel do Relator. Que coisa feia!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Relator não pode ser o Governo! É uma vergonha!

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, eu não vou encaminhar pelo Governo. Eu peço a V.Exa. que me ceda 1 minuto.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Agora ficou claro o papel do Relator. Que vergonha!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Relator não é o Governo, gente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Já se acalmaram? *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Que demonstração!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Relator não é o Governo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Já se acalmaram? *(Pausa.)*

Ato falho.

Concedo a palavra por 1 minuto ao Relator. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - V.Exa. podia se manter o mínimo de aparência para não ficar tão evidente.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - A Minoria nem encaminhou ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exas. já se acalmaram? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Relator está reunido com o golpista Temer neste momento.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - A Minoria nem encaminhou ainda, precisar encaminhar. Não acabou a orientação. Vai acabar depois? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, quero só colocar um dado a mais neste debate sobre este destaque que eu reputo muito significativo.

As pessoas estão fazendo colocações aqui neste debate que podem levar as pessoas que estão nos assistindo pela televisão a imaginar que, a essa altura do campeonato, nós estamos aumentando de 15 anos para 25 anos o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria no dia em que esta proposta de emenda à Constituição for aprovada.



É importante destacar que esse aumento se dará na razão de 6 meses a cada ano. Portanto, só daqui a 20 anos, no ano de 2037, é que as pessoas precisarão de 25 anos de contribuição para se aposentar.

Isso é só para repor a verdade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Os países desenvolvidos estão indo no sentido inverso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que encaminhará pela Minoria.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, é engraçado ouvir essa explicação. Primeiro, o Relator comete um ato falho absurdo. Quer dizer, não é um ato falho, na verdade o comportamento é esse mesmo: é o comportamento do Relator que é Governo, infelizmente.

Segundo: há uma questão aqui que é decisiva. Mesmo que sejam 6 meses a cada ano, quem estava na perspectiva dos 15 anos, agora vê esse tempo pular para 16 anos, 17 anos. Ou seja, há um aumento dessa tempo de contribuição, o que vai excluir de fato a grande maioria dos trabalhadores. É a emenda da exclusão. Esse tempo de contribuição é a exclusão da maioria dos trabalhadores de baixa renda.

Vale dizer que 37,3% dos trabalhadores não chegam sequer a 65 anos de idade. Cinco meses por ano é o tempo médio que hoje as pessoas contribuem. Então, elas terão que trabalhar 60 anos para completar 25 anos de contribuição. Isso é de uma crueldade que não tem limite. Aliás, esse Governo não tem limite para crueldade...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Para concluir, Sr. Presidente, esse Governo não tem limite para favorecer banco. É isto que vocês estão fazendo aqui: favorecendo banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A Minoria vota "não".

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - A Minoria vota "não". Eu que quero falar isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como todos já sabem como votar, vamos direto à votação.



A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Passo a palavra, como Líder, ao Deputado Darcísio Perondi, pelo tempo de até 10 minutos. O tempo excedente poderá ser utilizado por outro Parlamentar indicado pela Liderança.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É de uma irresponsabilidade sem precedentes esse destaque. Ele simplesmente retira a previsão de 25 anos e, portanto, qualquer pessoa poderá se aposentar até sem contribuição.

Alô, colegas: isso é um absurdo!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É mentira! É mentira!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mentira! Isso não é verdade.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Volta para 15 anos. É mentira!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - A falta de argumento não pode levar a essa mentira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço a V.Exas. que respeitem a palavra do...

Vejam bem: é muito grave essa afirmação “mentira”. É muito grave essa afirmação “mentira”. V.Exas. terão tempo, em várias oportunidades, durante a discussão e até podem utilizar o tempo de Líder, para contestar a palavra do eminente Deputado que ora a está utilizando.

Então, peço a V.Exas. paciência. Eu já ouvi aqui muita coisa de que não gostei.

Eu vou repor 30 segundos do tempo do Deputado Darcísio Perondi. Estou devolvendo a V.Exa. o tempo de 10 minutos.

Antes, porém, convido o Deputado Julio Lopes, que me informa que vai dividir o tempo com o Deputado Darcísio Perondi, para assumir a Presidência dos trabalhos.



Encerrando o tempo do Deputado, o próximo inscrito como Líder é o Deputado André Figueiredo, do PDT.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Peço a V.Exa. que reponha o meu tempo de 10 minutos. Está marcando ali 9min33seg.

É só ler o texto que está aqui, página 19.

Vamos lá.

Em primeiro lugar, quero dizer que estamos, sim, reduzindo de 35 anos para 25 anos. Alô, povo brasileiro: estamos reduzindo de 35 anos para 25 anos.

Em segundo lugar, para o aumento de 15 anos para 25 anos há uma transição lenta, mas muito lenta: serão 6 meses a cada ano vivido. Isso vai ocorrer em 20 anos.

Em terceiro lugar, é importante que as pessoas contribuam mais do que 15 anos, porque a Previdência não é só aposentadoria; a Previdência é o maior e o mais barato seguro social. E o seguro social envolve — alô, mulheres grávidas e futuras grávidas! — auxílio-maternidade e concede aos pais auxílio-paternidade.

Há o auxílio-acidente para as pessoas que se acidentam, que se queimam no trabalho. É um seguro extraordinário.

Eu não sei o que a Oposição quer do povo brasileiro, mesmo dos assalariados, que nós estamos protegendo ao manter o salário mínimo vinculado. Sim, 65% dos aposentados ganham 1 salário mínimo, e nós estamos garantindo isso.

Agora, nós não queremos que o cidadão que tem 12 anos ou 13 anos de contribuição negocie com o patrão, deixe o emprego, pegue lá um salário e receba o seguro-desemprego por 2 anos, 3 anos, para não chegar aos 15 anos, e se aposente por idade. Isso foi detectado não pelo Governo Michel, mas pelo outro Governo. Então, nós estamos também tapando um buraco. É de mais buraco que nós estamos tratando.

A Oposição esquece isso. Não sei o que está faltando. Talvez deveriam tomar “Memorial”...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vá você!...



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O conceito internacional para garantir a sustentabilidade do direito previdenciário, desse contrato fantástico que qualquer governo faz com o seu cidadão, é o conceito da expectativa de sobrevida. Nós discutimos aqui durante 4 meses quanto tempo o cidadão vai viver quando se aposentar a partir de 60 anos ou 65 anos. A idade média no Brasil de sobrevida é são 18 anos e meio. Nós discutimos aqui: o nordestino, se não morre de zero a 5 anos; se não morre na juventude, em razão de violência, em torno de 20 anos,...

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - O que é isso? Por que o nordestino?

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - ...ele vive mais 18 anos. Eu também duvidei, meus colegas. Mas, quando começamos a estudar — eu, o Julio, o Olavo, o Thiago, enfim, um grupo de vinte Parlamentares — o tema com os consultores, quando começamos a ler os dados há 3 meses, eu duvidei dos consultores. Mas o fato é que eles nos mostraram a ciência, o livro, o estudo que demonstra que o nordestino não morre com 65 anos; ele tem sobrevida, no mínimo, de mais 18 anos e meio. A expectativa de vida do nordestino brasileiro é de 84 anos. Então, a Oposição, de novo nega.

“Cidadãos” brasileiros, Deputados desta Comissão, nós estamos protegendo o andar de baixo e ferindo de morte o andar de cima...

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Somos “cidadãos” brasileiros.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - ...as corporações públicas e as aposentadorias precoces do tempo de contribuição.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não se pode assassinar o vernáculo assim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É lamentável, profundamente lamentável, é uma desumanidade, é uma indignidade, é uma falta de generosidade, é uma falta de respeito a todos os brasileiros dizer o que eles estão dizendo aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Lopes) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Com a palavra o Deputado André Figueiredo, do PDT.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...



**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Deputado André, talvez o conhecimento de Previdência que tem o Deputado Darcísio Perondi seja igual ao conhecimento vernacular de S.Exa. — talvez seja isso. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho sempre insistido aqui na tese de que...

Sr. Presidente, pediria que V.Exa. pedisse um pouquinho de silêncio ao Plenário e que me assegurasse o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Lopes) - Peço silêncio ao Plenário. O orador está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Obrigado.

Sr. Presidente, nós temos aqui um discurso de quem mente mais, porque nós temos insistido na tese de que são completas as mentiras as propagandas falaciosas que o Governo patrocina com recursos indevidos do Ministério do Esporte. Pasmem! Recursos de contratos do Ministério do Esporte, da ordem de 55 milhões de reais, são utilizados para convencer a população brasileira da seguinte falácia: a Previdência tem que ser reformada, senão ela quebra. Isso já pode ser considerado um crime de responsabilidade.

Por outro lado, costumamos ver as inverdades de tudo o que o Governo diz aqui. E aí, por ocasião dos nossos destaques, nós vamos provar isso para quem nos está assistindo. É evidentemente que não vamos provar ao Relator da matéria, porque já dissemos não ser verdade que esse relatório é melhor do que o relatório anterior, ou até mesmo que a PEC originária.

Basta ver que uma emenda do PSB relacionada ao funcionalismo público, que é o Destaque nº 11, pede para que nós retornemos o texto da PEC originária do Governo, porque o mal será ainda menor do que o do atual relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia. Mas isso discutiremos por ocasião do destaque.

O que nós queremos deixar muito claro é que esta PEC é perversa, porque, ao mesmo tempo em que aqui se diz que serão necessários 20 anos para se atingir a contribuição mínima de 25 anos, omite-se que o § 2º do mesmo art. 10 também faz remissão ao primeiro dia do terceiro exercício subsequente à data de publicação da emenda constitucional para efeito de aumento progressivo da idade mínima. Ou



seja, não existe mais tempo de contribuição que seja suficiente para que o brasileiro possa se aposentar.

Fiz questão de fazer um paralelo com o México, por quê? Em 1997, o México foi considerado laboratório do Consenso de Washington; era aquele modelo o suprássumo do liberalismo. A reforma iria manter os direitos dos aposentados. Vinte anos depois, 77% da população mexicana acima de 65 anos não tem a menor perspectiva de se aposentar.

É isso que nós teremos no Brasil, o receituário é o mesmo. O receituário é única e exclusivamente para atender aos grandes interesses das corporações financeiras, que estão rindo à toa. E por quê? Porque, em tese, pelas palavras do Governo, a Previdência está quebrada, mas se aumenta a Desvinculação das Receitas da União — DRU de 20% para 30%. E essa desvinculação vai para gastos sociais? É claro que não, afinal a PEC 241 congelou os gastos sociais, os gastos públicos em 20 anos, mas não congelou o pagamento de juros. Por isso que se aumenta de 20% para 30% a DRU, tirando dinheiro da Seguridade e, conseqüentemente, aumentando o contingenciamento primário e pagando mais e mais juros aos bancos.

O tempo é limitado, mas nós vamos discutir em cada fase, Deputado Arthur Maia, para mostrar claramente que é falacioso esse relatório. Eu espero que este discurso que nós estamos tendo aqui seja uma trincheira de resistência a essa reforma. Esperamos que essa mensagem possa reverberar, porque não é verdade que este relatório apresentado pelo Relator, que nós votamos semana passada, é menos mau do que o relatório anterior do próprio Relator ou até mesmo do que esta PEC perversa engendrada pelo Palácio do Planalto. Faremos essa discussão, mostrando item por item.

É falso dizer que tudo melhorou para a mulher, em relação à idade para aposentadoria na proposta anterior — reduzida de 65 anos para 62 anos —, porque não se levou em consideração o gatilho demográfico, que vai fazer com que mulheres, daqui a 40 anos, no mínimo, aposentem-se com 66 anos. Muito menos é verdade dizer que a redução do pedágio de 50% para 30% também melhorou o quadro, porque agora se aliou a questão do tempo de contribuição — que era, entre aspas, “apenas” 50% de adicional — com a idade mínima, o que vai fazer com que



várias pessoas que tinham a expectativa de se aposentar nos próximos anos tenham que trabalhar, às vezes, 300% a mais em relação ao tempo originalmente previsto. Mas disso falaremos por ocasião dos nossos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Concluída a votação...

V.Exa. não votou? (*Pausa.*)

Concluída a votação. Desculpe-me!

Vamos ao resultado: 22 a 14.

Vamos em frente.

O próximo destaque é o de nº 48, da bancada do PT.

A Deputada Jandira Feghali deseja falar como Líder da Minoria.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não? É só a senhora? Então está bom.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Apenas eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Ah! Esta é a sua assinatura. A senhora tem 9 minutos, Deputada Jandira.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu optei por falar agora porque considere emblemática a votação do destaque que acabamos de perder. Aí eu me lembro de Darcy Ribeiro: *“Nós perdemos, mas não gostaríamos de estar do lado de quem nos venceu”*.

Na verdade, esse destaque era uma expressão muito clara do confronto que se dá aqui na mudança de modelo da seguridade social brasileira. Não se trata de um seguro social, Deputado Darcísio Perondi; seguro social era o conceito anterior, quando apenas havia um vínculo entre trabalhador e Estado. Hoje, o conceito que a Constituição adotou foi o da seguridade social como um sistema de proteção social. E esse sistema de proteção social incorporou uma série de outras garantias e conquistas para a sociedade brasileira.

Repito aqui que é mentira a fala feita pelo Líder do Governo. E essa é uma acusação grave porque ela é verdadeira. E por que falo que é mentira? Porque hoje sequer há na Constituição Federal um tempo mínimo de carência; o tempo de carência está na lei, Deputado Arthur Oliveira Maia — está apenas na lei!



Deputado Arthur Oliveira Maia, o senhor está constitucionalizando um tempo mínimo de carência, previsão que sequer está na Constituição. Portanto, V.Exa. está colocando na Constituição o que hoje é previsão da lei.

Então, é mentira, porque, se não estiver previsto na Constituição, prevalecerá a lei, que determina 15 anos de tempo mínimo, que é a carência de 15 anos. Então, é mentira o dado que foi exposto aqui. Não estão reduzindo tempo nenhum. Vocês estão elevando o tempo mínimo, que excluirá os trabalhadores e as trabalhadoras do sistema previdenciário.

Em segundo lugar, não há redução de 35 anos para 25 anos. Essa é outra mentira deslavada. Não há redução. O tempo hoje é de 35 anos para receber no teto, que hoje é o que garante a lei brasileira. Aqui nessa proposta, para receber no teto, o trabalhador tem que ter 40 anos de contribuição. Então, aumentou de 35 anos para 40 anos, numa situação econômica em que as pessoas estão desempregadas, onde a rotatividade é alta e que o Governo e sua base, hipocritamente, apoiam o estímulo à “pejotização”, à precarização e à perda de vínculo.

Vocês retiram a contribuição de um lado e retiram direitos do outro. Esse tipo de formulação que vocês fazem aqui só tem uma possibilidade de benefício: banco, previdência privada.

A exclusão no campo, com a mudança que vocês fizeram, será imensa — se não chegar a quase 100% dos trabalhadores rurais e das trabalhadoras rurais. E as trabalhadoras rurais têm mais jornada que as urbanas, sim; não deveriam sequer seguir a lógica dos 3 anos a menos, deveria a idade de 55 anos ser mantida. Mas o que vocês estão fazendo aqui com essa mudança é aumentar, sim, o tempo mínimo de 15 anos para 25 anos de contribuição.

Aliás, eu fico olhando a propaganda do Governo na TV: colocaram um cadeirante para ser desonesto com outras pessoas com deficiência. A única aposentadoria por tempo de contribuição, Deputados e Deputadas, é a pessoa com deficiência, pois o texto previu um tempo de 35, 25 e 20 anos, quando isso não é exigido sequer para as pessoas que não têm nenhuma deficiência.

É uma crueldade o que vocês estão fazendo. A CNBB está conosco contra a reforma; outras igrejas estão conosco contra a reforma; todas as entidades brasileiras que representam a sociedade brasileira estão contra essa reforma. Vocês



já perderam a batalha de comunicação. As pesquisas já demonstraram isso para quem quer ouvir, para quem quer ver.

Aqui eu fiz questão de falar agora, porque estou entre o destaque dos 25 anos e o destaque do cálculo de benefício. Vocês pioraram o cálculo de benefício, conseguiram piorá-lo da PEC original para o substitutivo. A PEC original já era um horror, porque ela retirava o cálculo de 80% das maiores contribuições. Agora, o texto considera 100% das contribuições — que no início e no final da vida são menores, porque trabalhadores acima de 55 anos ou 60 anos em geral sequer conseguem carteira assinada e, quando conseguem, têm salário pequeno. E ainda temos agora os terceirizados. É isso que vai acontecer.

A verdade é que vocês estão pegando 100% das contribuições e retirando dali 70% da média — não é nem a média completa, mas apenas 70% do que foi calculado como média. Vocês só acrescentam 1% ou 1,5% depois que o trabalhador passa de 25 anos de contribuição.

Na PEC original começava de 76%; agora começa de 70%. Reduziram o benefício dos trabalhadores e trabalhadoras para aposentadoria. Vocês não têm limite para agredir a população brasileira.

Para a aposentadoria do profissional de atividade insalubre exige-se que a pessoa já esteja doente, que comprove efetivo dano à saúde. E o pior: ele não pode sair antes dos 55 anos, mesmo que seja um mineiro de carvão. Aumentaram de 15 anos para 20 anos o tempo de contribuição, e a idade não poderá ser menor do que 55 anos. Então, mesmo que ele tenha entrado na atividade com 18 anos ou com 20 anos — com 15 anos hoje ele sairia —, não poderá mais sair com tempo de contribuição, vai ter que sair com 55 anos — mesmo que esteja doente! Aliás, ele vai ter que provar a doença para sair.

A aposentadoria especial é para evitar a doença. É por isso o encurtamento da atividade laboral: para evitar que ele fique doente. E isso vale para o mineiro de carvão, para aquele que pode ter asbestose ou silicose, vinda do jato de areia lavada; ou para outras atividades, como radiologia, para evitar que o profissional adoça. Há casos de leucemia e outros casos de câncer medular por conta de agentes físicos. Neste momento se exige que se comprove o dano efetivo à saúde, e



ele não pode sair com um tempo menor de trabalho, porque tem que ter pelo menos 55 anos de idade e pelo menos 20 anos de contribuição.

As mulheres se arreentaram nessa reforma. Tiveram idade mínima elevada em todas as áreas: as professoras estão iguais aos professores; para as servidoras, o tempo aumentou 7 anos. Para as trabalhadoras na cidade, o tempo aumentou em 2 anos; no campo, 2 anos. E não adianta falar que isso só ocorrerá em 20 anos, porque a idade vai progredindo imediatamente.

O pedágio no tempo de contribuição é cruel, porque tempo de contribuição não é igual a tempo de trabalho. Cinco anos de contribuição a mais podem significar 15 anos ou 20 anos a mais de trabalho.

Vocês perderam a noção do perigo. Vocês perderam a noção da capacidade de indignação do povo brasileiro. E agora o Governo expõe os Deputados dizendo que está comprando cada um por 6 milhões. Seis milhões para cada Deputado! É isso que ele diz no jornal. O Governo está liberando recursos.

Além disso, o Governo está colocando em risco a vida das pessoas com a mudança do Estatuto do Desarmamento. Quem está fazendo a farra é o Governo. São 20 anos de parcelamento das dívidas com a União — e aí o Governo fala que há déficit.

Querem fazer mudança constitucional? Alterem a DRU. Retirem a DRU do texto constitucional, que subiu para 30%... Só em 2016 vocês tiraram 99 bilhões da seguridade, da saúde e também da assistência social. O Benefício da Prestação Continuada nós vamos discutir aqui, e é de uma crueldade singular! Eu nunca vi nada tão cruel! Então, vamos acabar com a hipocrisia, com a mentira, com a crueldade, com a desumanidade deste Governo e de sua base neste momento. Mas parte da base terá sensibilidade.

Muitos daqui não vão dar, não, esse abraço de afogado em Michel Temer. Com 4% de popularidade, o Governo quer que os Deputados se agarrem a ele e afundem junto. Os Deputados têm noção de sobrevivência. Não vão naufragar e morrer afogados com este Governo, não. Tenho certeza!

A pressão vai aumentar nas cidades. Vão aumentar as marchas a Brasília, vai aumentar a tensão social. V.Exas. estão brincando com fogo neste País, estão brincando com a capacidade de luta, de protesto e indignação do povo brasileiro,



que está perdendo direitos, e direitos da população mais pobre. Privilegiados são V.Exas.! Privilegiados são os banqueiros e os bancos! Privilegiados são os patrões, que estão arrebatando com os direitos dos trabalhadores, ajudados por este Governo e por parte deste Congresso.

Tenho certeza de que parte desta base estará conosco, e nós vamos derrotar no plenário a reforma da Previdência, senão poderíamos colocá-la na pauta na semana que vem. Por que não a colocam? Faço este desafio: coloquem-na no plenário na semana que vem! Vamos votar, na semana que vem, a reforma da Previdência no plenário e vamos ver se o Governo tem votos para aprovar a reforma.

Então, nós queremos derrotar, e vamos derrotar, a reforma da Previdência.

Obrigada, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sim, V.Exa. quer falar como Líder? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente, pelo tempo de 3 minutos, para falar como Líder do PSOL.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos assistindo a um espetáculo deprimente aqui na Câmara dos Deputados. Estamos assistindo a um cerco do Congresso Nacional, a um estado de sítio, a um estado de exceção. Mais do que isso, eu acho que está explícita, e o Governo está assumindo publicamente, a compra de votos. Isso, para mim, chama-se corrupção. Não tem outro nome: corrupção!

Eles dizem claramente que são 2 bilhões em emendas, preferencialmente, rapidamente, para os Deputados da base que vão votar junto. Eles falam claramente em REFIS para os ruralistas! Sabem o tamanho da bancada truculenta do ruralismo? E dizem: "*Nós vamos fazer um refinanciamento de 30 anos!*" É isso que eles estão pedindo. E são vários REFIS, não é só o da bancada ruralista. É a forma de comprar, de cooptar.

É evidente a propaganda! Eles estão gastando milhões, centenas de milhões de reais, e tudo isso, as emendas, o REFIS que eles não vão cobrar, os refinanciamentos que não serão cobrados, a propaganda, não é gasto fiscal. Isso



não serve, não é? Interessante! *“O que nós precisamos é arrochar os pobres.”* Isso não tem importância.

Vai-se dando dinheiro para os Deputados serem comprados, corrompidos, mas não há dinheiro para a Previdência! Isso é um escárnio! É cara de pau! Isso devia dar processo. Isso aqui é para Conselho de Ética; isso é demissão presidencial. Ministros, inclusive diretamente arrolados na Lava-Jato, dizem explicitamente: *“Foram entregar dinheiro no escritório do Yunes em São Paulo”*. O Ministro Padilha volta de uma cirurgia, e agora está coordenando a corrupção novamente. E ninguém diz nada! Aliás, nem a grande imprensa, diga-se de passagem, toca nesse assunto, que é pura corrupção.

Por isso, nós estamos aqui para dizer o seguinte: na verdade, 90% da população é contra essa reforma. Nós vamos cobrar isso. Vai haver um grande movimento em Brasília no dia 24. Tirem as cercas! Deputados, tomem ciência, não pratiquem haraquiri! V.Exas. serão cobrados mais tarde, porque esta reforma é para atingir os mais pobres, como foi essa emenda dos 25% do tempo de contribuição, que é uma vergonha. Não há como explicar isso, a não ser dizendo: *“Pobres, paguem a conta da crise. Viva o capital financeiro! Viva a privatização!”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Muito obrigado.

Passo ao próximo destaque.

Destaque para Votação em Separado nº 48, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores.

Para encaminhamento favorável ao destaque, convido a usar da palavra o Deputado Assis Carvalho, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, este destaque que a bancada do PT apresentou é mais um absurdo que o Relator impõe neste relatório malvado.

Nos próprios dados de 2015 do Governo, apenas 21% das pessoas que recebiam até um salário mínimo conseguiram chegar aos 25 anos de contribuição. E a propaganda mentirosa do Governo fala em 25 anos. Não são 25; são 40 anos! Isso segundo o modelo de cálculo que temos aqui, a metodologia de cálculo que está sendo feita. Isso é uma situação extremamente agressiva.



Vejamos: o Relator diz que, ao alcançar os 25 anos, aplicam-se 70% sobre a média. Ora, Sr. Presidente, toda pessoa, quando começa a trabalhar e é mais nova, via de regra, ganha menos. Quando se aplica uma média dessas, não se chega nem a 70%.

Mas não é só isso. O Relator faz uma confusão muito grande na metodologia de cálculo para chegar a 100%. Se partir do princípio de que alguém conseguiu chegar aos 65 anos com 25 anos de contribuição... O Relator divide em três blocos a possibilidade de ter uma aposentadoria integral: quem tiver até 5 anos, após os 25 anos, vai para o valor/ano da ordem de 1,5%, que dá 7,5%; a partir daí, de 5 a 10 anos, vai para 2%; e, depois, de 10 a 15 anos, chega a 100%, com 2,5%.

Ora, Sr. Presidente, uma pessoa que chegar aos 65 anos e quiser se aposentar com salário integral, considerando os 15 anos, precisará ter 80 anos! Eu acho a forma como o Relator utiliza essa metodologia de cálculo para esses proventos extremamente agressiva, porque 25 anos, para ter 70% da média salarial, já é um absurdo. E praticamente ninguém alcançaria os 100%, pela média de vida brasileira. Se chegasse a essa possibilidade, naturalmente o indivíduo estaria sem condições de utilizar minimamente o benefício. Um ou outro chegaria a essa possibilidade, porque a maioria acaba morrendo antes.

Sr. Presidente, quem são os parceiros desse projeto? A CNBB e vários pastores se opõem terminantemente a essa proposta. A OAB se opõe a essa proposta. Os movimentos sociais se opõem a essa proposta. Tirando a grande mídia, que está inundada de anúncios públicos pagantes — jamais essa grande mídia vai se levantar contra, pela quantidade de recursos que recebe; tirando o sistema financeiro, que sabe e faz os seus cálculos direitinho, liquidando a previdência pública — quem ganha com isso é o sistema privado; enfim, tirando a grande mídia e o sistema financeiro, quem são os parceiros deste Governo?

E o Governo vem para cá e usa o microfone para dizer que está fazendo isso para salvar a previdência pública, Sr. Presidente! Este Governo — que não teve a coragem de ir para as ruas e fazer um pacto com as urnas, que não teve a coragem de dizer à sociedade que ia lhe roubar o futuro e o dos seus descendentes — tem autoridade moral para impor um absurdo como esse, Sr. Presidente?



Essa proposta é de uma maldade deslimitada. Parlamentares já nem escondem isso. Alguns dizem assim: “*Vamos fazer isso, porque essa gente...*” Para muitos Parlamentares essas pessoas humildes não são gente. Estão fazendo um Estado que só tenha dentro dele os golpistas. Têm que adequar essas continhas, Sr. Presidente, ao tal teto dos gastos, que congela por 20 anos o futuro do povo brasileiro.

Chegaram aqui, Sr. Presidente, e querem enganar quem, utilizando uma mídia, utilizando emendas, como vemos hoje na mídia, liberando 2 bilhões para mudar a posição de Parlamentares que já se manifestaram contra? Eu não acredito que vão conseguir.

Portanto, Sr. Presidente, essa proposta será derrotada, se Deus quiser, no Plenário desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado Assis Carvalho.

Passo a palavra ao Deputado Reinhold Stephanes, por 5 minutos, para encaminhamento a favor do Governo.

**O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES** - Sr. Presidente, eu tenho ouvido muitas críticas à reforma, e até críticas pesadas, críticas contundentes. Fala-se num pretenso estado de sítio. Mas isso nos dá a possibilidade de votar com tranquilidade.

Eu acho que hoje nós estamos votando com tranquilidade, estamos debatendo, discutindo, com tranquilidade, coisa que não conseguíamos fazer. Afinal de contas, não houve aqui uma simples, como alguém já tentou chamar, entrada ou ocupação. Houve muito mais do que isso. Houve uma agressão efetivamente. Nos meus 40 anos de Casa, eu acho que é a segunda vez que acontece um fato dessa forma. Definitivamente houve uma invasão, uma invasão muito forte. E o pior: apoiada por nossos colegas.

Falou-se muito na crueldade, na desumanidade, na maldade que se pratica. Acho que ninguém está aqui para praticar maldade, nem o Governo nem os técnicos do Governo. Ninguém está aqui para isso. Estamos aqui para ser feito aquilo que precisa ser feito, aquilo, repito, que se pratica no mundo inteiro. Previdência Social



tem doutrina, tem princípios, tem fundamentos. E é dessa forma que nós devemos agir.

Fala-se muito que essa reforma atinge os mais pobres. Eu acho que ela atinge efetivamente aqueles que ganham mais. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, ou seja, atinge aqueles que ganham mais, até porque mais da metade dos aposentados pelo Regime Geral ganha um salário mínimo. Aliás, fala-se muito que os pobres agora, para ter uma aposentadoria melhor, vão ter que recorrer aos bancos, às financeiras. Hoje, o sistema geral vai até o limite de 5 mil. O novo sistema continuará mantendo esse sistema. Ele vai apenas trazer para esse sistema aqueles que ganham mais, além desse limite.

Portanto, se alguém vai recorrer ao sistema financeiro, não serão os pobres. Eu acho que essa questão está muito mal colocada. Aliás, tenho recebido muitas pessoas para debater isso. E, normalmente, não são os pobres que vêm falar comigo.

Ainda há pouco, aqui no corredor, uma procuradora — uma procuradora, pelo que sei, e alguém me desminta se eu estiver enganado, deve estar ganhando um salário de mais ou menos 30 mil reais e deve se aposentar com salário nesse nível — tentava me convencer, de toda forma, da grande maldade, da grande injustiça que se cometia contra ela. Não me deixava nem argumentar, tamanha a agressividade dela em razão da maldade que estaríamos praticando contra ela, que é uma jovem. E achava que esperar até os 55 anos para se aposentar era muito.

Recordo-me de outro caso que eu atendi há menos de 1 semana. Quatro jovens delegados federais — não vou citar os nomes nem de onde eles são — vieram com o mesmo argumento. Um deles me disse: *“Poxa, eu ia me aposentar no ano que vem. Eu ia ficar alguns anos nos Estados Unidos, e agora não posso, porque tenho que trabalhar mais 3 anos”*.

Meu Deus do céu! Ele tem que trabalhar mais 3 anos para se aposentar com um salário de 30 mil ou 33 mil reais, e reclama! E os 25 milhões de desempregados no Brasil, que não têm salário, que não têm sequer comida para pôr na mesa, que não têm sequer perspectiva de se aposentar? E esses estão pagando a conta.

Eu acho que temos que dar um pouco mais de condição a este debate. As palavras “desumanidade”, “crueldade”, “maldade”, “direito dos pobres” são muito



fortes. O que se está propondo suprimir aqui é a base de cálculo que vai ser utilizada, que começa com 70% para aqueles que têm pelo menos 25 anos de contribuição. Vejam bem: 70%! Essa taxa de reposição de 70% existe em raros países do mundo. Raros países do mundo praticam essa taxa de reposição. Aqui já se começa com 70%, para aquele que contribuiu por, no mínimo, 25 anos, o que é bastante razoável.

Portanto, nós apoiamos o texto do Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

V.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, primeiro, o exemplo aqui dado é exceção, não é regra. Isso porque mais de 80% dos aposentados recebem um salário mínimo e se aposentam pela idade. Em Estados como o Pará, Maranhão, Piauí, Rondônia, Roraima, mais de 90% dos trabalhadores se aposentam pela idade, com 15 anos de contribuição; e 80% desses não conseguiriam se aposentar se a regra fosse a que está sendo proposta. Isso é a prova cabal de que este projeto de reforma da Previdência atinge os mais pobres, os mais necessitados.

Segundo ponto. É preciso deixar claro, Sr. Presidente, que essa proposta não foi apresentada pelo Governo. Essa é uma proposta do sistema financeiro, essa é a duplicata do golpe que está sendo paga. Se há alguém que vai ganhar com essa reforma da Previdência, é o sistema financeiro, que vai vender as suas previdências privadas àqueles que podem, porque a grande maioria não terá sequer acesso a isso.

Terceiro ponto. Nós ouvimos aqui representante do Governo dizer...

Sr. Presidente, gostaria que fizessem silêncio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Deixem o Deputado falar!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Gostaria que fosse restituído meu tempo, porque considero deselegante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Reponho 30 segundos ao tempo do Deputado Luiz Sérgio.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Depois o Governo vem aqui e diz: “*É um buraco que nós estamos tapando*”. Mas esses que estão falando em buraco não vão falar do Itaú, que acabou de ser perdoado em mais de 25 bilhões de reais? Ou isso não faz falta ao Governo? Não vão falar do balcão de negócios em que se transformou o novo REFIS, com financiamento de 20 anos para os grandes produtores? Ou seja, o Governo transformou o Palácio num balcão de negócios para vender a Previdência Social dos trabalhadores ao sistema financeiro. Isso, sim, é uma vergonha!

Vamos ser sinceros aqui! Não se aprofundou o debate nesta Comissão, não se chegou aonde precisava chegar, porque, ao se fornecer uma resposta obscura e incompleta sobre as projeções de déficit da Previdência Social, o debate sobre os rumos da Previdência Social brasileira ficou prejudicado pela assimetria de informações.

Então, o Governo não foi transparente no modelo atuarial que aqui apresentou. Os dados não são convincentes, não são claros, não são reais. Esse debate aqui é superficial. Há um rolo compressor nesta Comissão para se entregar a Previdência Social das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros ao sistema financeiro.

E cai por terra a tese do Governo. O Governo diz: “*Os brasileiros e as brasileiras estão vivendo mais e por isso nós precisamos fazer com que se aposentem mais tarde*”. Então, para que diminuir o valor da aposentadoria? A proposta do Relator, inclusive, é pior do que a que o Governo apresentou: a proposta que o Governo apresentou era 51% da média e 1% ao ano, quem se aposentava pela idade já começava com 76%; e naquela proposta começa com 70%, que é o que o Relator estabeleceu, e depois vem uma regra confusa — até hoje eu não encontrei um único trabalhador ou trabalhadora que pudesse compreender essa nova regra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção para o fato de que os meios de comunicação eram os defensores do Estatuto do Desarmamento. Mas, em nome da negociação, para se aprovar e entregar a Previdência Social, o Governo, por meio de um decreto, acaba flexibilizando a lei do desarmamento, desmontando parte daquilo que a Câmara dos Deputados aprovou. Que o Governo



mande um projeto de lei e que a Câmara então venha a se posicionar, para rever ou não sua decisão! O Governo fazer isso por um decreto é única e exclusivamente buscar negociar. E é vergonhoso o que os jornais publicam: o Governo está construindo uma maioria por meio de 6 milhões em emendas parlamentares.

O Parlamentar se colocar como mercadoria de venda para entregar a Previdência Social das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros é uma vergonha. Nós não podemos aceitar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, por 5 minutos, para encaminhamento a favor da manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam como são as coisas. Eu era Deputado da Oposição, o Presidente era Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro-Chefe da Casa Civil era o Deputado José Dirceu. Exatamente nesse período, nós acatamos o pleito do Governo para criar, Ministro Reinhold Stephanes, a previdência complementar dos servidores públicos. E me recordo muito bem do diálogo que tive com José Dirceu e com Luiz Inácio Lula da Silva para explicar-lhes o que representava contribuição definida e benefício definido.

Tenho que reconhecer que o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu são homens inteligentes. Eles logo perceberam que na Constituição, que eles aprovaram com o apoio da Oposição, deveria estar escrito que todo servidor público teria uma aposentadoria igual à de todos os brasileiros. E aí eu bato palmas para Lula, para José Dirce e para mim, porque apoiei isso na época, a base atual: nós colocamos na Constituição que a Previdência seria igual para todos os brasileiros. Esta reforma está consolidando isto: a Previdência será igual para todos os brasileiros.

E vem aqui um Deputado, exatamente do partido de Luiz Inácio Lula da Silva, dizer que nós estamos querendo passar para a iniciativa privada a aposentadoria dos servidores!

Deputado, ou V.Exa. não tem memória ou não conhece a história. No meu caso, eu tenho memória e conheço a história. Quem decidiu passar à previdência complementar para investir no desenvolvimento nacional foi o Presidente Lula, com o meu apoio e o meu aplauso.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Com o meu também!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Com o seu também.

Agora eu só estou vendo o Relator consolidar isso, acabando, no futuro, não agora, com os privilégios.

O grande problema dessa reforma é que ela coloca todos os brasileiros em igualdade de tratamento perante a previdência pública, que é subsidiada com imposto do povo brasileiro. O que não é razoável é que, como disse também o Deputado do PT, 80% dos brasileiros se aposentem com um salário mínimo ou um pouquinho mais, enquanto um pequeno percentual usa, para subsidiar aposentadorias maravilhosas, recursos públicos que futuramente deveriam ser usados na educação, na saúde, na infraestrutura. Há muita gente grande que não vai gostar disso.

No Brasil, era muito comum alguém fazer carreira na iniciativa privada. Advogado privado ganha muito dinheiro. Quando chegava aos 50 anos, com um bom patrimônio, entrava para o serviço público e, após 10 anos, obtinha aposentadoria integral e paritária. Isso nós estamos acabando! Esta reforma da Previdência é justa, porque trata todos os brasileiros de maneira igual!

Portanto, voto para manter o texto do Relator, meu conterrâneo, o Deputado Arthur Oliveira Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Orientação de bancada.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - O Governo e a Maioria orientam os partidos da base a votar pela manutenção do texto do Relator, portanto, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT?

**A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS** - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores lamenta profundamente o estado de sítio em que esta Casa se encontra. Ao chegar, eu nem sequer consegui entrar de carro no estacionamento da Câmara dos Deputados. Isso é incrível! Se um Deputado ou uma Deputada não consegue chegar à garagem da Câmara dos Deputados, que dirá o povo!

O Partido dos Trabalhadores vota "não".



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Estamos com um problema no painel. *(Pausa.)*

Vamos continuar o encaminhamento. Antes da votação, o encaminhamento de V.Exas. estará registrado no painel.

Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - *(Inaudível)* Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, reforçando sempre a tese de que nós discutiremos em vários momentos, ainda sobre os destaques que faltam, e considerando, evidentemente, que a incoerência dos membros do atual Governo em relação às suas posições quando eram Oposição é gritante, nós do PDT, ratificando a nossa coerência, votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, o Solidariedade vai encaminhar o voto “não”, porque há um verdadeiro massacre de todos os segmentos da sociedade. Essa regra geral para base de cálculo piora significativamente a vida do cidadão brasileiro.

E, complementando a minha fala, só para ciência e consciência de V.Exas., registro que acaba de ser morto, com um tiro na cabeça, o guarda civil metropolitano Marcos Roberto, ao fazer segurança numa escola em escola municipal.

O Sr. Relator, o Sr. Presidente e Srs. Deputados estão dizendo que a atividade de guarda municipal também não é uma atividade de risco. Então, essa injustiça é igual à injustiça que V.Exas. estão fazendo em relação aos agentes penitenciários, agentes de escolta e vigilância, agentes socioeducativos.

Fica também aqui o meu pesar pela morte, agora, com um tiro na cabeça, do guarda municipal metropolitano de São Paulo, Marcos Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, no que diz respeito a este item em discussão, à matéria destacada, o Relator consegue piorar a PEC. O Relator consegue, inclusive, piorar a proposta inicial do Governo, que já era restritiva em relação aos ganhos dos trabalhadores e trabalhadoras.



Neste momento, também me solidarizo com os guardas municipais, cuja atividade é de alta periculosidade, especialmente com a interiorização do crime organizado. E o papel que eles têm é complemento da estrutura de segurança.

Portanto, neste momento, o PCdoB também vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, várias pessoas me procuraram para que eu fizesse destaques, e eu disse que não faria uma emenda a esta reforma da Previdência.

Se eu sou contra, como é que vou fazer emenda? E não o fiz. O PHS, em si, o partido, que tinha direito a destaque, atendendo o pessoal das Santas Casas e as instituições filantrópicas, fez destaque.

Eu não fiz nenhuma emenda, porque entendia que era contra, literalmente, este projeto. As emendas que nós estamos discutindo agora nada mais são do que uma tentativa de voltarmos ao texto original, ao que estava disposto para os servidores.

Portanto, Sr. Presidente, o PHS continua com a posição de votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

*(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Que os trabalhadores brasileiros saibam que esta emenda tenta evitar um crime contra os nossos direitos, porque a reforma determina 25 anos como o tempo mínimo para contribuição num País em que 80% dos aposentados, até 2015, não conseguiram comprovar contribuição, mesmo que tenham trabalhado mais do que isso!

É criminoso a proposta, porque, com 25 anos de contribuição, o trabalhador receberá apenas 70% do salário médio. Para alcançar 100%, o trabalhador terá que comprovar 40 anos de contribuição, ou seja, ninguém vai se aposentar, a não ser os ricos, os bandidos ou trabalhadores de altíssimo nível, concursados, de carreira, que de algum modo, mesmo pagando previdência privada, conseguirão ainda se aposentar, porque a regra geral vai ser excluir os trabalhadores do direito ao futuro. É isso!



Por isso votamos com a emenda do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - PSOL vota “não”.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - É “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, peço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que oriente pelo PROS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, essa é uma nova fórmula de cálculo. Atualmente, você calcula os salários a partir de 1994, descartando os 20 piores salários, e só aproveita os 80 melhores salários. Essa nova fórmula de cálculo é a média de todos os salários de todo o tempo. É extremamente prejudicial aos servidores essa fórmula de cálculo.

Eu também queria lembrar aquilo que já foi dito aqui pelo Deputado Major Olimpio: o guarda Marcio Roberto, da Guarda Civil metropolitana, foi morto em trabalho. E, portanto, lamento que a Guarda Municipal, a Guarda Civil não tenham sido contempladas neste relatório. Há emenda aqui. Nós iremos trabalhar no sentido de que no plenário possamos garantir não só a volta dos agentes penitenciários, dos agentes socioeducativos de escolta e também da Guarda Civil, porque sem dúvida nenhuma é um prejuízo muito grande. As Guardas colaboram com a nossa segurança e não estão sendo reconhecidas dentro desse contexto.

Portanto nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, como essa medida vai reduzir o que as brasileiras e os brasileiros, depois de anos de trabalho, de sacrifício e de suor, vão receber; como implica uma redução daquilo que será recebido pelas brasileiras e pelos brasileiros, a Rede não poderia votar diferente, em respeito a essas pessoas. Por isso, a Rede vota “não”, em defesa de uma fórmula de cálculo dos benefícios que proteja e garanta os vencimentos dos brasileiros. Isso não é nenhum favor, isso é obrigação!

Por isso a Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, esse é mais um absurdo: cálculo de benefício de aposentadoria hoje não está na Constituição. Ou



seja, o Relator constitucionaliza e congela essa previsão num valor abaixo do que seria a própria PEC original e muito abaixo da realidade hoje, mesmo sabendo que a maioria dos trabalhadores ganha abaixo de três salários mínimos. Cálculo do benefício hoje está na lei infraconstitucional. Ele está colocando na Constituição e rebaixando o valor de forma contundente. Isso é o primeiro absurdo.

O segundo ponto que nos cabe é enfrentar o argumento do Deputado Aleluia. É óbvio que na reforma anterior do servidor público não havia privatização da Previdência. O Fundo de Pensão Complementar era fechado, de natureza pública. Neste texto abre-se para a previdência privada aberta. É onde está demonstrado o conluio do Governo com o sistema financeiro, para o qual ele dirige um dos principais objetivos dessa reforma.

É “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Votação.

A Presidência, mantido o acordo de que todas as votações de destaque de bancada serão nominais, solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Passo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Jony Marcos.

**O SR. DEPUTADO JONY MARCOS** - Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que V.Exa. me dá e falar um pouquinho sobre isonomia, tentando explicar, de forma bem coloquial, o que ouvi no meu Estado esta semana.

Uma mulher e um homem vão se aposentar seguindo as regras dessa proposta de reforma da Previdência. A mulher vai contribuir por 25 anos; o homem também. A mulher vai se aposentar aos 60 anos; o homem, aos 55. O homem ganha cinco vezes mais do que a mulher, porque ele é policial federal, e ela é professora. *“Onde está a justiça nessa proposta de reforma da Previdência?”* — foi o que me perguntou um sertanejo, em Sergipe. E ele me pediu que trouxesse esse recado à Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado Jony Marcos, sul-mato-grossense, nascido em Ponta Porã. Foi o fato de V.Exa. ser meu conterrâneo que me fez abrir uma exceção para ouvi-o.



**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Considerando que V.Exa. é gaúcho, pode me dar a palavra? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Por 1 minuto?

Passo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Julio Lopes, que falará como Líder do Governo.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer referência a uma matéria que saiu no jornal *O Globo* no último fim de semana, que diz que o Brasil tem 57,9 milhões de pessoas na folha do Estado. Em algumas das nossas sessões, eu já havia falado que 101 milhões de brasileiros dependiam, de forma direta ou não, do subsídio do Estado. E *O Globo* faz essa menção a 57,9 milhões, que já é um número bastante grande e que mostra a incapacidade da nossa Previdência de arcar com o total dessas despesas.

Sr. Presidente, eu gostaria de citar um trabalho extraordinário do Deputado Júlio Cesar. Ele faz todos os anos essa publicação, Deputada Jandira Feghali. O Deputado Júlio Cesar é um sujeito muito estudioso do Orçamento nacional, Deputado Darcísio Perondi. Ele estuda profundamente todas as aplicações do Orçamento e as despesas do Estado brasileiro.

O livro traz dados muito interessantes que fundamentam o que eu falei sobre 101 milhões de brasileiros receberem recursos diretos do Estado. Eu gostaria de detalhá-los. Do BCP, os beneficiários somam 3.999.462 pessoas. Do Salário-Família, Deputado Carlos Marun, são beneficiárias 12.980.214 pessoas. O Bolsa Família tem como beneficiários 13 milhões, 902 mil e 155 pessoas; o seguro-desemprego, no 2012, que é a referência que eu estou citando, beneficiou 8 milhões, 503 mil e 151 pessoas; o PIS e o PASEP, 20 milhões, 743 mil e 127 pessoas; o PROUNI e outras bolsas de estudo atenderam, Deputado Bilac, diretamente, 1 milhão, 295 mil e 83 brasileiros; e a Previdência Social atendeu 29 milhões, 544 mil e 749 pessoas. Isso perfaz um total, Deputados, de 90 milhões, 967 mil e 941 brasileiros recebendo esses benefícios. Quando colocamos aqui os 10 milhões de servidores públicos brasileiros, nós perfazemos o total de 100 milhões, 967 mil e 941 pessoas recebendo recursos diretamente do Estado.

Isso atesta a absoluta e total incapacidade de o Estado continuar provendo a sociedade de meios de que ele não mais dispõe.



O que estamos fazendo aqui é importante para racionalizar a Previdência. E quero lembrar aos colegas, aos Deputados e às Deputadas, que, se aqui produzirmos uma reforma muito branda, teremos que fazer como faz a Itália, que já está no 11º ajuste à Previdência, Deputado Perondi.

Não é só ajustar a Previdência, é preciso ajustá-la de maneira a dar previsibilidade, a dar garantia a todo e qualquer brasileiro que um dia dependerá da Previdência de como ele poderá se aposentar e de como ele receberá os seus proventos.

Se aqui fizermos uma reforma que não é capaz de ajustar as contas atuariais do Brasil, seremos obrigados, como os Deputados italianos, a fazer sucessivas reformas, que trarão imensa intranquilidade ao Brasil e aos beneficiários da Previdência.

A Itália faz a sua 11ª revisão no sistema previdenciário. E nós, aqui, infelizmente, na próxima Legislatura, já teremos que enfrentar de novo essa questão em razão de o déficit da Previdência pública brasileira ser o maior impeditivo ao ajuste das contas, à prosperidade, ao progresso do Brasil, para a recuperação do emprego e do desenvolvimento.

Deixo aqui esta fala a você cidadão e cidadã, que acredita na sua capacidade de empreender e de fazer um Brasil melhor. Vamos reformar a Previdência para que você e sua família, seus filhos e netos tenham um Brasil mais próspero, mais desenvolvido e de maiores e melhores oportunidades.

Era esta a minha fala, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Vamos encerrar, Presidente!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. não votou ainda, Deputado? *(Pausa.)*

Obviamente, vamos permitir que V.Exa. vote, até porque eu estou achando que desta vez o Deputado Molon vai votar conosco. Não sei por que tive esse palpite. *(Riso.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para devolver o voto do Deputado Mauro, que na outra votação votou equivocadamente. *(Riso.)*



Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Proclamo o resultado: está mantido o texto.

Vamos para o próximo destaque, Destaque nº 49, também da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Dois Deputados do partido estão inscritos para encaminhar a votação. Existe uma solicitação do Deputado Alessandro Molon para encaminhamento, que fica prejudicada, a não ser que algum dos Deputados do PT abra mão de fazê-lo. *(Pausa.)*

Então, a votação será encaminhada pelos Deputados Pepe Vargas e Rubens Otoni, do PT.

Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse destaque por nós proposto visa suprimir o §16 do art. 201, dispositivo que trata da fórmula de cálculo da pensão.

Vários Deputados da base têm insistido em uma tese que não tem a menor sustentação na vida real, dizendo que essa reforma da Previdência ataca os poderosos, o andar de cima, os que mais ganham e preserva os mais pobres, garantindo sua aposentadoria, sua pensão. Nada mais distante da realidade do que essa afirmação.

Há pouco, inclusive, um Deputado chegou a dizer que o Governo Lula criou condição para privatizar os fundos complementares dos servidores públicos, o que não é verdade. Está na Constituição: os fundos complementares de aposentadoria para servidores públicos têm que ser entidades fechadas de natureza pública. É essa proposta de reforma que está retirando a expressão “de natureza pública”, para privatizar, para pagar a conta do apoio ao golpe que os bancos e os grandes financistas deram. Essa é que é a realidade.

Nós queremos retirar esse dispositivo do texto, para que as pensões continuem a ser calculadas pela regra atual. Eu vou dar exemplos concretos para as pessoas verem como os mais pobres são prejudicados com essa proposta de reforma da Previdência. Suponhamos que uma pessoa que hoje ganha 2.500 reais de aposentadoria morra. A viúva vai receber quanto de pensão? Vai receber 2.500



reais. Pela proposta do Relator, essa viúva passará a receber 1.500 reais. Ela vai perder mil reais de sua pensão.

Suponhamos que um trabalhador da ativa morra com uma média de contribuições de 2.500 reais. Digamos que ele deixe uma viúva e um filho. Quanto é que a viúva vai receber? Vai receber 1.225 reais, pela fórmula de cálculo que está colocada aqui. Em vez de 2.500, ela vai receber 1.225 reais. Mas vai ficar pior, porque, quando o filho atingir 21 anos de idade, a pensão vai baixar para 1.050 reais.

E aí eles vêm dizer que isso é para proteger os mais pobres. Querem defender os mais pobres defendendo os mais ricos? Pelo amor de Deus! Todo mundo sabe aqui fazer conta. Se alguém não sabe, basta ler o que está dito ali e ver a fórmula de cálculo da pensão. A proposta do Governo era muito pior, diga-se de passagem. Pelo menos, o Relator teve a noção de não permitir pensão abaixo do salário mínimo.

Cito outro exemplo: se a proposta original do Governo tivesse passado, se o Relator não tivesse feito essa mudança do salário mínimo, uma pessoa que receberia em média de 1.500 reais, a esposa e o filho receberiam uma aposentadoria de 735 reais. Depois, quando o filho atingisse a maioridade, baixaria para 630 reais, abaixo do salário mínimo.

Isso era tão escabroso que pelo menos o Relator, e eu reconheço isso, disse que não pode haver pensão abaixo do salário mínimo. Pelo menos isso foi preservado. Mas continua trazendo severas perdas o cálculo da pensão como está na proposta do Governo. Eu peguei esse exemplo. Eu acho que quem ganha 2.500 reais por mês não é um marajá. Uma esposa e um filho. Digamos que 2.500 reais fosse a média para calcular a aposentadoria dele. Como ele receberia aposentadoria por invalidez e vai ganhar uma cota sobre o equivalente a uma aposentadoria por invalidez, acontece esse absurdo de 2.500 reais virar 1.225 reais e, quando o filho atingir a maioridade, 1.050 reais.

É desumano, é cruel. Não há outro nome. Exigir essas regras, exigir 40 anos de contribuição para aposentadoria integral, exigir 25 anos, quando a maioria das pessoas não consegue chegar a 22 anos, no caso das mulheres. As mulheres, de



fato, são as mais prejudicadas por essa reforma da Previdência e também o são no caráter da pensão.

Por isso pedimos o apoio das Deputadas e dos Deputados a esse destaque de votação em separado. Não condenemos as pessoas que receberão pensões a receberem valores tão aviltantes, tão rebaixados que serão insuficientes para manter uma família justamente quando lhe falta o arrimo que venha a falecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, que falará favoravelmente à manutenção do texto.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PP e os demais partidos da base orientam o voto “sim”, pela manutenção do texto. É fundamental a manutenção desse texto para que nós não sejamos obrigados a revisar mais uma vez este trabalho que estamos fazendo num futuro tão próximo.

Peço a toda a base e ao PP o lançamento do voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Para falar favoravelmente ao destaque, passo a palavra ao Deputado Rubens Otoni. (*Pausa.*) S.Exa. não se encontra.

Passo a palavra ao Deputado Alessandro Molon. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, essa matéria é outra parte do substitutivo do Relator que mantém crueldades da proposta original. Veja, Presidente, originalmente, a proposta original vedava a acumulação de pensões e aposentadorias e desvinculava, como disse há pouco o Deputado Pepe Vargas, o valor das pensões do salário mínimo.

Eu me recordo que, quando o Ministro Henrique Meirelles esteve nesta Casa, apontei o fato a ele. Ele não sabia, demonstrou desconhecimento — basta assistir ao vídeo da Comissão —, ele achava que o piso do salário mínimo estava mantido, mas não estava. O Relator, de fato, corrigiu isso, o que foi importante, porque faz muita diferença para quem ganha pouco saber se tem o piso do salário mínimo ou não.

Eu confesso que esse desconhecimento do Ministro Meirelles é algo que me choca. Eu fico imaginando como é que um país pode ter um Ministro da Fazenda que não sabe que vai retirar o piso do salário mínimo de pessoas que vivem em situação de extrema dificuldade. Ele sequer sabe que assinou essa proposta. Eu fico



imaginando qual é a graça disso, qual é a beleza disso, como isso seria aceitável. Espanta-me que alguém ache isso engraçado.

Eu não sei se V.Exa. também tem a sensação de que é revoltante alguém achar graça nisso. Eu não me refiro a V.Exa., que nunca reagiu desse jeito. V.Exa. tem mantido, em todo momento possível, a melhor conduta como Presidente da Comissão. Digo-lhe isso sinceramente. Eu sei que V.Exa. procura coordenar os trabalhos com urbanidade. Eu não me referi a V.Exa., mas àqueles que acham isso engraçado, que riem quando se fala que o Ministro Meirelles não sabia disso. Eu fico um pouco perplexo com isso, porque a mim, pessoalmente, isso revolta.

Sr. Presidente, apesar de isso ter sido corrigido, há outra questão que infelizmente não foi corrigida: o limite de dois salários mínimos para a acumulação de aposentadoria com pensão.

Vamos imaginar uma família de dois aposentados que viva com um orçamento de 6 mil de reais. A esposa ganha 2 mil reais e o marido 4 mil reais. Se o marido morrer, a viúva não poderá receber nada, porque o limite para a acumulação da aposentadoria com a pensão é 2 salários mínimos. Como ela ganha mais do que isso na sua aposentadoria, ela não poderá receber mais nada.

Isso é razoável? É razoável imaginar que essa família vai passar, da noite para o dia, de um orçamento de 6 mil reais para um orçamento de 2 mil reais? Como é que alguém pode considerar isso justo? Isso não é razoável! Então, em que pese qualquer visão que se tenha de ajuste, de correção, isso é desproporcional, não é razoável.

Então, Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo aos colegas. O destaque apresentado pela Bancada do PT é justo, é correto. Eu acho que, independentemente de posição partidária, nós devemos apoiá-lo, para corrigir a injustiça que se faz com famílias que vão ter o seu orçamento reduzido para um terço.

Não me parece que os colegas queiram fazer isso. Eu estou procurando alertá-los da maneira mais tranquila possível, para evitar qualquer espírito de torcida aqui e a divisão dos Deputados em base do Governo ou Oposição. Eu não acredito que um colega queira e ache justo aprovar uma coisa dessas da noite para o dia.



Aqui não há regra de transição. No dia seguinte à promulgação da emenda, uma família pode passar por isso, que pode ser a família de qualquer um de nós aqui. Isso não é razoável! Isso não é justo! Eu gostaria que nós nos colocássemos no lugar das pessoas. Eu acho que esse é o papel de um representante. Eu acho que quem quer representar o povo, no sentido de tornar presente aquele que está ausente, deve pensar nisso. Essa não é uma medida de justiça.

E mais: ela contraria um mandamento da Constituição Federal: buscar, como objetivo da República, a redução das desigualdades.

Essa proposta vai aumentar a desigualdade no País e a injustiça social.

Por tudo isso, o meu voto será a favor desse destaque da bancada do PT, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Para falar a favor da manutenção do texto, por até 5 minutos, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Com todo o respeito e atenção dos colegas que me antecederam, eu quero dar a primeira informação para o Plenário e para o Brasil. Pepe Vargas era o Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidenta Dilma e, no governo dela, ela mandou exatamente a proposta que agora o Governo reformista, do Brasil de novos tempos, do Governo Michel, mandou também. Quer dizer, os técnicos do governo anterior estavam convencidos que precisavam mexer com as pensões das mulheres e dos homens também. Eles estavam convencidos. Mas por quê? Mas por que eles estavam convencidos no governo anterior? E nós do Governo atual seguimos as orientações do governo anterior em relação às pensões. Primeiro, porque o custo das pensões no Brasil, Sras. e Srs. Deputados e Brasil inteiro que está nos acompanhando, é de 200 bilhões por ano, no campo, na cidade e no serviço público municipal, estadual e federal. São duzentos bilhões por ano! Isso dá 2 vezes o que o SUS gasta com os brasileiros por ano; dá quase uma vez o que o MEC gasta com a educação; dá 4 vezes mais o que o DNIT usa para infraestrutura; dá 20 vezes mais do que se usa para a ciência e a tecnologia; isso dá quase 10 vezes o Bolsa Família. O governo anterior que encaminhou.



O Relator, sóbrio, inteligente, usou sim o que Deus deu para nós: dois ouvidos para a gente ouvir duas vezes mais do que falar, ouviu todos os Deputados e o berro da população, que não tem obrigação de saber sobre previdência. E o Relator corrigiu, e o Presidente Michel também concordou: manteve o valor pago de 60%, com um adicional de 10% para os filhos — mas até 2 salários mínimos. Setenta por cento das aposentadorias e das pensões são de até 2 salários mínimos no Brasil. Vou repetir: 70% das pensões são de até 2 salários mínimos.

Mas o que é pior, o que é nojento são as pensões graúdas. Tudo que é feito hoje nas pensões graúdas é absolutamente legal. Olha, um abraço e um beijo para todos os aposentados que estão se aposentando com as regras atuais. Mas é injusto. Porque, se eu sou Promotor, ganho 35 mil e mais os penduricalhos — porque o Ministério Público dá uma cobertura espetacular para os promotores —; se a minha esposa é fiscal da Receita e eu falecer com 40 anos de idade — parece que eles querem matar todo o pessoal cedinho. Eu não quero. Eu quero que o Promotor e o Juiz vivam bastante. Pelo amor de Deus! Vivam a vida! Vivam a vida! —, a minha esposa vai acumular os seus 30 mil reais como fiscal e mais os 40 mil de Promotor!

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Não é verdade isso! Pare de falar besteira!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É o salário de Promotor! Pode ser de Polícia Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço que seja garantida a palavra ao Deputado Perondi e que reponham seu tempo em 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Nós estamos atacando essas pensões. Aí vai haver mais dinheiro para fazermos políticas públicas. Vou repetir, são 200 bilhões, e esse valor representa 5% do PIB.

Nós temos que passar isso para os empresários brasileiros, para os investidores internacionais e também para população, para que ela fique segura, pois não vai perder o emprego. Devemos enfrentar esses privilégios que eu chamo aqui de “alta privilegiatura”, opulenta e egoísta.

Todos têm que contribuir neste momento — todos! Até o que recebe um salário vai ter que trabalhar mais, porque que tem expectativa de sobrevivência. Mas a Oposição é desmemoriada, tem crise de ausência.



E eu lembrei que essa proposta veio da inteligência do Governo da Dilma. Aliás, ela acertou isso, e nós a seguimos. Isso aqui é justiça tributária, justiça previdenciária. Isso aqui vai enfrentar a acumulação de aposentadorias, que é uma brutalidade. Isso a Oposição esquece. Vai ter mais dinheiro para o doente, para a criança, para enfrentar o desemprego, para estimular o empresário.

Mais 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mais 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Então, essa reforma está despertando a esperança do povo brasileiro. Nós estamos enfrentando essa crise fiscal sem tamanho, o egoísmo, o interesse da urna.

Eu estou pensando nos aposentados que podem não receber mais; eu estou pensando nos jovens e estou pensando, acima de tudo, na tragédia dos 14 milhões de desempregados. Essa reforma salva a Previdência e salva o Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? Como vota o PP? Digo, como vota o PT?

A base tem que ficar atenta. É isso. Com todo respeito.

*(Manifestação no plenário. Risos. )*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, no pacote de maldade desse Governo praticamente não há limites. Esse é mais um pacote, como já foi bem colocado, em que temos uma parcela significativa de pessoas que recebem apenas um salário mínimo. E aí ouvimos um Parlamentar falar do acúmulo dos grandes. Por que não se retira os pequenos? E aí faremos acordo. Se é para resolver a questão daqueles que ganham muito, nós votaríamos tudo junto. Mas não fazem isso. Eles usam um discurso absurdo para prejudicar exatamente um pobre, um pobre pai de família e uma pobre uma mãe de família.

Então, na verdade, esse é um Governo que tem um coração molinho, molinho, para os banqueiros, para os poderosos. Mas, para os pobres, para os humildes, o Governo é de uma ferocidade, de um ódio, de uma raiva tamanha que uma coisa sagrada, mínima como essa, como direito à pensão, ele ainda prejudica essas pessoas no relatório.



Portanto, Sr. Presidente, nós votamos “não” a essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, o requinte de crueldade do Governo chega às raias de propor o que o Relator apresentou no seu relatório, que é a não cumulatividade das pensões para aquelas famílias em que a renda familiar é a base da sustentação material daquela unidade familiar. E, na ausência do pai e da mãe, não se permite que a composição daquela renda seja mantida para pagar ou assumir os mesmos compromissos familiares, tais como aluguel de casa, escola da criança. Esse é um absurdo!

Nós tivemos aqui uma emenda, inclusive, do Solidariedade no sentido de reduzir danos, estabelecendo que o limite fosse aquele limite do Regime Geral de Previdência. Mas o Governo, não satisfeito, quer impor à sociedade o limite da cumulatividade até de dois salários. É algo absurdo!

Ou seja, nós queremos que o Brasil cresça e a proposta é nivelar por baixo. Não dá para aceitar! Isso não é privilégio!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. vota “sim” ou “não”, o seu partido?

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Portanto, o PSB encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, é interessante ouvir o posicionamento de alguns membros do atual Governo, porque fiz um resgate das duas medidas provisórias que nós do PDT, mesmo sendo da base anterior, votamos contra: a Medida Provisória nº 664, que tratava justamente de pensões de viúvas, e a Medida Provisória nº 665, que falava sobre seguro-desemprego.

E eu vejo aqui uma faixa que a então Oposição, hoje Governo, estendeu: o PT traiu os mais humildes, desempregados, pescadores e viúvas. As Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, o pacote de maldades do PT tirou 18 bilhões de reais dos trabalhadores. Quanto está sendo tirado agora por parte do atual Governo? Quanto está sendo comprometido do futuro do Brasil, ao se reduzirem substancialmente o direito a pensões, o direito à aposentadoria, o direito ao presente



e ao futuro do Brasil? É esse Governo que, de uma forma muito coerente com quem ele representa, está realmente tirando direitos dos trabalhadores.

Por isso que o PDT encaminha “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Às vezes, eu não consigo entender qual é a lógica. Parece que, quando o Líder do Governo fala, ele delira, ele comemora! Eu não sei para que teriam que oferecer tanto os cargos, tanta benesse, tanta negociação, tanta safadeza como se está fazendo, se houvesse um mínimo de coerência no projeto, porque eu não vejo ninguém sendo Oposição ou Situação à população brasileira.

Eu até gostaria de ter oportunidade para discutir. Eu não sou Juiz nem Promotor, sou um policial. Mas aqueles que estão contribuindo e contribuem proporcionalmente têm direito, sim, de se aposentar em relação aos valores que contribuíram. O Deputado está equivocado, está delirando no momento em que diz que o País está colocando algum recurso nisso.

Só para concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O seu partido vota “sim” ou “não”?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, já vou, só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sim, conclua e fale.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Quero dizer que é lógico que nós vamos encaminhar pelo “não”, dizendo que nós estamos fazendo barbaridades aqui: *“Ah, se o delegado de polícia era casado com a escrivã e morre com o tiro no peio numa operação, ela não deve acumular a pensão dele, porque ela já é escrivã de polícia”*. Que vontade de dizer um palavrão para uns caras que estão aí de papagaio do Governo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos lá.

Como vota o PCdoB? PCdoB, Deputado Edmilson Rodrigues.

Desculpe, Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, o delírio da defesa parece o de Nero vendo Roma pegar fogo. E a argumentação, além de



mentirosa é irresponsável, porque, se quisesse de fato acabar com privilégio, única e exclusivamente, a própria emenda que foi apresentada, que define o limite do teto como o limite do Regime Geral, já resolveria o problema. O principal é que eles querem prejudicar exatamente a base da pirâmide social no Brasil, aqueles que se aposentam com um, dois ou três salários mínimos — salários que servem de manutenção em momentos de maior dificuldade, em que se perde o parceiro ou parceira que contribui com orçamento familiar.

Portanto, isso é um absurdo é uma é uma crueldade com a população mais humilde do Brasil.

E o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, ser Deputado é ter uma procuração da população para poder representá-la aqui. Eu não consigo entender alguém me dizer que está representando a população que o elegeu e retirar dela alguns benefícios justos e decentes.

A esse grupo nós aparentamos uma proposta para que se chegasse a quatro salários mínimos. Ou seja, uma mulher ganha dois salários mínimos, 2 mil reais, e o marido ganha 6 mil reais, o que soma 8 mil reais. Nós admitiríamos reduzir para 4 mil reais. O Governo diz o seguinte: “*Não, a proposta é só de dois salários mínimos, 1.800 reais ou 1.900 reais*”. É justo isso?

Será que o Deputado, votando nessa condição, está votando pelo povo brasileiro? Por isso, que o PHS e eu votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo, o PHS vota “não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, ontem a *Folha de S.Paulo* resgatou discursos cínicos e hipócritas, inclusive, do Sr. Perondi, que foi a favor do fator previdenciário e depois disse que não se lembrava por quê. Outros Líderes também. Cínicos, hipócritas!

O PSOL votou coerentemente contra a 664 e 665 no Governo Dilma. Por isso, quero dizer que aqui nós vemos mesquinharia. Não querem atingir as grandes quantidades de viúvas ou viúvos, não. Eles querem atingir os mais pobres, porque 90% ganham até dois salários mínimos. Mas na prática, nós poderíamos chegar a



um acordo aqui de pegar só as grandes aposentadorias. Mas não, não! Vocês querem pegar todos! E vão pegar os pobres que continuam tendo que pagar aluguel, farmácia, escola das crianças, e assim por diante.

Cinismo, não! Cinismo, não! Hipócritas!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao representante do PROS, para comunicar como vota o partido.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, estou ao lado do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que foi um dos primeiros Deputados que conheci nesta Casa, após eleito, e tive o privilégio e o prazer de ser do mesmo partido. Com ele aprendi a maioria do que sei sobre a defesa dos pensionistas e aposentados. Depois de tudo que acumulei de experiência, convivendo ao lado do Deputado Arnaldo Faria de Sá por tantos anos no PTB, eu jamais poderia discordar do que ele defende.

Por isso, o PROS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Bela homenagem, Deputado.

Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, o exemplo que dei foi o de uma família que tem um orçamento de 6 mil reais, e o Deputado que falou pelo Governo tratou de uma família que tem um orçamento de 70 mil reais. Essa é uma tática de discurso chamada “redução ao absurdo”: exagera-se uma situação para torná-la absurda. Não estou falando das famílias que ganham 70 mil reais. Estou falando das famílias que ganham 5 mil reais, 6 mil reais, 7 mil reais! São essas que terão que passar a viver com dois salários. Alguém aqui gostaria de ter isso para a sua família? Alguém gostaria de ver a sua família nessa situação? Então, eu não consigo entender como alguém consegue votar a favor de uma tese dessas. Sinceramente, Presidente, ela é injusta e produz desigualdade.

A Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra à Líder da Minoria, a Deputada Jandira Feghali, para dizer como vota.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, de novo, ouvi aqui coisas absurdas. A maioria das pensionistas é mulher, e essas mulheres irão



receber as pensões de um dinheiro pago, de uma contribuição dada, uma contribuição feita no período laboral do seu companheiro. Ora, quando se impõe o limite de dois salários, não adianta dar o exemplo do Procurador que ganha 27 ou 28 mil. Hoje existe o teto constitucional que limita e impossibilita essa acumulação! De novo, é um argumento mentiroso aqui! Não há a possibilidade de acumular 30 com 40; e, quando acumula, pode cortar, porque a Constituição não o permite. Os servidores públicos já tiveram regras estabelecidas em três reformas. É mentira! Esse argumento faz um apelo, mas não se sustenta. O problema é quando, num casal, a mulher ganha um e o marido dois. Aí é que está o problema! É maldade! É mais uma crueldade com os mais pobres.

Portanto, quero fazer aqui um registro para recuperar a verdade: o centro da preocupação do Governo Dilma era a vitaliciedade da pensão em qualquer idade. E nós conseguimos aqui retirar a vitaliciedade abaixo dos 45 anos. Foi uma posição correta! Não mudou o valor e não tocou na acumulação de pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Coloco em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, que falará pela Liderança do PSDB, pelo tempo de até 8 minutos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados... *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Um momento, Deputado.

Peço que seja garantido o silêncio, para que o Deputado Ricardo Tripoli se manifeste.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, ouvi atentamente os pronunciamentos que foram realizados no dia de hoje, bem como os que foram realizados na reunião da semana passada. E há a preocupação — e tenho certeza de que foi matéria convergente da Oposição e da Situação — de que a comunicação não foi boa; a comunicação que esperávamos com a sociedade ainda não ocorreu.



Mas me preocupam algumas questões muito sérias. Em primeiro lugar, alguns têm divulgado que esse projeto terá impacto nas pessoas que já estão aposentadas, o que não é verdade. As pessoas que já estão aposentadas têm direito adquirido, portanto, não existe a menor possibilidade de essas pessoas sofrerem algum tipo de consequência. É importante lembramos isso e que a sociedade o saiba. Com certeza, vários aqui foram procurados por pessoas aposentadas que queriam saber qual seria o impacto da votação dessa matéria sobre aqueles que já recebem aposentadoria. O impacto será exatamente nenhum. Quem está aposentado tem assegurado o seu direito.

Segundo, o que vem ocorrendo hoje no Brasil? Tenho certeza de que não há discordância por parte de nenhum Parlamentar nesta Casa sobre o fato de que temos hoje basicamente três pessoas aposentadas para cada uma que está recolhendo. No Brasil, houve um período em que tinha uma pessoa recolhendo para uma pessoa aposentada. Ou mais, diria que havia duas pessoas recolhendo para uma pessoa aposentada. Hoje, nós ultrapassamos esse limite: são três pessoas aposentadas para uma pessoa recolhendo. Essa conta não fecha!

Por que as pessoas querem se aposentar pela PETROBRAS, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal? Porque eles têm um fundo de pensão que faz um investimento que subsidia a aposentadoria dos funcionários públicos dessas três empresas, autarquias, empresas públicas. Como não temos no Brasil uma previdência que tem aplicação no mercado financeiro, obviamente, além de buscar o seu recurso, ela tem que buscar recurso de outras áreas, como da segurança, da educação e da saúde. E o que temos a partir desse instante? Um rombo. Segundo me foi informado, entre a previdência pública e a privada, o déficit de hoje é da ordem de 300 bilhões de reais. É uma conta estratosférica! Como fazer? E aí dizem assim: *“Mas esse é o projeto do capital”*. Se não for o capital, como vamos pagar as aposentadorias? Nós temos que gerar emprego, gerar renda e fazer com que as pessoas possam voltar a trabalhar. Sr. Presidente, e não será com 14 milhões de desempregados que nós vamos convencer a população de que há dinheiro suficiente para pagar a aposentadoria.

O Governo anterior não fez isso. Eles tentaram, obviamente, modificar a Previdência, mas nunca disseram qual era o tamanho do rombo. O rombo só foi



descoberto agora. Quer dizer, descoberto, não, anunciado agora. Descoberto ele foi há muitos anos, mas foi anunciado apenas agora. Então, o que teremos pela frente? Aí, sim, é uma responsabilidade também do Parlamento, não é só uma responsabilidade do Executivo. E é uma responsabilidade maior do Parlamento e do Executivo com a sociedade brasileira.

Imaginemos o mesmo modelo por mais 5 anos. Como estaríamos hoje? Venderíamos ativos da União? Iríamos nos socorrer do Fundo Monetário Internacional? Onde buscaríamos recursos? Na educação? Retiraríamos mais da área social? Onde vamos buscá-los? Buscaremos naqueles menos favorecidos.

Eu li uma entrevista esses dias de um grande investidor, que dizia que a classe média e a classe rica brasileira resolvem o seu problema. Quem não tem condições de resolvê-lo é o pobre, aquele que tem um, dois ou três salários mínimos como aposentadoria. É com esse que temos que nos preocupar. Se não resolvermos o problema hoje, o impacto será a médio e longo prazo. Com isso, as pessoas não terão direito à aposentadoria, ou terão, mas não a receberão.

Qual seria o ideal? Seria encerrarmos este momento agora e iniciarmos um procedimento pela iniciativa privada, um financiamento privado, como há em vários países, onde as pessoas fariam o recolhimento e, depois, teriam a capitalização do recurso. Hoje, não existe essa possibilidade. Hoje, para continuarmos dentro dessa mesma linha e com esse segmento, vamos ter que proceder a algumas alterações, que estão sendo debatidas aqui de forma democrática, proporcionando o princípio do contraditório.

O que me preocupa é que, quando a Oposição apresenta oposição, eles apresentam oposição sem solução. Isso tinha que ser factível! As pessoas teriam que apresentar algo: *“Olha, eu sou contrário a essa posição de vocês. Porém, a minha posição, para que haja recursos, para que haja renda, para que haja uma aposentadoria real, é de que devemos apresentar tal proposta”*. Isso não vem ocorrendo. Só temos aqui o discurso, puro e simplesmente. Isso não alimenta as pessoas que estão aguardando de nós um resultado.

Quando dizem que a Previdência é superavitária, é porque não incluem os inativos! Os inativos não estão incluídos. Quando dizem que o Governo Federal tem que cobrar a dívida da Previdência, eu também concordo. Mas é bom lembrar que



80% dessa dívida está hoje judicializada e que 20% das empresas quebraram. Não há como se cobrar essa dívida.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Inclusive o Bradesco, não é, Deputado?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Também, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - São 450 milhões, e o Bradesco está falido, não é?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Inclusive, se couber, V.Exa. pode mover uma ação. V.Exa. pode entrar...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Os times de futebol não estão quebrados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Somem mais 1 minuto ao tempo do Deputado Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. poderia inclusive entrar como consorte para ingressar nessa ação e pode solicitar ao Judiciário que julgue rápido essas ações para que a União receba de volta. Porém, olhe a conta que nós estamos fazendo. Parece-me que a dívida de todas as empresas que devem não chega a 1 bilhão. E a nossa dívida é de 300 bilhões de reais!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O que é isso? V.Exa. precisa estudar!

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Bom, aí eu fico feliz, Sr. Presidente, porque, se a Oposição tem como recepcionar esses recursos...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Está aqui claro!

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - ...ela provavelmente vai apresentar um material, com certeza um projeto de lei, uma indicação, mostrando qual é a fórmula — que eu não entendo —, que não seja jurídica, de recepcionar esses recursos. Nós temos, obviamente, uma Constituição a ser respeitada. Se formos ultrapassar a lei, que digam qual é a fórmula. Eu estou pronto a ouvir, mas apresentem a resposta. Não adianta criticar pura e simplesmente. Apresentem a resposta.

Se nós recolhêssemos todos esses recursos, nós teríamos 6 meses de pagamento da previdência, sem recorrer ao Fundo Monetário Internacional ou à



venda de ativos do Brasil, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Escolham o que querem.

Sr. Presidente, é uma questão de opção. Nós não estamos aqui em condições de dizer: “Faça, porque nós queremos fazer”. Não! Nós temos a responsabilidade daqueles que nos trouxeram a esta Casa e teremos sempre a responsabilidade de estar dialogando com a sociedade. A sociedade, às vezes, prefere um “não” explicado a um “sim” que ela sabe que jamais será cumprido. E é isto que se vem fazendo aqui: vendendo-se demagogia à opinião pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação.

*(Pausa.)*

Está mantido o texto, por 23 a 14 votos.

Passemos ao Destaque nº 47, também da bancada do PT.

Esclarecerei a ordem do encaminhamento: o PT encaminhará a favor do destaque, através Deputada Luizianne Lins; encaminhará contra o destaque e a favor do tempo o Deputado Darcísio Perondi; encaminhará a favor do destaque o Deputado Arlindo Chinaglia; e encaminhará contra o destaque o Deputado Evandro Gussi. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não, nesse V.Exa. não estava inscrito. Estava inscrito o Deputado Alessandro Molon, mas o PT, que é o autor, pediu as duas falas e eu lhe concedi na anterior. Estou tentando fazer de forma que haja a maior participação possível. Vamos em frente.

Com a palavra a Deputada Luizianne Lins. V.Exa. dispõe de 5 minutos, para esclarecimento e encaminhamento em relação à proposta.

**A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria chamar atenção especial para este destaque, porque ele suprime toda a modificação feita pelo substitutivo do Relator e, por incrível que pareça, piora a já perversa mudança na PEC proposta pelo atual Governo. E estamos falando aqui do art. 203 da Constituição Federal, que tantos de nós gostamos de levantar no plenário.



O art. 203 trata da Assistência Social, que não é necessariamente a previdência, e diz que: “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Diz mais, no seu inciso V: “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

Sr. Presidente, o BPC é um benefício que foi constitucionalizado, a partir de 1988, quando a assistência social deixou de ser mera benevolência do Governo e passou a ser um direito do cidadão e uma obrigação do Estado. E é um benefício em que idosos e pessoas com deficiência encontram, ainda que mínima, uma garantia de sobrevivência de vida. Ele foi regulamentado em 1993 e só em 1996 foi efetivado.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que descontasse de meu tempo, porque eu não estou conseguindo... Alô! Alô... *(Pausa.)* Sr. Presidente, gostaria que fosse descontado o tempo, porque...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ela está pedindo para a Presidência colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Por favor, por favor, pessoal!

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ela quer ver se recupera o seu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pompeo de Mattos) - Trinta segundos a mais.

**A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS** - Sr. Presidente, eu falava do Benefício da Prestação Continuada, e muito me surpreendeu que o substitutivo tenha piorado o que está na PEC original.

Sr. Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, muitas vezes, o BPC é a única renda do grupo familiar de um idoso ou de uma pessoa com deficiência. No caso dos idosos, esse recurso lhes possibilita manter certa autonomia e independência, permitindo-lhes cumprir com as suas despesas cotidianas. No caso das pessoas com deficiência, esse recurso precariamente mantém a compra de medicamentos e de alimentos. Portanto, é criminoso constitucionalizarmos o fim do BPC. O



substitutivo não só promove a obstaculizarização do acesso ao benefício assistencial aos idosos e às pessoas com deficiência, mas também, e infelizmente, do jeito que está construído o texto, ele constitucionaliza duas coisas, embora fale de 68 e não de 70 anos. Eu queria chamar a atenção para isso, porque é muito grave.

O substitutivo afirma que a transferência de renda mensal vai estar prevista no inciso V, *caput*, vai ser vinculada à possibilidade de efetivação do art. 229 da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Significa que jamais um cidadão vai ter acesso ao Benefício da Prestação Continuada, ficando os idosos dependentes, sim, da família e negando-se o que a Constituição diz inicialmente: que o idoso precisa ser um sujeito de direito; ele precisa ter a sua autonomia, a sua independência e não ficar mendigando da família! Muitas vezes, o idoso tem a sua previdência roubada, infelizmente, por membros da família.

Eu fiquei muito perplexa ao ver que o Benefício da Prestação Continuada para pessoas com deficiência e para idosos de baixa renda vai acentuar a pobreza extrema no Brasil. E volto a citar que, em 2014, segundo dados oficiais, apenas 0,5% da população com mais de 60 anos estava em situação de extrema pobreza. Com as novas regras propostas pela reforma, principalmente em relação ao BPC e às pensões, mais de 50% dessa população viverá em situação de extrema pobreza.

Então, eu gostaria de pedir aos Deputados que tenham a compreensão e a consciência necessárias para que possamos pelo menos livrar dessa proposta maldita as pessoas com deficiência e os idosos de baixa renda, de que estamos falando aqui, aqueles que precisam da assistência social, que não é previdência social. É muito grave olhar para uma pessoa com deficiência... Mais de 10% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, e as regras para elas estão cada vez mais complicadas. Mas, com base no art. 229, aniquila-se qualquer possibilidade de as pessoas com deficiência ou idosos com mais de 65 anos, de baixa renda — insisto —, terem direito ao chamado Benefício da Prestação Continuada.



Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar esse destaque. Espero salvarmos dessa PEC pelo menos as pessoas com deficiência e os idosos com mais de 65 anos, que eu acho é o mínimo de dignidade que esta Casa pode oferecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Marun) - Obrigado Deputada.

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, para encaminhar favoravelmente à manutenção do texto, pelo tempo de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Em primeiro lugar, não fazer a reforma é enterrar o Brasil, enterrar os aposentados atuais e os próximos aposentados. A isso esta Casa tem que responder. Não adianta nós não fazermos a reforma, e aí a economia não melhora no ano que vem, não melhora o desemprego, volta a inflação, os juros param de cair, os empresários perdem a confiança e não investem, a população fica insegura, não compra, e a roda da economia não é alimentada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É o papinho do FMI.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não adianta nós votarmos contra a reforma e o ano que vem a economia estar errada. O povo vai dizer assim: “*Pô, Deputado, o senhor votou o impeachment, e a economia continua ruim*”. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o Governo melhorou a proposta. Ah, melhorou a proposta, sim! Eram 70 anos; houve uma audiência maravilhosa aqui, e o Governo baixou para 68 anos. Eram 65 e foram para 68 anos. Por quê? Porque tem muita gente, e tem idoso... Não se trata só do deficiente no Benefício da Prestação Continuada; a maioria é de idoso que se aposenta, que não preencheu os 15 anos. *(Pausa.)* Esperem aí! Esperem aí! Nós estamos falando da maioria, que são mais ou menos 3 milhões e 200.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E daí?

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Esse é um estímulo para aquele idoso poder contribuir mais e não cair logo — não cair logo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ah! Ah!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Isso existe! Isso existe! Vamos lá. O BPC é um benefício de um salário mínimo...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem senso nem decência o que ele está falando, gente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Reponham 30 segundos do tempo do Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Com todo o respeito, eu tento ser... Um momentinho! Eu não vejo essa mesma ânsia por interromper a fala da parte dos Parlamentares da Situação em relação à Oposição. A Deputada Luizianne Lins disse muitas coisas que obviamente contrariaram os mais sinceros pensamentos da base, e não houve essa deseducação. Então, como estamos nos aproximando do final, e isso é normal, vamos garantir a palavra aos Parlamentares.

Na sequência, ouviremos o Deputado Arlindo Chinaglia, depois o Deputado Evandro Gussi. Por favor, vamos garantir-lhes a palavra. Coloquem mais 30 segundos no tempo.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O cidadão está com 62 anos e está contribuindo para preencher os 15 anos, que agora serão 25 anos. E ele vê o vizinho, que tem essa idade de 62, 63 anos, que para de contribuir para se aposentar com 65 anos. Aí ele diz: "*Pô, eu estou trabalhando, e o outro não está trabalhando e vai se aposentar com 65 anos no Benefício Continuado?*". É para atacar isso que existe. Vamos ser verdadeiros!

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Isso tudo foi localizado também no Governo anterior. As famílias de renda mais alta conseguem obter o benefício na Justiça. Os senhores sabiam que, com relação ao benefício da deficiência, 30% são judicializados? Eu garanto que ninguém aqui sabia disso: 30%! E a maioria é de renda maior que ganha na Justiça, que os juízes concedem facilmente. E nós estamos consertando isso. Olhem, 30% dos deficientes...

**O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES** - É mentira! Os deficientes ganham salário mínimo, rapaz! Respeite o povo!

**(Não identificado)** - Pare de mentir!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Os meus dados vêm do IBGE, são dados publicados pela consultoria da Câmara e do Senado, e é a prestação de contas que o Plenário da Câmara aprova com toda a Oposição.



Algumas fontes de renda não são computadas para fins de enquadramento. Se o marido já tem o BPC, o pedido feito pela esposa não leva em conta o BPC recebido pelo marido. Olhem, é um quarto! Mas o pior de tudo isso é o que nós estamos tentando corrigir: 1% do PIB, que é um custo de 50 bilhões! Na forma antiga, uma família de quatro pessoas pode ter um BPC para cada um — os senhores sabiam? —, somando 3.748, e essa família passa a ser de classe média. Nós estamos consertando isso, porque o valor do BPC é de 1% do PIB, 50 bilhões, que é igual ao que o Governo gasta com infraestrutura. É igual.

A reforma manteve a vinculação. Na proposta anterior, que esta Casa mudou, não havia vinculação. Os Deputados convenceram o Deputado Arthur, que colocou a vinculação que não havia. Ninguém que recebe o BPC vai ganhar menos de um salário mínimo — e na proposta anterior não havia isso —, mas nesta proposta se mantém uma idade mínima e a transição.

Crueldade! Injustiça! Vou repetir: crueldade e injustiça ocorrem quando tem gente que judicializa e ganha 30%. Crueldade e injustiça ocorrem quando falta dinheiro para pagar 1,5 milhão de deficientes físicos e 3,5 milhões do Benefício Continuado dos idosos. E ele pode faltar! É só governo corajoso que pensa nos brasileiros hoje, amanhã e depois de amanhã. Eu quero que os verdadeiramente deficientes, e não os judicializados, possam continuar recebendo. Eu quero que os idosos continuem a receber.

O Presidente Michel Temer quer que todos continuem recebendo. A salvação da previdência é a reforma da Previdência. A salvação dos aposentados é a reforma da Previdência. A salvação dos desempregados é a reforma da Previdência.

Eu convido a Oposição a ter equilíbrio e bom senso, a não pensar no projeto eleitoral do ano que vem e a pensar nos desempregados e no povo que sofre. Eu convido a Oposição a ter bom senso e dignidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, pelo tempo de 5 minutos, para defender o destaque.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu queria fazer uma observação de ordem genérica, para que os próprios Parlamentares da base reflitam sobre o que é que vamos votar. Não desmerecendo o Deputado Perondi, mas ele misturou



questões de economia a seu modo. Na questão da reforma da Previdência, a única coisa que ele não discutiu, de fato, é este destaque.

Eu quero explicar, então, do que trata o destaque. O art. 17, do substitutivo do Relator, diz o seguinte: “*Observado o disposto (...), até que sejam regulamentadas as transferências de renda previstas (...), e durante o prazo improrrogável de 2 anos*”. Ou seja, tudo aquilo que vários Parlamentares da base comemoraram ao dizerem que voltou a valer o salário mínimo, nas regras atuais — e quero deixar bem claro para todo mundo refletir —, só dura 2 anos. Depois de dois 2 anos, é bom que se tenha presente que vai haver uma regulamentação nova em lei.

Qual é o núcleo da regulamentação? É exatamente discutir qual será a renda bruta e como ela será composta em cada núcleo familiar. Hoje, por exemplo, o Bolsa Família não conta. Hoje, por exemplo, se a pessoa tiver uma bolsa de estudos, como o PRONATEC, não conta. Posteriormente, em relação a até um filho casado fora do núcleo familiar, exatamente como remete o art. 229 da Constituição Federal, que diz que “*os pais têm obrigação de atender e proteger os filhos, e os filhos têm o dever e a obrigação de proteger os pais*”, nós poderemos ter na regulamentação, após esses 2 anos e imediatamente, uma mudança do que é que vai compor a renda bruta familiar. Isso significa que, ao manter o salário mínimo com uma mão, nós estaremos retirando, com a outra mão, com esta regulamentação, a possibilidade de milhares e milhares de pessoas terem acesso a esses benefícios.

Eu quero fazer um pedido, e não posso fazer outra coisa, porque nós não estamos aqui apenas para denunciar. Este caso é tão grave, é tão violento, que ele pega idoso vulnerável, que é o pobre — e não tem nada a ver com o que disse o Deputado Perondi! —, ele pega pessoa com deficiência!

Eu quero pedir aos Parlamentares da base que votem “não” a este item do parecer do Relator e que votem favoravelmente ao nosso destaque. Não é possível que os responsabilizemos, inclusive insinuando a desonestidade dos pobres, como fez o Deputado Perondi para justificar esta brutal crueldade! Eu não consigo imaginar que alguém se sinta tranquilo quanto a isso.

Isso não significa que não reflitamos sobre a necessidade de eventuais mudanças. Nós nunca aqui defendemos nenhum privilégio. Aliás, eu não vou aqui citar nada, mas é só pesquisar para ver que já houve votação da previdência em que



eu, como Líder do Governo, votei sozinho, exatamente por defender que alguma coisa fosse mudada.

Com referência àquelas medidas provisórias, que inclusive o PDT e o PSOL fizeram questão de registrar e votaram contra, quero dizer que ali o Relator do PT não concordou com o Levy nem com o Barbosa e não colocou as cotas como estão nesta proposta. É bom que recuperemos todos os fatos. Portanto, o aspecto principal do nosso destaque é retirar o item 203.

O outro elemento, que já foi comentado de alguma maneira, é o aumento da idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para 68 anos, ainda que num determinado prazo. Eu não posso concordar com a argumentação do Deputado Darcísio Perondi de que isso é para impedir a malandragem do pobre, que vai deixar de contribuir quando puder para atrasar a sua aposentadoria. Qual é a consequência disso? Aí vamos para o mérito. A consequência é que aquele que já não consegue pagar terá que esperar mais 3 anos para poder ter acesso a um benefício que a Constituição de hoje lhe garante.

Por isso, eu peço apoio ao nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O Relator utilizará o tempo de 5 minutos para a defesa do seu relatório, por cessão do Deputado Evandro Gussi, que estava inscrito e cujas palavras ouviremos em breve tempo, pois sempre enriquecem o debate.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando estávamos debatendo a questão do BPC no âmbito da Comissão Especial nas audiências públicas, o grande argumento trazido pela Oposição era o problema da desvinculação do BPC do salário mínimo. Esse tema foi usado aqui repetidamente por inúmeros Deputados. Diria que praticamente toda a Oposição usou esse tema aqui de maneira maciça, alegando que era uma crueldade se desvincular o BPC do salário mínimo.

Pois bem. Eu reconheci essa opinião, que, diga-se de passagem, é quase generalizada na Casa. Os Deputados e as bancadas de cada um dos partidos da base que visitei também se manifestaram nessa direção.

Mas, nós fomos além. As Deputadas Mara Gabrielli e Rosinha da Adefal, que têm uma vinculação muito próxima com a questão dos deficientes, solicitaram-me



que, nesse aspecto do BPC, também fosse incorporada ao texto constitucional a avaliação biopsicossocial, que, na militância que elas exercem, tem um papel importantíssimo para o deficiente em relação à concessão do BPC. E nós avançamos. Avançamos e incorporamos essa avaliação biopsicossocial. Com isso, tivemos o aplauso inclusive das entidades que representam os deficientes. Eu participei de uma audiência pública nesta Casa em que os próprios representantes dos deficientes reconheceram o significativo avanço que nós tivemos em relação ao BPC. Eu lembro que nela também estavam presentes o Deputado Darcísio Perondi, a Deputada Rosinha da Adefal, a Deputada Mara Gabrilli, o Deputado Eduardo Barbosa. Não lembro todos os Deputados que participaram.

Portanto, quando eu vejo aqui um destaque querendo modificar aquilo que é aplaudido pelas pessoas mais interessadas no assunto, eu fico a me perguntar aonde nós queremos levar esse nível de representação, porque os representantes dos deficientes foram aqueles que me procuraram para fazer essa modificação e que depois aplaudiram as mudanças que nós fizemos.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - V.Exa. me permite fazer um pequeno aparte, por 30 segundos, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Se for possível o aparte neste momento, eu permito, sem problemas.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Deputado Arthur Maia, eu só quero dizer que a transferência de renda mensal para os deficientes está garantida no inciso V do art. 203: *“quando a renda mensal familiar integral per capita”* — como é hoje — *“for inferior ao limite estabelecido em lei”*, que é um quarto do salário mínimo. Então, está garantida! Ninguém aqui está tirando direito do deficiente. Está havendo uma confusão à toa aqui no plenário! Ninguém está tocando nisso! Ninguém está mexendo nisso! O deficiente continuará tendo o benefício.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Pois é, Deputado.

Foi nessa linha que nós colocamos o nosso texto, foi nessa linha que nós fizemos a mudança mais significativa de todas, assegurando que o salário mínimo será sempre a referência para quem receber o BPC.



Não há risco! Aliás, de acordo com essa PEC, não há risco a nenhum benefício...

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Independentemente da idade.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - ...independentemente da idade, seja BPC, seja pensão, seja o que for. Nenhum benefício previdenciário será inferior ao salário mínimo. Essa foi uma conquista extremamente importante.

É interessante dizer o seguinte: eu acho um tanto estranho que justamente aqueles que aqui se dizem contra a Previdência se transformar em um instrumento de acumulação de riqueza queiram preservar aposentadorias muito altas e acumuladas. Isso realmente vai de encontro a tudo que vem sendo dito.

Então, Sr. Presidente, eu quero encaminhar no sentido de manter o texto e rejeitar o destaque que foi aqui apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos à orientação das bancadas.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - A base orienta o voto pela manutenção do texto destacado. Orientamos o voto “sim” para toda a base do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A base orienta “sim”.

Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Por deferência do Deputado Pepe, eu vou orientar. Peço que se acrescente o tempo de Liderança faltante, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - São 4 minutos e meio.

V.Exa. tem 5 minutos e meio.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado.

Quando eu disse que o parecer do Relator, o substitutivo, dava com uma mão e tirava com a outra, essa foi a maneira de dizermos que vincular ao salário mínimo, de fato, era uma reivindicação da Oposição, de muitos Parlamentares da base — creio eu — e das entidades.

Eu quero insistir num ponto: o “tirar com a outra mão”. Não sei se o Relator poderia garantir — eu creio que não, porque seria temerário e S.Exa. não tem esse poder — que, na regulamentação da renda bruta, daqui a 2 anos, depois de



promulgada a emenda constitucional, vamos conseguir manter o mesmo acesso que existe hoje. Na minha opinião, não.

E qual é o problema? Na hora da regulamentação — nós vamos discutir exatamente a chamada renda integral —, abre-se toda a possibilidade, na lógica de um argumento econômico que, na minha opinião, é falho, para que se impeça, por exemplo, que numa família todos recebam o Benefício de Prestação Continuada, o que é um absurdo. No entanto, poderá acontecer o seguinte: uma pensionista tem um irmão que mora no mesmo núcleo familiar, e esse irmão, por exemplo, não pode, eventualmente, receber o Benefício de Prestação Continuada. É uma hipótese. Podemos levantar várias hipóteses. Mas a essência é o raciocínio.

Hoje a lei diz que a renda *per capita* não pode ultrapassar um quarto do salário mínimo. Para uma família de quatro, portanto, isso resolve. A partir daí, já não pode receber mais. Porém, por exemplo, se tiver recebendo o Bolsa Família, não conta; se tiver recebendo uma bolsa de estudo, não conta. Qual vai ser a diferença? Hoje está se pegando a renda daquele núcleo. Eu até usei o seguinte exemplo: um filho ou um irmão daquele núcleo familiar, que seja casado e esteja ganhando três salários mínimos, com a sua outra família que ele constituiu, poderá, hipoteticamente, compor a renda integral daquele núcleo, no qual alguém está querendo receber o Benefício de Prestação Continuada.

Alguém pode dizer o seguinte: “*Mas isso é um raciocínio exagerado*”. Não, não é. Por quê? Se for para manter igual, se não houver alteração nenhuma, então, nós poderíamos aprovar o destaque. Estou tentando interagir com o Relator: “*Hoje já é assim*”. Se hoje já fosse assim, nós poderíamos manter o que é hoje.

Eu faço essa proposta, porque, a partir daí, nós teríamos duas coisas, que é o que V.Exa. reconheceu como um avanço — e eu reconheço — ao vincular ao salário mínimo. Nós poderíamos vincular ao salário mínimo, como já está, e não trabalhar a hipótese de, numa regulamentação, alterar a forma de cálculo do rendimento integral daquele núcleo familiar. Foi por isso que nós apresentamos o destaque.

Perdoe-me, mas não sei se os representantes que manifestaram apoio ao seu parecer atentaram. Quero confessar que só fui perceber isso algum tempo depois — aliás, não fui eu, foi alguém que entende muito de previdência que, dialogando comigo, disse: “*Aqui tem uma pegada*”. Ele trabalhou como se fosse uma pegada.



Como ele me disse por telefone, eu demorei a entender. É exatamente isto: abre-se a possibilidade de discutir novamente, numa nova regulamentação, o que vai compor a renda integral.

Qual é a situação, Sr. Relator e demais Parlamentares? Mesmo que vinculado, nós diminuiríamos o número de pessoas que vão conseguir chegar ao Benefício de Prestação Continuada.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado Arlindo Chinaglia, eu admiro muito essa forma profunda do raciocínio sofisticado de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Eu realmente estou querendo interagir com V.Exa.

Na PEC, nós estamos tratando de BPC. V.Exa. quer levar para dentro da Constituição um cálculo que envolve outros benefícios sociais, como o Bolsa Família. É isso o que eu estou entendendo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, estou percebendo que V.Exa. não está entendendo. O que estou dizendo é que hoje, da maneira como está a Constituição e da maneira como a lei determina...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mais 30 segundos, Deputado Arlindo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso é produtivo, Sr. Presidente. Agradeço a sua tolerância. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - É por isso que eu estou lhe concedendo o tempo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu sei. Agradeço.

Hoje, por exemplo, se alguém tiver Bolsa Família, isso não é computado — chamo a atenção para isso —, mas no futuro poderá ser. Hoje, se alguém tiver uma bolsa de estudo, como um PRONATEC, por exemplo, isso não é computado para compor a renda integral, mas no futuro poderá ser. É esse o nosso temor.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Não seja tão pessimista assim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso não é pessimismo!



Quando o Deputado Darcísio Perondi, em nome do Governo, usa a argumentação que usou, quando fala que se gasta tanto do PIB, isso me preocupa muito, porque qual é a intenção? Toda hora, ele diz que foi o Relator da PEC do teto dos gastos. A intenção nitidamente é reduzir gastos, e não proteger os idosos carentes, bem como os deficientes.

Era essa a nossa observação.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, eu fui citado. Vou ser bem rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - De preferência.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Quando nós estamos falando de previdência, parece que a Oposição não quer que falemos...

**A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS** - O que está acontecendo, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele está orientando a bancada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Ele foi citado. Então, tem agora 1 minuto para a resposta.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu peço perdão. Já me arrependi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Parece que querem limitar. Quando falamos em previdência, também falamos em seguridade — envolve tudo. Mas isso irrita, sim, a Oposição. Eles tiveram tanto tempo para consertar; nos últimos 3 anos, tentaram consertar; mas aí não deu mais. Nós estamos até usando alguns exemplos. Aí dizem: “*Mas uma lei?*” Deputados, depois uma lei vai regulamentar o tema e vai ver um ou outro “senão” que precisa ser corrigido. O que nós estamos fazendo agora é, sim, acabar com a judicialização, mantendo a vinculação, que foi uma conquista inclusive da Oposição — inclusive da Oposição! Estamos mantendo a vinculação. Estamos tapando o rombo também...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado. V.Exa. já fez o esclarecimento em relação à citação que fez o Deputado Arlindo Chinaglia.

Como vota o PSB?



**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, colegas Deputados, se neste País há cidadãos e cidadãs que merecem uma atenção especial, são os deficientes físicos.

Eu poderia narrar aqui casos de pessoas que eu conheço que têm deficientes na família. Sei o sacrifício que passaram para conseguir um benefício para essas pessoas. A questão não é o grau de dependência ou de deficiência dessa pessoa; o problema é conseguir enquadrar esse jovem, esse rapaz ou essa moça que está nessa situação.

Nós temos esta interpretação, como disse aqui o Deputado Arlindo: precisamos dar uma atenção especial a esse público. Precisamos compreender que o deficiente é uma despesa da sociedade brasileira, é uma despesa do Brasil e dos brasileiros.

Portanto, nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Sr. Presidente, na verdade, o BPC é uma das grandes vitórias das pessoas com deficiência.

Nós tivemos a oportunidade de relatar uma medida provisória em que permitimos o acúmulo, ou melhor, a suspensão... Antes, quando recebia o BPC, a pessoa não podia fazer aprendizagem profissional. Nós conseguimos fazer com que pudesse haver o acúmulo durante o período da aprendizagem. Inclusive, temos um projeto tramitando que permite que a pessoa com deficiência possa acumular o BPC — é lógico que se cumprido o que define a lei — durante um certo período. Se é para ganhar um salário mínimo trabalhando ou ganhar um salário mínimo não trabalhando, evidentemente a pessoa vai preferir não trabalhar. No caso, o que nós queremos é a emancipação da pessoa com deficiência, para que possa ser incluída no mercado de trabalho.

O PDT orienta o voto “não”.

Além disso, faço aqui uma ressalva: se este projeto é tão bom, por que partidos da base substituíram o Deputado Eduardo Barbosa nesta Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PDT vota “não”.

Como vota o Solidariedade?



**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, com muito respeito, eu ouço — muitas vezes até me sensibilizo — as argumentações que demonstram a boa vontade do nosso Relator, o Deputado Arthur Maia. Mas, no mesmo instante, quando presto atenção no que o Perondi está dizendo, tenho convicção em relação ao meu voto.

Quando se fala em Esquerda e Direita, em Situação e Oposição, eu fico lembrando — meu partido está dando apoio ao Governo — que, de 2011 a 2015, o Ministro da Previdência era Garibaldi Alves, do PMDB, indicado por Michel Temer.

Eu não consigo entender como é que nós ficamos com tanta hipocrisia! Ele vem aqui e parece que comemora! Ele está com ódio: *“Olha, eu vou arrebentar o deficiente! Eu vou arrebentar o idoso! Eu vou arrebentar o...”*

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota, Deputado?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Nós vamos votar “não”.

A cada argumentação que faz, o Deputado Perondi solidifica a sociedade contra este projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu diria que, depois dos 25 anos, talvez essa seja a parte mais cruel da proposta. Não adianta dizer que está igual. É claro que, se você está no deserto, quando aparece uma gota d'água, todo mundo corre.

Aplaudiram o retorno da vinculação ao salário mínimo — seria um pouco de mais — e a questão da avaliação biopsicossocial. Mas eu vi, nos Deputados que militam a favor da causa dos deficientes, muita insatisfação nesta Comissão, na semana passada. Muita insatisfação! Conversei com vários deles.

Primeiro, a pessoa com deficiência é a única que mantém a aposentadoria por tempo de contribuição: 35, 25 e 20 — e 35 é mais do que se exige hoje para as pessoas sem nenhuma deficiência.

É no § 1º e no § 3º que está a preocupação do Deputado Arlindo, quando a Constituição diz que a lei disporá sobre os requisitos de concessão e de manutenção e sobre a definição de grupo familiar. Este é o centro.

Estou trazendo para a Constituição...



*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quer incorporar o seu tempo de Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não, porque eu já o usei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Aliás, o tempo da Minoria vai ser utilizado pelo Deputado Pompeo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Então, peço a V.Exa. que encerre, por favor.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Quero só dizer que, em relação ao § 1º, que é a preocupação do Deputado Arlindo, com a qual concordamos, a definição de grupo familiar ficou suspensa, diferente do que está hoje na Constituição. No § 3º, do mesmo jeito.

Então, na verdade, é isto mesmo: dão com uma mão e tiram com a outra. Além disso, dizem que o povo vai se utilizar de má-fé para garantir isso — sinceramente!

O PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, mais uma vez, digo que sou de uma família com 18 irmãos. Minha mãe teve 18 filhos. Dezoito! Meu pai era servente de pedreiro e minha mãe vendia cocada para nos manter. Venho de uma família muito pobre. Eu sei o que é pobreza. Vivi numa família de 18 irmãos, com dois salários mínimos: um de meu pai e um de minha mãe. Um trabalhava como servente de pedreiro, a outra vendia cocada na feira, para manter 18 irmãos.

Quando vejo essa reforma da Previdência literalmente atacar os pobres, em prol dos ricos, isso me deixa constrangido e me faz voltar ao meu tempo de criança, que vivi com minha família.

É o maior crime do mundo! Não é somente aumentar de 65 anos para 68 anos, não é só aumentar 3 anos, o que já é muita coisa para um pobre. Imagine, Sr. Presidente, tirar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Obrigado pela deferência.



Sr. Presidente, imagine se tirarem os colaterais! Toda estrutura dessas pessoas será desmontada.

Por isso, pelos pobres, eu continuo votando “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Só por curiosidade, Deputado, quantos filhos V.Exa. tem?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Eu tenho dois filhos: a Flávia e o Júnior. Tenho 4 netos e 18 irmãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria dizer ao Deputado Arthur Maia que ele colocou como um ganho a retirada do bode da sala: a questão do salário mínimo. Isso era um bode, Deputado Arthur Maia. Era uma crueldade e uma estupidez tão grande que era unanimidade.

Em relação ao BPC, nós estamos falando é de gente muito pobre e de pessoas com deficiência — podem chegar a 4 milhões de pessoas. Só que isso também é distribuição de renda, também é justiça social.

Não podemos tratar essas pessoas da forma como estão sendo tratadas. Esta é uma proposta que pode passar. Quando eu vejo o Deputado Perondi tratar essas pessoas, os idosos, como malandros — pessoas com deficiência têm que se aposentar mais cedo —, isso dá vergonha! É para falar: “*Cale a boca! Não diga asneiras!*” Isso é uma estupidez!

O PSOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu não entendi. V.Exa. disse ao Deputado: “*Cale a boca! Não diga asneiras!?*”

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E que eu sou malandro.

*(Manifestação no plenário: Não! Não!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu ouvi mal? Pode ser que eu tenha ouvido mal. Não foi isso, não é?

*(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não, eu ouvi mal. Está bom, eu ouvi mal! Obviamente, uma colocação como essa necessitaria da minha intervenção. Mas não foi isso. Positivo.



Como vota o PROS?

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, as pessoas com deficiência física e os nossos idosos, principalmente os mais carentes, têm, por parte do PROS, um olhar muito cuidadoso, um olhar realmente de prioridade.

Por essa razão, nós orientamos o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, veja bem que aqui há duas possibilidades: ou se compara o texto com o que veio do Governo, ou se compara o texto com o que temos hoje.

Em relação ao que veio do Governo, de fato, o Relator melhorou, o Relator reduziu os danos da proposta; mas, em relação ao que temos hoje, é um grave retrocesso para as pessoas com deficiência e para as pessoas idosas. Isso vai agravar a pobreza na terceira idade e vai tornar mais difícil a vida das pessoas com deficiência.

Por isso, eu quero pedir aos colegas que votem “não”, porque sinceramente não acredito que os colegas queiram cometer essa injustiça, seja com pessoas com deficiência, seja com idosos em situação de extrema pobreza.

A Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?  
*(Pausa.)*

Quem falará pela Minoria será o Deputado Perondi. V.Exa. tem 1 minuto.

Aliás, é o Deputado Pompeo de Mattos, santo-augustense.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, Presidente, não me confunda! *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado, por ter presidido a Comissão por alguns instantes. É uma homenagem à querida Santo Augusto, onde passei alguns dos felizes momentos da minha vida.

Como vota a Minoria, Deputado?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Obrigado, Sr. Presidente.

A comparação é infeliz, porque quanto mais o Deputado Perondi fala, pior fica e mais o povo se indigna. Foi dito que o problema da Previdência é o BPC: os



pobres, os deficientes, os idosos, os velhos pobres e miseráveis, os deficientes físicos e mentais. Mas se esquecem dos ricos milionários da Friboi, que não pagam à Previdência, dos bancos, dos times de futebol, das grandes empresas. Isso é um absurdo, é uma vergonha, é inaceitável!

Ora, botaram o bode na sala dizendo que o benefício não seria mais atualizado de acordo com o salário mínimo. Agora tiraram o bode da sala e dizem: “*Viram como nós avançamos?*” Na verdade, não fizeram nada! O que fizeram foi piorar, porque hoje o idoso, aos 65 anos, recebe a sua pensãozinha, o seu BPC. Aumentaram para 70 anos e voltaram para 68 anos. O idoso vai morrer antes de receber. Vai ser uma briga entre a morte e os 68 anos, para ver quem chega primeiro — a morte vai chegar antes! O idoso vai morrer de fome...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço a V.Exa. que conclua. Como vota V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu concluo dizendo que o idoso vai morrer de fome, de miséria, de tédio, de nojo, de raiva, de “morte morrida” e de “morte matada”. Tirem dos ricos, não dos deficientes, não dos velhos, pobres e idosos!

Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A Minoria orienta o voto “não”.

Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Passo a palavra ao Líder Pauderney Avelino, que falará pela Liderança do DEM, pelo tempo de 6 minutos.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia, eu tenho ouvido aqui muitos impropérios — e estou ouvindo calado. Muitas vezes, a vontade que dá é de fazer a manifestação contrária, mas entendo que cada um tem o direito de expor o seu ponto de vista, mesmo que não fale a verdade — mesmo que não fale a verdade!



Essa questão do BPC é um desses casos. Como eu disse ainda há pouco, o art. 203 não está retirando o direito de um deficiente se aposentar em qualquer idade, desde que reconhecidos os limites estabelecidos em lei, ou seja, que a renda familiar integral *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo. Isso é assim hoje! Isso é assim hoje!

O que se está trazendo para a Constituição é uma questão para evitar fraudes, que são comuns, que foram feitas no Governo anterior por não haver fiscalização, seja no Bolsa Família e no BPC, seja em qualquer outro programa do Governo.

Entendo que devemos consertar o nosso País e que devemos buscar o equilíbrio das contas públicas, mas entendo também que nós devemos atender as pessoas que são necessitadas. Não vamos aqui nos conflagrar falando inverdades. Nós precisamos falar a verdade para a população.

Nós precisamos, sim, fazer com que a Previdência reduza esse déficit brutal. Não podemos continuar convivendo com esse déficit, de forma nenhuma. Precisamos, sim, reduzir, ou melhor, acabar com privilégios. O Relator, Deputado Arthur Maia, está reduzindo, sobretudo, os privilégios dos políticos, quando manda para o Regime Geral os Parlamentares. Nós vamos para o Regime Geral. Eu já tenho idade suficiente para me aposentar. Tenho 44 anos de contribuição, e nunca me aposentei.

Quero deixar claro aqui que todos nós entendemos que as pessoas que precisam da atenção do Estado estão sendo atendidas. Não podemos concordar com a mentira, com a falácia. Há mentira no Bolsa Família: muitas vezes, comerciantes e funcionários públicos que ganham salários elevados são beneficiários do Bolsa Família.

O Bolsa Família é para quem precisa. O BPC é para quem precisa. Além do mais, aqueles que são contribuintes terão um prazo de pelo menos 7 anos para chegar aos 68 anos. Isso não tem nada a ver com quem é deficiente. Aqui estão querendo misturar alhos com bugalhos.

Eu quero deixar claro aqui o nosso compromisso com o País, com o equilíbrio das contas públicas, com uma política fiscal, mas também com uma política social.



Os programas sociais continuarão, de forma honesta, de forma decente, para que sejam contemplados aqueles que efetivamente precisam.

Sr. Presidente, não vamos aqui afirmar que esses Parlamentares que hoje defendem a Previdência estão defendendo o capital, estão defendendo... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, realmente o barulho está muito alto.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu concedo mais 30 segundos a V.Exa., devido à interrupção.

Faço um apelo ao Plenário, no sentido de que voltem a imperar o silêncio e o respeito no ambiente desta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, por mais 30 segundos, além daquele tempo de tolerância que normalmente concedo a todos os Deputados.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente, aqui eu fico ouvindo que os Parlamentares que hoje estão defendendo a reforma da Previdência e as reformas para trazer o Brasil de volta à normalidade estão compactuados com capital. Meu Deus do céu! Não houve um governo mais leniente com banqueiros do que o Governo do PT. Nenhum governo foi tão leniente! Nenhum governo fez tantos acordos com os banqueiros! Aqueles, sim, foram os amigos dos banqueiros, dos empreiteiros! Nós estamos vendo hoje a triste realidade a que trouxeram o nosso País.

Sr. Presidente, estamos aqui buscando consertar o estrago feito pelas administrações desastrosas do Governo anterior, dos Governos anteriores. Não queremos, de forma nenhuma, que haja diferença entre o servidor público e o trabalhador da iniciativa privada. Vamos igualar todos, inclusive os políticos — é bom que se diga isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós queremos justiça, para crescermos, para a confiança voltar. Só podemos trazer de volta a confiança, para reduzirmos esse grave contingente de 14 milhões brasileiros desempregados, com investimentos, que virão com a volta da confiança no Governo brasileiro.

O Brasil é maior do que o PT e do que a sua desastrosa administração!

Vamos em frente, porque o povo brasileiro merece que nós façamos as reformas!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Lelo Coimbra pede o tempo de Liderança.

Tem a palavra o Deputado Lelo Coimbra, por 5 minutos, acrescido o tempo de Liderança.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, eu vou usar este minuto apenas para sugerir a V.Exa. que encerre a votação, porque nós temos número suficiente para consolidar essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A Oposição faz alguma objeção? Nenhuma? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos à proclamação: “sim”, 22; “não” 14.

Está mantido o texto.

Esse é o resultado.

Vamos ao próximo destaque.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu peço a atenção de V.Exa. para o que diz o § 2º do art. 17:

*“Art. 17.....*

*§ 2º A revisão estabelecida no § 1º não abrangerá os destinatários da transferência de renda prevista no inciso VI do art. 203 da Constituição que possuam sessenta e cinco anos ou mais de idade na data de publicação desta Emenda.”*

Ora, na data da emenda, estão garantidos os que possuem 65 anos, mas isso é totalmente contrário ao que está previsto no § 1º do art. 17: *“A partir do primeiro dia do terceiro exercício subsequente ao da data de publicação desta Emenda...”*  
*(Pausa.)*

Eu preciso da atenção do Relator, porque há um erro de redação aqui.

Deputado Arthur, por favor, preste atenção!

*“Art. 17.....*



*§ 2º A revisão estabelecida no § 1º não abrangerá os destinatários da transferência de renda prevista no inciso VI do art. 203 da Constituição que possuam sessenta e cinco anos ou mais de idade na data de publicação desta Emenda”.*

Ora, não abrangerá os que possuam essa idade na data da publicação da emenda, mas isso é contraditório ao que diz o § 1º do art. 17:

*“Art. 17.....*

*§ 1º A partir do primeiro dia do terceiro exercício subsequente” — portanto, em 2020 — “ao da data de publicação desta Emenda, a idade de sessenta e cinco anos para efetivação da transferência de renda referida no inciso VI do art. 203 da Constituição será elevada em um ano a cada dois anos (...)”*

Então, em 2020, será de 66 anos; em 2022, será de 67 anos; em 2024, será de 68 anos. No entanto, o § 2º obriga que tenha essa idade já na publicação da emenda. Tem que haver uma emenda de redação aqui, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Deputado, confesso a V.Exa. que eu não tinha observado isso, mas obviamente a ponderação de V.Exa. está certa. Peço à assessoria que faça uma correção na redação, porque, de fato, tem que ser como V.Exa. disse.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Teria que suprimir o § 2º aqui.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Não seria necessário suprimir.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ou, então, adaptar o termo ao § 1º.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Adaptar e não suprimir.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas, desse jeito, está contraditório.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Fique tranquilo, porque tem que ser adaptado. Realmente, tem que ser adaptado. V.Exa. está certo.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como foi mantido o texto, ele tem que ser alterado por emenda de redação.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Por emenda de redação, porque o mérito aqui está claro. O problema é que, da forma como está redigido, na data da publicação da emenda, já terá que ter a idade de 68 anos, o que está errado. Tem que ser 65 anos, que é a idade atual.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O.k. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Perfeitamente. Está identificada a redação para ser modificada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Faltam quantos destaques, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Faltam três destaques.

O próximo destaque é de autoria do PSB.

Para fazer encaminhamento favorável ao destaque, tem a palavra o Deputado Bebeto, que disporá de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o texto do nosso Relator, o seu substitutivo, tem uma série de incongruências relativas aos direitos e à proteção dos servidores públicos.

O Relator, na verbalização feita para defender o conteúdo do seu relatório, chegou a afirmar que nenhum dos servidores terá qualquer tipo de prejuízo, que os servidores não terão prejuízos, porque está garantido, assim como na regra geral para o Regime de Previdência, que só a partir de 2020 será estabelecida uma idade mínima.

Sr. Presidente, de acordo com a redação do § 1º do art. 9º, a partir de 1º de janeiro de 2020, os limites mínimos de idade previstos na regra de transição — 53 anos e 55 anos e, para os servidores, 55 anos e 60 anos — serão acrescidos em 1 ano. Desse modo, há que se entender que a idade mínima de partida na transição será de 53 anos e 55 anos e de 55 anos e 60 anos, a partir da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição — PEC.

O que não se diz é que esse é o incremento progressivo da idade que ocorrerá a partir de 2020, e não a exigência mínima de idade. Essa ocorrerá a partir



da promulgação da PEC. Portanto, a carência é para a progressão de idade mínima. Quem reunir os requisitos, por exemplo, para se aposentar dentro de 2 anos que se sucederem à promulgação dessa emenda já terá que cumprir a idade média. Esse é um problema que nós estamos enfrentando.

O Destaque para Votação em Separado — DVS apresentado pelo PSB reduz os danos, porque o texto original era menos danoso aos servidores públicos do que o próprio substitutivo apresentado pelo Relator. Por isso, nós — o PSB — estamos apresentando esse DVS.

Sr. Presidente, o substitutivo apresentado impõe um tratamento desproporcional aos servidores públicos que ingressaram há mais tempo no serviço público. Ao se condicionarem a paridade e a integralidade dos benefícios de aposentadoria apenas àqueles que tiverem atingido 65 anos de idade, se homem, e 62 anos, se mulher, suprime-se o direito ao Regime Jurídico, a uma conquista, a um acordo que o próprio Estado brasileiro garantiu como parte das regras jurídicas e da segurança jurídica. Sem sombra de dúvidas, isso vai colocar em risco o direito desses servidores.

Portanto, no nosso entendimento, deve-se assegurar que os proventos da aposentadoria dos servidores que ingressaram até dezembro de 2003 ou mesmo aqueles que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004, antes da instituição do Regime de Previdência Complementar, ou que tenham optado por não fazer a adesão, sejam equivalentes na totalidade da média das remunerações, que servirão de base para o salário de contribuição desses servidores.

Observa-se que os servidores públicos a que se pretende atingir sempre contribuíram com a totalidade das suas remunerações. Eles sempre contribuíram com a totalidade das suas remunerações e sem a limitação do teto do Regime Geral de Previdência Social, o que implica dizer que essas contribuições foram muito maiores do que aquelas recolhidas, por exemplo, pelos trabalhadores da iniciativa privada, no limite estabelecido pelo teto.

Portanto, é válido, é necessário, é importante reafirmar e reforçar que a medida trata de uma mera alternativa oferecida pelo Relator para compensar perdas fiscais decorrentes da flexibilização da própria proposta do Governo.



Ocorre que não é aceitável fazer recair o ônus dessa forma sobre aqueles que contribuíram nesse período — até dezembro de 2003 — ou mesmo sobre aqueles que contribuíram a partir de janeiro de 2004. As regras, a segurança que o próprio Estado deu, aquilo que estava previsto como condição às suas respectivas aposentadorias, tudo agora é rompido.

O que se deseja aqui é reestabelecer essa condição em nome da tão reclamada segurança jurídica, pois aqui se diz ser ela necessária inclusive para se acenar para o mercado. E os servidores? E os trabalhadores, que sempre prestaram serviço, tendo como fundamento a boa-fé da relação estabelecida com o Estado brasileiro? Como eles ficam a partir de agora?

O DVS apresentado pelo PSB vem na esteira de se fazer justiça. E não venham me dizer depois que aqui se está a defender privilégio. Não é isso. O que se está a defender é a aplicação da regra, é a segurança, é o respeito àqueles que contribuíram integralmente pelos valores pagos a partir dos seus respectivos salários.

Por isso, o PSB defende esse DVS e pede a todos que tenham respeito às regras, à segurança e ao contrato, já que nós somos um país contratualista, que garantam justiça aos servidores públicos de modo geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra, para defender a manutenção do texto, ao Deputado Julio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Prezado Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito ao Deputado Bebeto, por quem tenho grande admiração, eu quero falar que de fato há um endurecimento aqui.

Nós precisamos entender que, como eu disse aqui, Sr. Deputado Bebeto, nós estamos fazendo uma alteração para preservar a possibilidade de a Previdência Social brasileira fazer face aos seus números e encargos e às suas responsabilidades ao longo do tempo. De fato nós temos que preservar e melhorar atuarialmente a Previdência, sob pena de, como eu já disse anteriormente, nós estarmos obrigados a fazer sucessivas e sucessivas reformas, como os italianos, desestabilizando e desencorajando aqueles que tanto precisam da Previdência Social brasileira previsível — com previsibilidade de longo prazo.



Lá na Itália, já se vai para a décima primeira modificação do regime de Previdência, não só para os servidores públicos, mas para toda a sociedade. Isso acontece exatamente em virtude da precariedade dos trabalhos para aquela reforma inicial.

Aqui o Relator apresenta — no meu entendimento, com propriedade — que aqueles que antecedem ao ano de 2003 poderão se aposentar, sim, mas sem direito à integralidade. Eles poderão se aposentar imediatamente, com a faculdade da proporcionalidade do seu salário. Aqueles que quiserem e que pretenderem a integralidade terão que preservar mais tempo, a fim de cumprir essa transição. Isso é aquilo que se apresenta aqui. Na realidade, o ilustre Relator dá a possibilidade da aposentadoria um tanto quanto precoce para aqueles que a ela tinham direito, com a proporcionalidade do salário, facultando-lhe, entretanto, a permanência para que possam vir a receber a integralidade.

Sr. Presidente, era necessário esclarecer isso.

O Governo orienta o voto “não” e pede a toda a bancada de apoio ao Governo que vote “não”, em suporte ao relatório do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra, para defender o destaque, ao Deputado André Figueiredo, do PDT.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Obrigado, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura de uma errata que foi distribuída e depois recolhida, inclusive o jornal *Valor Econômico* disse que foi o Relator quem fez. Eu gostaria de tirar a dúvida de que foi ele mesmo, talvez tenha sido a Assessoria.

Diz a errata:

*Por fim, gostaria de esclarecer que determinei a revisão das regras de transição estabelecidas para os servidores. É evidente que a súbita imposição das idades de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres como condição de acesso à paridade e integralidade contrariam o que se entende como respeito à expectativa de direito, razão pela qual serão elaboradas regras mais compatíveis com os legítimos interesses envolvidos no assunto.*



Percebo que essa errata — sem fazer nenhuma ironia, Sr. Relator — pode ter sido talvez um pensamento de sua Assessoria, como foi dito em alguns outros momentos, e não de V.Exa., porque isso sumiu do seu último relatório e o piorou, fazendo mais uma vez a menção ao que estamos continuamente dizendo. O último relatório do Deputado Arthur Maia é muito pior do que aquele que o antecedeu e até mesmo do que a PEC originária do Governo ilegítimo. Esse destaque nada mais é, como disse o Deputado Bebeto, do que o retorno ao texto original da PEC, que é do Governo, e é bom para a bancada governista ouvir. Ela dizia o seguinte: para quem entrou até 2003, paridade e integralidade; para quem entrou entre 2004 até 2013, média das contribuições, com contribuições entre 35 anos e 25 anos; e para quem entrou depois de 2013, média das contribuições, no limite do Regime Geral, com contribuições entre 35 anos e 25 anos.

Isso é o que diz a PEC que o Governo mandou para cá, que é danosa, mas é muito menos danosa do que o último relatório do Deputado Arthur Maia.

Eu gostaria de citar exemplos. Às vezes, dizem aqui, Sras. e Srs. Deputados — peço ao Presidente, que como sempre, preste atenção em mim, assim como a bancada do Governo — que estamos querendo votar pela manutenção de privilégios. Ora, vamos falar de professores. Peço um pouco da atenção do Presidente, do Relator e dos colegas da Comissão.

Nós falamos aqui que estamos trabalhando com a manutenção de privilégios de salários altíssimos. Vamos falar de professores. A média salarial de um professor de ensino médio, no Brasil, é em torno de 2.700 reais, portanto, abaixo do teto do Regime Geral da Previdência. Vamos falar agora de uma professora que poderia se aposentar com 25 anos de contribuição, mas que só contribuiu por 24 anos, portanto, faltando um ano. Pela regra anterior, ela poderia se aposentar com mais um ano e meio de contribuição. O que vamos fazer agora? Vamos fazer com que essa professora precise trabalhar até os 40 anos de contribuição para ter direito a 100% dos benefícios. Dizem: *“Não, com 25 anos ela se aposenta”*. Mas para quem recebe 2.700 reais tirar 30% disso logo de testa, por causa de um ano ou menos do que isso, às vezes por 30 dias ou 60 dias, de acordo com a promulgação dessa PEC... Nós vamos derrotá-la no plenário. Por isso eu digo que a mobilização do



Brasil vai ser importantíssima, porque aqui talvez nós venhamos a perder, mas no plenário nós vamos ganhar.

Então, é bom que se diga que ninguém está lutando aqui pela manutenção de privilégios, de salários altíssimos. Estamos lutando por justiça, pelo respeito ao servidor que, nas reformas anteriores, inclusive pela Constituinte de 1988, sempre teve regras de transição preservadas e respeitadas. Da forma como está, de súbito, palavra do Relator — que ele desminta o que está no jornal *Valor Econômico* — é um verdadeiro desrespeito a essa expectativa de direito que dos servidores públicos, mesmo que sejam eles agentes penitenciários. Dizem que o Governo agora vai apresentar um destaque. Por que não aprovamos o destaque na noite da última quarta-feira? É para enganar o agente penitenciário. Agora vamos votar isso daqui. Queremos aprovar aqui ou rejeitar essa PEC no plenário, por questão de justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia para encaminhamento, pelo tempo de 5 minutos. É encaminhamento ainda, não é orientação de bancada. É para defender o texto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Relator pode fazer, regimentalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Houve um acordo, que está sendo cumprido, de que o Relator e o autor da proposta defenderiam com dois. Está sendo cumprido o acordo.

V.Exa. tem a palavra, Sr. Relator, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa questão referente aos funcionários públicos diz respeito àqueles que entraram no serviço público antes de 2003. Eles de fato têm, de acordo com a lei, direito à paridade e à integralidade. Isso foi interrompido em 2003 a partir de uma reforma que foi enviada para cá pelo Presidente Lula. Em 2003, o Presidente Lula mandou para cá uma reforma que foi aprovada pelo Congresso Nacional que acabou definitivamente com a paridade e com a integralidade.

Portanto, de 2003 para cá, passaram-se 14 anos, e depois disso ninguém mais que entrou no serviço público tem o direito à paridade e à integralidade.

É importante dizer que por isso mesmo, no âmbito dos servidores públicos federais, nós temos hoje três situações diferentes: os servidores que entraram antes



da reforma do Presidente Lula, que acabou com a integralidade. Essas pessoas que entraram no serviço público antes da reforma têm direito à integralidade.

Os servidores públicos que entraram entre 2003 e 2013, quando foi feita a reforma da Presidente Dilma, não têm mais direito à integralidade, mas têm direito ao salário que será calculado na base de uma proporção da média, de acordo com o tempo de contribuição, entre 25 anos e 40 anos. É outra realidade. E os trabalhadores que entraram depois de 2013, portanto já prevalecendo as normas da Presidente Dilma Rousseff — estou falando naturalmente de trabalhadores, mas estou me referindo a servidores públicos, a funcionários públicos federais que entraram depois de 2013 — esses trabalhadores, esses funcionários já estão submetidos ao teto máximo do INSS, na sua aposentadoria, mas, se o salário dele for superior ao teto, ele tem direito a se filiar ao FUNPRESP, que foi criado em 2013. É uma previdência privada.

Então, a primeira coisa que é importante dizer é que eu vejo aqui muitos Deputados da Oposição dizerem que a previdência privada, a previdência de capitalização é uma invenção dessa PEC. Isso não é verdade. O FUNPRESP é uma previdência de capitalização. Não é possível que os senhores vão negar isso. Ninguém vai negar isso.

Portanto, é importante dizer que quem criou o instrumento da previdência de capitalização no direito positivo brasileiro foi a Presidenta Dilma Rousseff, do PT, e não a PEC atual enviada pelo Presidente Michel Temer. É muito importante que isso fique claro, porque o discurso que tem sido feito aqui é que somos nós que estamos criando a previdência de capitalização. Isso é mentira! Quem criou o FUNPRESP, em 2013, aprovado aqui na Câmara dos Deputados, depois pelo Senado Federal, foi o Governo da Presidenta Dilma. Ponto.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Mas vocês estão privatizando.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Agora, nós estamos, além disso, trazendo outra questão.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Era de natureza pública, não era de banco, não.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Bom, se era de natureza pública ou privada, isso pouco importa. Nós estamos tratando aqui...



**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não. Essa é a questão. Como pouco importa?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Pergunta ao BRADESCO se pouco importa.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como foi interrompido o tempo do Relator, concedo-lhe mais meio minuto.

Se for interrompido novamente, a concessão de tempo voltará a acontecer.

**O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA** - Então, Sr. Presidente, é importante que fique claro que a capitalização é uma realidade criada pelo PT, que aconteceu no Chile e é tão criticada aqui pelos Deputados, que sempre citam o Chile como o inferno previdenciário, porque lá há capitalização. Quem criou isso aqui no Brasil foi a Dilma, em 2013. É verdade, Deputado Mauro.

Nós estamos tratando aqui, o tema que está sendo abordado aqui, é como esses funcionários públicos que ingressaram antes de 2013 terão acesso a uma condição de paridade e integralidade, Deputado Vargas. Aquele assunto que V.Exa. levantou já foi tratado. Eu já falei sobre isso aqui, não sei se V.Exa. estava presente, mas tentei construir, até minutos antes da votação, inclusive na minha própria casa, com representantes do CONAMP — Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, com representantes dos procuradores, uma solução que fosse naturalmente encaminhada por todos. Não houve aceitação por parte deles para que nós construíssemos uma solução, porque eles queriam incluir a questão da pensão, etc. Logo, o acordo não avançou. Por isso nós não encaminhamos nessa direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Orientação de bancada.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pelo PSDB, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, o PSDB saúda o Relator por seu esforço nesse tema, inclusive no processo de negociação, e pede que todos os partidos da base votem “sim”, pela manutenção do texto destacado do Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Só uma observação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Espere só 1 minuto, Deputado. Vou lhe dar o tempo de encaminhamento.



A base votou. O PSDB já pediu a palavra também para votar.

Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Obrigado, Sr. Presidente.

O PT acompanha a bancada do PSB, apoia o destaque da bancada do PSB.

Queremos aproveitar esse tempo para deixar algumas coisas claras aqui. Em primeiro lugar, é verdade, sim, que foi o Governo da Presidenta Dilma que criou o FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, entidade de previdência fechada de natureza pública. Mas o que essa proposta indecorosa faz para pagar a conta aos banqueiros que apoiaram o golpe, essa reforma da Previdência? Retira a expressão “de natureza pública”. Portanto, privatiza o fundo complementar dos servidores. E ainda diz — nem precisa dizer — que será mediante licitação. Só faltava privatizar sem fazer licitação!

Nós criamos, sim, um fundo complementar de natureza pública, e V.Exas. estão querendo privatizar esse fundo para fazer a alegria do sistema financeiro. Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vou dar a palavra para ele, vou dar mais tempo para ele! Calma!

Vamos lá. O PT se manifestou.

Como vota o PSDB?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, houve um acordo na base do Governo, e todos devem ser solidários, para manter a integridade do relatório do Relator Arthur Maia. No entanto, é importante observar que em qualquer reforma da Previdência existem dois objetos: a modelagem estratégica, o novo sistema, e a regra de transição.

O espírito do relatório carrega sempre essa lógica da transição. Nesse aspecto, há uma inconsistência. Eu acho, o Deputado Arthur Maia já falou sobre isso, já verbalizou, que, quanto às negociações, é muito importante manter a porta aberta. Como está, qualquer corte linear não será justo, porque se dará tratamento igual a situações completamente desiguais.

Então, nós vamos votar “sim”, mas, no percurso da Comissão até o plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vota “sim” ou “não”?



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar “não” em apoio ao texto do relatório e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Nesse caso, o voto ao texto é o voto “não”?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nesse caso é “não”. Vamos votar “não”, mas na certeza de que o Presidente e o Relator vão continuar negociando, de que nós vamos chegar ao plenário com uma fórmula consistente de transição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, fomos nós que propomos este Destaque nº 11. Assim, manifestamos aqui o nosso desejo de que todos votem “sim”, até porque a nossa Constituição diz que somos todos iguais perante a lei. Até hoje não descobri em que somos iguais, mas nós temos que continuar perseguindo isso, pelo menos nas questões que dizem respeito à nossa Previdência Social.

O PSB defende o voto “sim”, pela paridade e pela integralidade, e o avanço neste debate, nesta discussão, neste destaque e em outros inclusive.

Fico feliz quando o Líder do PSDB pela primeira vez se manifesta encaminhando algum destaque. Isso nos dá a sensação de que ainda há gente que vai querer conversar antes de essa maldade ser feita no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota do PDT?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade a proposta do Relator conseguiu ser pior do que o texto original, ou seja, ficou pior a emenda do que o soneto. É como se fosse mais realista que o rei. Nem o Governo, em sua proposta ruim de reforma da Previdência, no que diz respeito à transição, não imaginou algo tão ruim ao ponto do que ficou a proposta apresentada pelo Relator, tanto que ela falava que haveria um acréscimo de 50% sobre o que faltava de prazo para se aposentar. Ele mudou de 50% para



30%. Parece que melhorou, porque o número diminuiu, só que ele ampliou mais a integralidade e a questão da idade também.

Então a emenda é ruim. Por isso nós queremos a aprovação do DVS. Nós votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade? V.Exa. quer incorporar o tempo de Líder? Positivo. V.Exa. dispõe então do tempo de Líder do Solidariedade, que é de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou um servidor militar do Estado, sou filho de servidor e vejo no serviço público e nos servidores solução e não problema para a população brasileira. Aprendi isso ao longo de 39 anos de serviço público. Está aqui o Deputado Subtenente Gonzaga, meu companheiro de luta nesta Casa e servidor militar, Subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais, que é sabedor disso.

Eu tenho acompanhado essa satanização do serviço público na medida em que se quer consertar o País. Nós queremos consertar o País. Mas quem desarranjou o País foi a classe política podre. Foi dito aqui que os Parlamentares vão entrar agora no Regime Geral. Isso não vale para nós que estamos no mandato, só para os próximos. Para nos atender, vai ficar a mesma coisa. Para quem entrar nos mandatos futuros, será a moralização.

Eu vou dizer uma coisa a vocês: 70% dos servidores públicos não ganham a metade do teto geral da Previdência de 5.319 reais. Já estavam dizendo que professor é marajá, que agente penitenciário é marajá. O que é ser um marajá? Qual é a contribuição? O Promotor, o Juiz, o Delegado de Polícia, o Procurador, o Agente Fiscal de Rendas contribuem proporcionalmente ao que ganham. Para eles se aposentarem com o salário que é quatro vezes o limite geral do teto da Previdência eles contribuem todos os meses durante toda a vida, quando se aposentam continuam contribuindo seis vezes.

Eu ouço aqui algumas canalhices, como a que tal indivíduo foi condenado por improbidade administrativa porque permitia o uso de serviço do SUS, mas cobrava particularmente do Estado dele. Eu vejo indivíduo que está apodrecido pelas delações cuspir regra aqui dizendo que o servidor público é o responsável por todas as mazelas.



Sr. Relator, o relatório que V.Exa. fez é muito pior do que o projeto original que foi encaminhado para cá. Aqueles que entraram no serviço público antes de 31 de dezembro de 2003 ficaram sem a regra de transição. Meu companheiro de Polícia Militar, Agente Fiscal de Renda no Estado de São Paulo, o Ademilson, entrou em contato comigo e falou: *“Olimpio, esse cara deve estar brincando! Eu estou há 37 anos no serviço público, e agora que eles mantiveram a idade em 65 e 62, e 60 para o professor, eu poderia me aposentar em 1 ano com 38 anos de serviço público e vou ter que trabalhar mais 11 anos! Onze anos!”*

É bom que fique claro que o serviço público é solução. O que causa nojo neste País somos nós, a classe política mesmo, uma boa parcela dela! Isso é quebrar o galho dos grandes devedores da Previdência, e eles vêm com essa conversa mole de dizer que, se todo mundo que deve ao INSS pagasse, só daria para pagar 6 meses de Previdência! Isso é safadeza para quebrar o galho dos Itaús, dos Bradescos da vida! É bom a população saber o que está acontecendo aqui e o quanto há que se fazer, porque se não aprovar muita emenda, se não der muito cargo, se não der muito afago, o Deputado não vem aqui! Foram trocados cinco Deputados que eram de outros partidos, senão estaria empatado o jogo lá. Mas no plenário não vai dar para trocar, não. No plenário vai ser diferente. No plenário eu quero ver como vai ser a liberação de recursos para as emendas, a pressão, a substituição de Deputados.

Nós vamos acompanhar o destaque do PSB, sim, e vamos votar “sim”. Nós já sabemos que vamos perder aqui. Mas vamos perder com dignidade. Nós vamos moer esses que estão dilapidando o País, prejudicando os servidores públicos, lá no plenário, com toda a população brasileira. Não é questão de Situação ou Oposição, não, é quem aceita...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. O Solidariedade vota “sim”.

Passo a palavra ao PCdoB. Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu quero só colocar duas questões aqui.

Primeira, o fundo de pensão, o FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, que foi criado após a reforma de 2003, é



de natureza pública e fechada, para a qual contribuem servidores e o seu ente patronal, seja ele União, Estado ou Município. Eles decidem onde e de que forma aplicar o dinheiro, de forma democrática, obedecendo o Estatuto dos Fundos de Pensão.

Esse projeto vai fazer uma mudança profunda. Ele abre possibilidades. Eu posso entrega o fundo de pensão para o Itaú ou para o Bradesco ou para quem quer que seja, e ele decide onde vai aplicar, se não vai aplicar e o que fazer com os recursos dos servidores e da União. É uma privatização aberta sob o interesse do capital financeiro. Não é *“não tem nada a ver, não”*, tem tudo a ver. E essa é a grande diferença desse processo.

O segundo aspecto da emenda é a preservação das regras de transição de quem já estava na transição, que já sofreu três reformas, é apenas o respeito à regra no meio do jogo. Não se muda a regra para quem fez opção pelo serviço público.

Portanto, “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Pois não, Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente, sobre o Destaque nº 11 eu falei no primeiro dia de votação aqui — eu aproveito para fazer a orientação ao partido — que nós estamos trabalhando, o Deputado Arthur Maia, o Governo e eu, no sentido de fazer com que tanto servidores, Ministério Público Federal e Judiciário cheguem a um consenso para que apresentemos, como foi apresentado, uma proposta de solução para essa questão dos que entraram no serviço público até 2003.

Tenho certeza de que, no plenário, conseguiremos resolver essa situação. Enquanto isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Enquanto isso nós estamos conversando, há uma disposição desses segmentos, há uma disposição do Governo de continuar conversando, de estar à mesa, para que possamos atender essa solicitação, que, a meu ver, é justa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Como vota o DEM?

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Neste momento, Sr. Presidente, pelo fato de estarmos conversando com os servidores, com o Ministério Público, com o Judiciário, nós vamos aguardar. E eles sabem que essa construção será feita no plenário da Câmara dos Deputados.

Agora é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O DEM vota “não”.

Como vota o PCdoB? Já votou, já encaminhou.

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Quem falará pelo PSOL?

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, o Relator, neste caso, sepultou a ideia original da PEC para destruir ainda mais a dignidade do povo brasileiro. Não há serviço público de qualidade sem servidores valorizados, sem servidores com qualidade de vida. Ele cria mecanismos para inviabilizar as regras vigentes, inclusive a aposentadoria de muitos profissionais com o mínimo de renda.

Então, nós estamos com a emenda. Votamos “sim”, contra essa violência, em favor dos bancos, das empresas privadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vota “sim”, no caso.

Como vota o PROS?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, eu cedo o tempo de orientação do PROS ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, por estar em concordância com a sua defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PROS, Deputado Arnaldo Faria de Sá?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, chamo a atenção de todos, porque o que está sendo votado aqui é o texto original do Governo. Não é texto de nenhum Deputado da Oposição, é o texto do Governo que está sendo trazido para o relatório.



Na verdade, os servidores já tiveram perdas na reforma de FHC, tiveram perdas na reforma de Lula e vão ter perdas de novo agora.

Então, ninguém está inventando texto nenhum. Esse é o texto da proposta de emenda original, do próprio Governo, que está sendo destacado e trazido para cá.

Vários Líderes estão constrangidos nesta votação. Na verdade, a única saída correta é votar “sim”, porque, votando “sim”, estaremos votando o texto do Governo. Esse não é um texto de Parlamentar nem de emenda, é o texto do próprio Governo, que reconhece a importância do serviço público.

Portanto, nós pedimos apoio para votar o texto do Governo, para que, com ele, possamos corrigir a injustiça do relatório.

Nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, nós votaremos “sim”, a favor desse destaque, porque o resultado final do parecer do Relator nesse aspecto ficou pior do que o texto inicial do Governo.

Parece-me que há aqui uma tentativa do Governo de fazer encontro de contas. Como o Relator reduziu os danos da proposta em outros aspectos, o Governo, imagino, deve ter cobrado que isso se compensasse nas contas finais. Então, já que em algumas coisas se diminuiu a economia, há que se fazê-la em outro lugar, e quem paga a conta, mais uma vez, é o servidor.

A proposta é injusta, é desproporcional e não é razoável. Como o próprio Relator afirmou há pouco, o problema do servidor público já está equacionado. Aqui, está se tratando do estoque, ou seja, daqueles que acreditaram na palavra do poder público e, de uma hora para outra, vão ter as regras mudadas aos 48 minutos do segundo tempo. É injusto!

A Rede vota “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PEN?

**O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA** - Sr. Presidente, o PEN vota “não”, mas faz um apelo ao Relator Deputado Arthur Oliveira Maia para que possamos, juntamente com o Governo, num outro momento, continuar essa discussão e construir o melhor caminho para amenizar essa situação. A reivindicação do servidor



público é meritória. Precisamos realmente analisar com carinho essa condição do servidor, incluindo o Ministério Público e o Judiciário.

Fica aqui o meu apelo, embora o PEN encaminhe o voto “não”, para que possamos construir em plenário um texto melhor, mais conceituado e mais ameno.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de reafirmar a todos os colegas e a todos os brasileiros a minha convicção de que essa antirreforma será derrotada em plenário. Cada um dos Parlamentares do Estado do Rio Grande do Sul já foi consultado. Dos 31 votos, já foi anunciado que 17 são contra essa antirreforma. Na minha opinião, assim será no Brasil inteiro.

Segundo, essa alteração é um deboche e um desrespeito contra o Estado Democrático de Direito e contra o servidor público. Por exemplo, alguém que entrou no serviço público no ano de 1987 já contribuiu por 29 anos, estabeleceu um contrato e tem direito à paridade e à integralidade. Entretanto, essa proposta do Relator rasga esse contrato e a contribuição por 29 anos.

Por isso, nós votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi por 1 minuto. Na sequência, concederei 7 minutos ao Deputado Bilac Pinto, que usará o tempo de Liderança do PR.

Estamos em votação.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, os dados das Consultorias do Senado e da Câmara são bem claros: nas áreas urbana e rural, há um rombo de 4 mil reais, e o Tesouro tem que pôr dinheiro. Há um rombo! Na área da previdência pública, há um rombo de 40 mil reais. São 40 mil reais de rombo na previdência pública, 10 vezes mais. O buraco da previdência pública estadual e federal é de 167 bilhões de reais. São 167 bilhões de reais! Por isso, o servidor



público tem que contribuir também. Assim como o trabalhador rural e o trabalhador urbano estão contribuindo, eles também têm que contribuir.

Eu estou surpreso com a defesa que a Oposição faz.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Bilac Pinto, pelo tempo de até 7 minutos.

**O SR. DEPUTADO BILAC PINTO** - Sr. Presidente Carlos Marun, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Arthur Oliveira Maia, é muito importante, num momento como este, nós discutirmos fatores que são de extrema relevância.

Quero fazer uma abordagem especificamente a respeito do artigo que foi apresentado aqui pela bancada do PSB, do Deputado Bebeto, que propõe que a integralidade no RPPS retorne ao texto original da PEC, em detrimento da proposta do substitutivo, excluindo a necessidade da idade mínima para obtenção da integralidade na aposentadoria dos servidores públicos efetivos que ingressaram até 31 de dezembro de 2003.

Deputado Arthur Oliveira Maia, eu quero fazer uma observação que vai ao encontro do que o ilustre Deputado Marcus Pestana acabou de dizer. Defendo a reforma previdenciária — estamos aqui com a base do Governo fazendo isso —, porque sei que ela será extremamente importante para o País. Mas é fundamental que tratemos de uma forma desigual aqueles que, de certa forma, não podem ser tratados igualmente. Se nós fizermos um corte linear, como foi feito no projeto, nós vamos cometer, no meu ponto de vista, uma injustiça muito grande.

Então, como nós já conversamos, é fundamental que mantenhamos um canal aberto e façamos uma discussão mais aprofundada em plenário — e não aqui na Comissão —, para podermos, dentro daquilo que seja razoável, atender às reivindicações de determinadas carreiras que tinham uma expectativa de direito e que hoje se sentem prejudicadas em função do projeto.

Deputado Marun, eu quero parabenizar todos os Parlamentares que vêm trabalhando nessa Comissão com dedicação.

Hoje, nós temos visto uma sinalização extremamente positiva por parte da economia, e isso é fundamental para que as reformas que o Presidente Michel Temer vem fazendo possam, de certa forma, ser reconhecidas pela sociedade. O



Brasil, depois de quase 22 meses, tem uma expectativa de crescimento. Havia retração no mercado de trabalho, e o mês de janeiro já apresentou aumento na arrecadação. A produção industrial voltou a subir depois de quase 34 meses. Enfim, eu acho que estamos no caminho certo.

O que é a discussão da Previdência, senão o exame do cálculo atuarial e do censo demográfico no País? É importante ressaltar isso, para que os telespectadores que estejam assistindo esta sessão da Comissão da Reforma da Previdência possam sempre entender o porquê de estarmos fazendo essas modificações.

Deputado Arthur Oliveira Maia, na década de 1960, os casais tinham em média seis filhos. Hoje, a média é de menos de 2 filhos: 1,75 filho por família. Ora, aqueles que nasceram naquela época e hoje estão iniciando o seu processo de aposentadoria têm que ter alguém para contribuir. E como fica isso, se nós não fizermos os ajustes?

No século passado, em 1900, o brasileiro vivia em média até os 33 anos de idade, aproximadamente. Hoje, o brasileiro tem uma expectativa de vida de 75 anos. Em 2100, a expectativa de vida será de 86 anos. Isso é uma demonstração cabal de que nós temos, realmente, que fazer alguns ajustes fundamentais na Previdência do nosso País.

Eu gosto de reiterar que há mitos sobre os quais nós ouvimos aqui. É fundamental que possamos dizer isso de forma muito clara. Não há déficit na Previdência. Eu digo sempre, Deputado Arthur Maia, que isso é um mito. Existe um déficit, sim. Ele é grande e vem, de certa forma, sacrificando o nosso orçamento e as futuras gerações que virão a receber da Previdência.

A Previdência Social e a assistência social no Brasil hoje já estão consumindo 64% das receitas do Governo Federal. Há um déficit do Tesouro que está sendo causado integralmente pela Previdência. As contas previdenciárias, definitivamente, não são superavitárias. Só para dar um exemplo, no ano de 2017, para poder pagar as aposentadorias e as pensões, estão sendo cortados investimentos de quase 11 bilhões de reais na infraestrutura; de 6 bilhões de reais na área da saúde; de 5 bilhões de reais na área da educação; de aproximadamente 6 bilhões de reais na área de transportes, nos portos e na aviação civil.



Dizem que o desequilíbrio da Previdência é passageiro, mas esse é outro mito. O seu desequilíbrio é estrutural, e a tendência, se nós não aprovarmos as reformas, é ele se agravar cada vez mais.

Nobres Parlamentares, dentro da demografia, a tendência é que o envelhecimento da população seja cada vez maior. Em 2015, o Brasil gastou com aposentadoria quase o mesmo percentual do PIB que os países mais desenvolvidos gastaram. No entanto, a proporção de pessoas com mais de 65 anos nesses países é mais do que o dobro que a do Brasil. Então, ou nós fazemos a reforma ou, em pouco tempo, vamos começar a ter problemas sérios com os compromissos a pagar. Cito o exemplo de alguns Estados do nosso País, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Lembro o que passaram Grécia e Portugal, e o que vêm passando outros países, que têm feito sua reforma previdenciária, para que não tenham esses problemas.

Se não fizermos a reforma amanhã, teremos problemas seriíssimos para pagar as contas do País. Dessa forma, quero dar o encaminhamento contrário ao que está colocado aqui.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: “sim”, 14; “não”, 22.

Está mantido o texto.

Vamos ao próximo destaque, o Destaque nº 10, do PDT.

Para falar favoravelmente ao destaque estão escalados os Deputados André Figueiredo e Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Figueiredo, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, sou membro do PDT, junto com os Deputados Pompeo de Mattos, Assis do Couto e Subtenente Gonzaga. O PDT sempre se posicionou tanto contra a reforma proposta pelo Presidente Lula, em 2003, como contra a FUNPRESP. Então, estamos muito à vontade para falar.

Quero ressaltar também, Deputado Arthur Oliveira Maia, que o candidato derrotado à Presidência da República Aécio Neves disse que, se eleito fosse,



derrubaria o fator previdenciário, mas vemos que os Deputados o estão piorando. Quem, efetivamente, derrubou o fator previdenciário foi a Presidenta Dilma, ao sancionar a lei que instituiu a regra de 85/95. Eu lembro que nós defendemos bastante o relatório do Deputado Pepe Vargas, ainda na Comissão de Finanças e Tributação. O Deputado Arnaldo Faria de Sá foi um dos seus maiores entusiastas.

Então, justiça seja feita: o Governo passado fez justiça com o aposentado. Agora, o que estamos fazendo aqui é uma perversidade.

Eu vou tentar, mais uma vez, ser muito didático ao falar da falsa imagem que estão criando de que o pedágio de 30% é benéfico. Dizer que houve avanço com o pedágio de 30% é uma falácia, é uma mentira.

Vou me ater a professores, para não dizerem que estou defendendo — e sempre defendo! — apenas os servidores desta Casa. Servidores de quaisquer dos Poderes que tenham entrado com outras regras vigentes merecem respeito, porque eles trabalham. Eles não estão aqui apenas ocupando espaço. Muito pelo contrário, estão nos ajudando.

Então, por favor, não venham dizer que daqui até o Plenário vamos construir um caminho, assim como foi feito com os agentes penitenciários, porque ninguém é bobo. Se for para fazer um acordo, vamos votar com esse destaque. Vamos derrubar o texto original e votar com esse destaque, porque o acordo está feito. Daqui para lá, o único acordo que nós vamos fazer é derrubar essa PEC na integralidade.

O povo brasileiro não vai se calar, os servidores públicos não vão se calar, os trabalhadores brasileiros que têm uma expectativa de direito não vão se calar.

Sendo muito didático, uma professora hoje precisa contribuir por 25 anos. Se ela contribuiu por 24 anos, falta-lhe 1 ano. Com o pedágio de 30% faltaria 1,3 ano. Então, em tese, ela se aposentaria com pouca coisa a mais. Verdade? Mentira! Mentira, porque essa professora vai precisar trabalhar por 40 anos, e não por 25 anos, para ter o benefício de 100%. E, diga-se de passagem, o benefício ainda é de 100% da média total, que hoje é calculada considerando 80% dos maiores salários. São 100% da média total. Portanto, quem precisava trabalhar mais 1 ano para receber a integralidade dos seus benefícios vai ter que trabalhar, além desse 1 ano,



por mais 15 anos. Isso é 1.500% a mais no tempo de trabalho, o que é uma desumanidade!

E é uma desfaçatez vermos os noticiários matinais do nosso País dizendo que essa reforma é muito branda, porque não é imediata. Os 40 anos não são imediatos. Começa com 25 anos, depois chega aos 40 anos. Ora, um corte brutal de 30% nos vencimentos não é desumanidade?

Também quero fazer menção à desproporcionalidade que o texto traz a quem entrou no serviço público com 18 anos, por exemplo, e que já tem 29 anos de contribuição. Vamos, mais uma vez, falar da mulher. Ela precisaria de mais 1 ano para completar os 30 anos de contribuição. Quem entrou com 30 anos e também tem 29 anos de contribuição precisaria trabalhar apenas mais 1 ano, pela expectativa de direito. Essa que tem 30 anos de contribuição e que ingressou com 30 anos de idade no serviço público vai precisar trabalhar três vezes mais. Ela precisaria trabalhar apenas 1 ano, e vai ter que trabalhar mais 3 anos, para chegar aos 62 anos de idade. Desumanidade? Sim. Mas aquela servidora que entrou muito jovem vai ter que trabalhar 44 anos em vez de 30 anos para poder ter a integralidade dos seus benefícios.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, se V.Exas. e os partidos que falaram aqui são verdadeiramente a favor do servidor público e vão tentar construir um caminho, vamos construí-lo agora. Todos os servidores que aqui estão contribuem com 11% dos seus vencimentos em cima dos seus salários. Portanto, merecem ter direito a uma regra de transição e não merecem tanta desumanidade.

Mais uma vez, apelamos a esta Comissão para que, pelo menos no apagar das luzes, dê uma resposta de justiça ao povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, para que faça o encaminhamento favorável à manutenção do texto.

V.Exa. tem 5 minutos, não necessariamente utilizáveis.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, na realidade, não precisarei usar os 5 minutos para reafirmar a necessidade de toda a bancada do Governo apoiar a manutenção do relatório, que, com discernimento, trata de forma absolutamente adequada essa matéria.



Portanto, peço para toda a bancada, para o PP e para toda a base do Governo, a manutenção do voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, pelo tempo de 5 minutos, para defesa do destaque.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero agradecer ao Deputado André Figueiredo, nosso Líder, ao Deputado Assis do Couto, e à bancada do PDT.

Sr. Presidente, nós temos uma proposta digna, decente, e uma oportunidade — talvez única — para que o Relator possa rever essa questão da transição. Eu estou vendo que isso tocou a própria base do Governo. Lamento que a proposta não tenha amadurecido o suficiente, para que nós possamos fazer uma transição justa, digna e adequada. Não é para trazer benefício, é para fazer justiça. Não é favor!

Sr. Presidente, a reforma como um todo é ruim. Ela é ruim para os trabalhadores em geral; ela é ruim para os deficientes físicos e para os deficientes mentais, que vão ser sacrificados; ela é ruim para idosos e pobres, que também vão ser sacrificados. Quem poderia receber o benefício de prestação continuada — BPC aos 65 anos só vai poder recebê-lo aos 68 anos, com essa reforma, se não morrer antes de fome, de falta de remédio, de tédio, de raiva e de nojo. Ela é ruim para a viúva e para o viúvo; ela consegue ser ruim para o agricultor, para os rurais; ela é ruim para as mulheres, que foram castigadas, sim; ela é ruim também para os servidores públicos, especialmente agora, sem a transição. Sr. Presidente, ela é ruim para os professores, para os policiais civis, para os agentes penitenciários, para os agentes da segurança pública. Enfim, para todos os servidores públicos, ela é má, ela é ruim, é muito má. Nós precisamos dizer isso com clareza, Sr. Presidente.

Aqui se falou que a Oposição não oferece proposta. Nós dissemos que o Governo tem haveres da Previdência de milhões e milhões de reais, que chegam a bilhões. Eles disseram aqui que talvez não chegue a 1 bilhão. Sr. Presidente, no *site* da Receita Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, estão relacionados os 500 maiores devedores. Só o valor dos 100 maiores devedores passa de 50 bilhões! É verdade que há umas dívidas que estão em recuperação judicial, é difícil reaver esses valores, mas dá para recuperar uma boa parte. Se considerarmos os 500 maiores devedores, chega-se a quase meio trilhão de reais! São devidos 426



bilhões de reais à Previdência! E vão querer tirar o couro dos fracos, dos pequenos, e esquecer os grandes e os poderosos?

Só a Friboi deve quase 2 bilhões à Previdência. Também são devedores a Marfrig e vários frigoríficos, a Volkswagen do Brasil, a Mercedes Benz do Brasil, a Universidade Mackenzie em São Paulo, o Bank of America, um banco estrangeiro, o Banco Bradesco, o Deutsche Bank S.A. Banco Alemão, o Santander e o Itaú. Eu posso desfilar um rosário, está aqui a lista dos devedores! Dá para matar a cobra, mostrar o porrete e o couro do bicho estaqueado! Está aqui, não está lá em casa! Está aqui a lista! O pior cego não é quem não vê, é quem não quer ver. E só quem não quer ver não enxerga o que está visto. Está na cara, mas nós temos que mostrar, para que as pessoas possam ter a compreensão disso.

O Deputado André Figueiredo foi muito claro e transparente, quando falou nessa questão da transição. Isso é muito injusto com os servidores públicos, que apostaram, fizeram concurso, fazem carreira, contribuem mês a mês, ano a ano, por muitos anos! Agora, eles são pegos à traição, por trás, no escuro, na pegadinha. Estão sendo enganados nos seus direitos, a começar pelas professoras e pelos professores, pelos homens e mulheres da segurança pública, policiais civis e agentes penitenciários, que estiveram nesta Casa indignados!

Então, Presidente, é preciso que nós deixemos um apelo, com veemência, com raiva, com gana, mas sem perder a ternura, para que a base do Governo reflita sobre isso. Há tempo de semear e há tempo de colher. Eu espero que não seja um tempo de tempestade. Eu espero que tenham maturidade e a mínima compreensão, senão vai recair sobre esta Casa a maldição dos pobres velhos e idosos, dos pobres e miseráveis doentes e com deficiência, das mulheres pobres! Vai recair a maldição dos pobres sobre aqueles que votarem contra a Previdência! Pode ter certeza disso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Deputado, V.Exa. está muito agourento, com todo o respeito! V.Exa. falou que vai cair maldição. Calma, vamos em frente! Vamos ser um pouco mais otimistas, Deputado! Isso não coaduna com a sua...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Vai cair a maldição dos pobres!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Tudo bem, é um direito seu! Só que, cada vez que V.Exa. fala isso, eu bato na madeira, e realmente já estou ficando com os dedos machucados. Mas esse é um direito seu, é um direito seu!

Positivo? Vamos em frente. Vamos agora ao encaminhamento.

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. tem a palavra para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu não vou encaminhar, mas quero dizer o seguinte em relação ao agouro: aqueles que roncam fazem isso para espantar o agouro tanto deles quanto de suas esposas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos passar a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos, porque os outros 30 segundos foram utilizados pelo Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, há necessidade de funcionários públicos, isso é indiscutível. O Governo reconhece isso com todo respeito. Eu aprendi a admirá-los quando vim para Brasília.

Mas essa proposta, primeiro, acaba com a idade mínima. Quer dizer, antes eles estavam defendendo os pobres, mas agora estão defendendo quem ganha 20 mil, 30 mil, 40 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO** - O professor ganha 2 mil reais, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Promotores... De novo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Concedo mais 30 segundos ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Essa é uma parte importante da reforma. Se nós admitirmos que possa haver expectativa de direito, nós estamos acabando com uma parte da reforma, que é a reforma na área pública, em que os números são claros. No ano passado, o buraco na Previdência pública federal foi de 77 bilhões de reais, e a dos Estados foi de 90 bilhões de reais. Isso corresponde a quase 6% do PIB!

Se nós estamos votando idade mínima e regra de transição para o trabalhador urbano e para o agricultor — que são pobres, segundo a Oposição, e são mesmo —, se tirarmos a idade mínima e deixarmos a transição, nós estaremos defendendo os ricos! Esse buraco corresponde a quase 6% do PIB!



A proposta do Governo é a seguinte: mantém-se a integralidade aos 62 anos e 65 anos para quem quiser trabalhar até essa idade. Assim, haverá integralidade e paridade. Quem não quiser trabalhar até 62 anos e 65 anos de idade, porque está perto disso, poderá se aposentar na regra de transição. O valor do benefício será, em média, de 100% e até haverá abonos. Então, se os ricos do andar de cima — Deputados, promotores, juízes, fiscais — não quiserem optar pela proposta, poderão se aposentar na regra de transição, recebendo 100% da média e um abono salarial.

Eu recebi visitas de servidores da Câmara, e eles me falaram assim: *“Eu ia me aposentar daqui a 6 anos ou 7 anos, mas vou fazer a opção de me aposentar com 62 anos”* — no caso, era uma mulher, mas eu falei com homens também — *“porque eu vou garantir a minha integralidade. Eu sou nova, posso trabalhar mais 6 anos, 7 anos, 8 anos, e assim vou estar contribuindo com o País”*.

Vou alertar os Deputados da base de que vamos conversar, claro. Há o Plenário.

O Supremo já tem jurisprudência clara: não há expectativa de direito no regime jurídico. Não há! Nos casos em que já foi aplicada a lei, quem já está aposentado, sim, está garantido em cima das leis. Mas quem não está garantido, quem tem a chamada expectativa de direito não têm guarida no Supremo Tribunal Federal. Não têm! V.Exas. estão defendendo aqueles que são os ricos do serviço público, que têm expectativa de direito. É óbvio que o Governo...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Vai lá, Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem mais 30 segundos, Deputado Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Não há expectativa de direito, e o Governo estabeleceu uma regra de transição que vai valer para o trabalhador urbano e para o trabalhador o rural. Por que a regra de transição não valeria para quem entrou antes de 2003? Por quê? Aí, sim, é uma injustiça brutal e fere de morte a reforma da Previdência. Nós não vamos fazer isso.

Os funcionários públicos precisam cooperar, sim. Vou repetir: os funcionários públicos precisam cooperar. Se a mulher rural vai trabalhar mais 2 anos, se nós



acabamos com aquela escada abrupta e fizemos uma rampa, a transição também vai valer.

Eu vou repetir: o rombo da Previdência Pública é de 6% do PIB. São 170 bilhões de reais somando Estados, União e alguns Municípios. Não há alternativa, gente. Não há. Então, todos vão ter de contribuir. As corporações opulentas, as corporações egoístas, jovens promotores, jovens fiscais, jovens policiais federais não querem trabalhar mais. Mas este Governo quer fazer justiça previdenciária para todos, respeitando uma leve expectativa, mas não a "privilegiatura" que fere de morte a previdência pública, privada, urbana e rural.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Vamos à orientação das bancadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lelo Coimbra, pela Liderança do Governo.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - O que é "privilegiatura"?

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, antes de fazer o encaminhamento, tenho um comentário.

O Deputado Perondi, que me antecedeu, pela retórica que o acompanha, acabou fazendo um embrulho de garrafa de cachaça com coco. Isso não dá embrulho. Ele trouxe de volta o tema do déficit e se esqueceu de dizer coisas que ele ouviu aqui. Os procuradores do próprio órgão entendem que, desses 460 bilhões de dívida com a Previdência, apenas 30% pode ser resgatável. Isso dá 138 bilhões de reais. Isso sequer bate com o déficit da Previdência de 158 bilhões de reais. Então, isso é retórica. Com retórica, acaba-se submetendo a verdade ao lixo. Então, é preciso que se resgate isso.

A orientação da Maioria e do Governo é pela manutenção do texto do Relator. Nosso voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Toda a base vota "sim".

Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, esse destaque do PDT faz justiça. Nós precisamos reconhecer que aqueles que entraram antes de 2003, na reforma antiga que foi feita pela Presidente Lula, já foram objeto de uma ampla discussão.



Nós não podemos criar para o funcionalismo público um processo permanente de intranquilidade, mudando a regra a cada Governo. Então, o correto é assegurar esse direito para quem já passou por essa mudança, porque eles já optaram, já debateram, já discutiram, já negociaram. A mudança permanente de regra para servidor público, federal, estadual e municipal cria uma insegurança e, acima de tudo, precariza essa situação.

Por isso, votamos “não”. Votamos com o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB?

Quem vai encaminhar? Positivo. Deputado Schuch.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Sr. Presidente, ainda tenho tempo de Liderança?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Que satisfação V.Exa. ter esse tempo de Liderança. V.Exa. tem 8 minutos.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Eu aprendi a poupar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Fico feliz. Fico feliz.

V.Exa. tem 7 minutos e mais 1.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou deixar uma parte desse tempo para o meu colega Bebeto, que também está aqui firme.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Agora ficou melhor ainda! Então, vai dividir com o Bebeto.

**O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH** - Em primeiro lugar, é uma pena que o Deputado Darcísio Perondi esteja ausente, porque tenho umas coisinhas para dizer para ele também. Ele fala muito da coragem do Governo em fazer a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, mas acho que se o Governo fosse tão corajoso como diz S.Exa., já teria auditado a dívida pública, conforme estabelece o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e teríamos nos livrado do maior câncer deste País, que é pagar essa dívida que já foi paga e repaga não sei quantas vezes.

Quando chegamos ao final dos debates da PEC 287/2016, depois de quase 6 meses, parece que há Parlamentar que sai desta Comissão mais confuso do que



entrou. Há algumas manifestações que realmente não têm pé nem cabeça, que não têm absolutamente verdade nenhuma.

Eu preciso fazer uma pergunta: se a PEC 287/2016 fosse dos Governos anteriores, como seriam os votos dos atuais apoiadores do Governo? Essa é a interrogação que eu gostaria que fosse respondida.

Convenço-me, cada vez mais — e agrego-me aos que já falaram aqui sobre isso —, de que foi correto o meu voto contrário às MPs 664/2014 e 665/2014, em especial, pelo fim da pensão vitalícia votado à época, até porque fica cada vez mais evidente que uma viúva precisa mais da pensão aos 58 anos, aos 60 anos de idade, do que aos 44 anos de idade.

Eu acho que temos de olhar para este País, para o povo brasileiro, para quem paga imposto todo santo dia, muitas vezes, sem enxergar que a política pública é importante.

A Previdência não é do Governo. Previdência é de quem paga com suor, com sacrifício, religiosamente, para os cofres públicos, para um dia ter a aposentadoria e, em especial, uma velhice mais justa e mais digna.

Pontualmente, eu queria destacar que há uma série de conflitos de entendimento em diversos casos que são polêmicos por natureza e as interpretações são difusas. Eu não consigo entender como, com tantas idas e vindas, com tanto esforço, não já se contemplou a questão dos agentes previdenciários. Ora, a LOAS foi jogada para 68 anos. Há o caso das professoras, das mulheres, das trabalhadoras rurais assalariadas que vão ter de esperar até os 62 anos; do trabalhador rural, do agricultor familiar, que é segurado especial, que tem uma condição de 60 anos que foi contemplada. E a companheira dele, a trabalhadora rural, merece o castigo, pois ela, com 30 anos de contribuição, consegue o direito de se aposentar aos 55 anos, e agora vai ter que esperar até os 57 anos. Isso é uma falta de critério. Isso não é uma coisa lógica.

Sem falar, de novo, da contribuição individual para os agricultores familiares, dos segurados especiais, da fórmula de cálculo das pensões. Há aquela máxima — já pedi três vezes e vou pedir de novo ao Relator para que retire do texto —, que é a questão de que sindicato aposenta alguém e que sindicato paga a aposentadoria de alguém. Isso é algo que não merece estar na Constituição. O sindicato, quando



muito, encaminha o processo, assessora as pessoas, junta os documentos e informa inclusive as datas de perícia para encaminhar os processos de aposentadoria ao INSS. Este, aliás, ultimamente, tem sido muito duro nas concessões e, por qualquer coisinha, tem negado o benefício.

Portanto, Sr. Presidente, ao finalizarmos essa discussão desta PEC 287/2016, convenço-me, cada vez mais, de que todos os beneficiários da Previdência Social terão que trabalhar e contribuir por mais tempo e se aposentarão mais tarde e com um valor menor do que o de hoje. Essa é a constatação maior a que chego.

Como toda ação tem uma reação, nós precisamos olhar um pouco para frente. Nós não estamos falando aqui de uma legislação que vai resolver as coisas em 5 anos, em 10 anos, e não vai ter reflexo para frente. Nos próximos 30 anos, 40 anos também vai haver reflexo. A PEC, com certeza, vai desestimular muito os jovens, a juventude, a trabalhar com idade precoce. Só vai fazê-lo efetivamente quem não tiver alternativa. A mim, que sou do meio rural, ficam me perguntando a toda hora: como vai ser a sucessão rural? Essa juventude não vai continuar querendo empreender. Ela vai acabar preferindo ser um assalariado urbano, trabalhar de segunda a sexta, com carteira assinada e salário fixo do que correr o risco das intempéries, das dificuldades climáticas e de outras coisas mais.

Eu concluo esta última manifestação dizendo que voto contra. Acho que esta PEC não ajuda a quem realmente precisa. Ela é injusta, ela é cruel. Portanto, nesta discussão aqui também o voto é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, a nossa posição é clara: é “não” ao texto.

Eu queria aproveitar a oportunidade, até por falar depois do Deputado Heitor Schuch, que tem a mesma caminhada que a minha, como agricultor familiar, para dizer que um jovem que começa a trabalhar no campo aos 16 anos de idade vai ter que contribuir por 49 anos para se aposentar com quase 65 anos de idade! Qual é o jovem que vai ficar, então, na agricultura numa situação dessas? Um servidor público, como aqui foi colocado, uma professora, um professor terá que contribuir 44



anos, 45 anos. E essas mudanças também alteram aquilo que já era a expectativa de direito.

Portanto, se quiséssemos fazer uma reforma da prateleira de cima, dos ricos, tínhamos, pelo menos, que ter tirado fora aqueles que estão abaixo do teto da Previdência. Aí nós estaríamos juntos nessa briga. No entanto, não adianta enfeitar e dizer que são os ricos, os privilégios...

O PDT vota “não” e quer mudar esse texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Pergunto: como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Sr. Presidente, eu aprendi na minha vida: *“Nunca se explique. Para os amigos, não precisa; os inimigos não acreditam”*.

Eu ouvi Lideranças do PSDB e do Democratas dizerem: *“Olha, nós estamos dando uma ferrada em vocês hoje, nós vamos arreventá-los hoje, mas nós vamos continuar fazendo uma construção. Depois, no plenário, todos serão felizes para sempre”*. Não acreditem nisso. Se quisessem, resolveriam agora.

É lógico que há um constrangimento. *“Olha, nós estamos amarrados nisso aí. Por mim nós não iríamos votar, mas nós vamos votar neste momento só para dizer que nós estamos juntos.”* É vergonhoso isso!

Todos os servidores públicos, de todas as áreas, nós vamos pressionar e vamos derrotar isso no plenário, porque é uma verdadeira vergonha!

O Solidariedade vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, eu gostaria de consultar se posso agregar o tempo de Líder da bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mas eu precisava de uma... V.Exa. é a Líder?

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sou a Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, é com muita satisfação que a ouviremos, Deputada.

V.Exa. tem 4 minutos mais 1, ou seja, tem 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Obrigada.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de abordar esse destaque do PDT sob a ótica de vida do servidor público. A reforma como um todo é extremamente cruel para os trabalhadores brasileiros. Ela faz um entrelace de idade, elevando-a e tecendo a ilusão de que houve uma redução da idade mínima para aposentadoria das mulheres, quando na verdade há um acréscimo de idade em relação ao que hoje vivemos. A reforma também é cruel com o trabalhador rural.

Em relação ao servidor público, a reforma coloca a juventude brasileira e os servidores públicos de hoje, especialmente os mais jovens, no completo desestímulo para o exercício da sua função pública. Os servidores têm sido vítima de diversas reformas. São os trabalhadores que mais contribuem com a Previdência Social. O seu regime próprio para os novos servidores foi defenestrado com a criação de um fundo de previdência próprio dos servidores, que conseguimos, ao fim e ao cabo do debate, fazer com que fosse público — esta era a palavra-chave do Fundo de Previdência. E, nessa proposta, a garantia de natureza pública está completamente perdida. Os servidores contribuem com 11% do salário mensal e passarão contribuir com 14%. Especialmente, os servidores estaduais estão sendo iludidos de que estão fora da Previdência Social, também os policiais militares, mas, nos destaques e no corpo da regulamentação da dívida dos Estados, há uma indução e uma obrigatoriedade, na forma de contrapartida, de que os Governadores realizem essa reforma e se chegue a 14% o desconto do salário mensal dos servidores.

Esses dias, alguém me perguntou em um debate: *“Deputada, não vão fazer uma lei para ser opcional contribuir com a Previdência?”*

Mas é exatamente isto que os reformistas de hoje querem: na verdade, querem acabar com a previdência pública; querem terceirizar e acabar com as carreiras públicas, deixando apenas as carreiras de topo, aquelas relacionadas com a fiscalização e com o exercício principal dos Poderes. Isso é um absurdo para soberania nacional!

Fiquei estupefata quando vi ser dada aqui uma premiação ao Presidente ilegítimo, em nome de Getúlio Vargas, com todas as suas contradições históricas. O Getúlio deve ter se virado na sepultura. Apesar das contradições, ele conseguiu estruturar o elemento inicial da natureza de Estado brasileiro, tirando a natureza pessoal e tornando-a impessoal, estruturando o concurso público, e efetivamente



lançando as bases da soberania, com a indústria nacional, com a questão da matriz nacional da siderurgia, do petróleo, etc.

Sob forte pressão popular, diga-se de passagem, hoje V.Exas. estão fazendo exatamente o oposto. Não quero sugerir que definam para si o destino de Getúlio, mas a verdade é que o que estão fazendo com a Nação brasileira é algo grave, gravoso, e prejudicará e marcará as futuras gerações.

Eu quero apoiar, em nome do PCdoB, o destaque do PDT, porque ele minimiza danos para o serviço público. É importante que os jovens servidores entendam que lhes está sendo tirado o direito à aposentadoria. É importante que o “concurseiro”, que a família banca para que possa buscar uma carreira para servir ao Estado que lhe dê estabilidade, entenda que já não a terá, e nem terá paridade nem integralidade.

É importante que a sociedade brasileira diga não a essa reforma como um todo. E não adianta retirar parcialmente categorias da estrutura da reforma, porque, mais cedo ou mais tarde, elas serão atingidas. Nós temos que enfrentar a reforma, pois ela arrebenta com os direitos, prejudica os servidores, prejudica os trabalhadores e, acima de tudo, quebra o pacto geracional, o pacto solidário de se contribuir hígido e, quando a capacidade laboral estiver diminuída, se ter o direito à aposentadoria.

Por isso, o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PCdoB vota “não”.

Peço um pouco de silêncio. Estamos nos aproximando do final. É natural que a ansiedade comece a tomar conta, mas é fundamental que, até o último segundo de funcionamento da Comissão, seja mantido o respeito e a atenção à palavra dos Deputados e Deputadas.

Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, como V.Exa. bem disse, só faltam agora dois destaques: este e o próximo. Este é draconiano, os outros são, talvez, para a pobreza, uma desgraça, mas esse para o servidor público principalmente. Como pode, Sr. Presidente, servidores que se aposentarão daqui a 1 ano passarem mais 11 anos para se aposentar? Isto é draconiano! Isso não é justo com os servidores. Não há nenhuma regra de transição, não é verdade? Se



não for isso, me digam. Não há uma regra de transição. Vou dar o nome de um servidor, um assessor: Gerson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço respeito à palavra do Deputado.

V.Exa. dispõe de 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Gerson é servidor aqui da Liderança das Suplências, falta-lhe 1 ano e pouco para se aposentar, mas agora lhe faltarão 11 anos. Isso é um absurdo! Nenhuma regra de transição? Pelo amor de Deus! E há a questão da paridade; ele vai perder 30% do dia para a noite.

Por isso, Sr. Presidente, o PHS continua dizendo que vota “não” a essa reforma. São por esses aspectos, por essas posições, que nós estamos aqui dizendo não a essa reforma da Previdência. O PHS continua votando “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o funcionalismo público há muito tempo é o bode expiatório dos ajustes fiscais. Ele foi bode expiatório no Governo do Fernando Henrique, no Governo do Lula, quando votamos contra a reforma da Previdência, e na criação da FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo. Então, isso já é uma rotina.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Peço a V.Exa. que reponha meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. dispõe de mais 15 segundos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria colocar o seguinte, que estranhei, sinceramente, que Deputados do PSDB e do DEM tenham falado que há um contato sendo feito com o Ministério Público, com a Justiça. Ninguém lembrou que há 4 milhões de professores e professoras! A maioria dos servidores públicos não recebe nem a metade do teto do



RGPS, e ninguém toca nisso. Dá a impressão de que nós estamos tratando com marajás e tal. Mentira!

O que vai acontecer aqui, e que precisa ser denunciado, é que a mudança de regra que estava no texto original vai fazer com que muitos servidores trabalhem até 10 anos a mais para se aposentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Por isso, Sr. Presidente, o PSOL não poderia deixar de dizer “não” a essa proposta, porque ela é injusta e penaliza a maioria do funcionalismo público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá para encaminhar pelo PROS.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Eros Biondini levantou uma opção no plenário que poderia melhorar muito essa proposta. A questão dos agentes penitenciários e socioeducativos, a questão das guardas civis e municipais, a questão dos aposentados por invalidez, tudo isso, no plenário, terá que ser resolvido, como também a questão da progressividade da transição de 15 anos para 25 anos terá que ser negociada. Quando a lei entrar em vigor, a questão do BPC — Benefício da Prestação Continuada também tem que ser negociada. Lembro um detalhe importante: pela tabela do Regime Geral de Previdência Social, os 65 anos somente serão atingidos em 2038, e os 62 anos em 2036, mas no texto já está imediato.

Na verdade, há outro problema que precisa ser resolvido rapidamente, Sr. Presidente. Nesse destaque do PDT está atendida a questão dos professores, porque o que se deu para os professores, de um lado, acaba sendo tirado, de outro, nesses 60 anos de idade, na hipótese do § 4º.

Então, pela justiça social, pela justiça previdenciária, vamos aprovar esse destaque do PDT que minimiza o tamanho do prejuízo, que é muito grande, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O PROS vota “não”.

Como vota a Rede?



**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, sinceramente, eu não acredito que alguém pudesse ter a coragem de dizer que uma alteração dessa monta é justa.

Está muito difícil, Sr. Presidente. V.Exa. pode pedir silêncio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - A verdade é a seguinte: imagine se nós tivéssemos feito o que muitos queriam, ou seja, simplesmente permitir que todos que assim desejassem permanecessem nesta sala.

Pessoal, eu não quero solicitar a ninguém que se retire, mas vou fazê-lo se as conversas paralelas continuarem atrapalhando a fala dos Deputados. Começo sugerindo ao Deputados José Carlos Aleluia, ao Deputado Assis que diminuam o volume para que possamos ouvir o Deputado Alessandro Molon, que está muito próximo dos senhores.

Deputado Alessandro Molon, V.Exa. dispõe de 1 minuto. Eu reponho o seu tempo.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Obrigado. Sr. Presidente, honestamente, eu duvido que alguém ache justo que uma pessoa para a qual falta 1 ano para se aposentar seja, de uma hora para outra, por uma medida aprovada pelo Congresso, obrigada a trabalhar mais 10 anos para ter as mesmas condições para se aposentar que teria pela lei em vigor. Não há quem diga que isso é razoável, que isso é justo, que isso é proporcional.

Essa é uma covardia que não pode ser praticada pelo Congresso contra as pessoas que acreditaram nas regras que o poder público estabeleceu quando fez o seu concurso público. As pessoas acreditaram na palavra do poder público, na nossa palavra. Nós não temos o direito, de uma hora para outra, de alterar isso. Portanto, esse é um destaque que precisa ser aprovado.

Se há tanta gente dizendo que está de acordo com isso, mas que vota contra, eu faço um apelo para que mude o voto agora e vamos resolver isso, sem fazer as pessoas sofrerem até que a matéria chegue ao plenário. Vamos aprovar votando “não” nesse destaque e resolver isso, porque há muita gente, Sr. Presidente, que está sem saber o que fazer da própria vida.

Por favor, vamos aprovar esse destaque com sensibilidade e respeito ao servidor público, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, está claro, nítido, que o que nós estamos tentando preservar aqui é uma regra existente de uma transição em curso. As três reformas que foram feitas já colocaram os servidores que ingressaram no serviço público antes de 1998 e antes de 2003 em regras de transição. Não é possível que a cada momento se modifiquem as regras e se dê insegurança jurídica a essas pessoas.

Nós não podemos pautar a discussão no salário da casta do serviço público. Isso é uma forma de manipulação da opinião pública, como também é manipulação dizer que há um déficit de 158 bilhões. Mentira!

Vamos olhar para os milhões de servidores públicos deste País que na média estão com salário muito abaixo do teto do INSS. Nós estamos falando desses. Não estamos falando da casta do Ministério Público, do Judiciário ou do Legislativo. Estou discutindo aqui a situação da grande maioria dos servidores públicos, que precisa ter segurança jurídica na transição e seus direitos respeitados.

Aliás, como diz o povo, quem ri por último ri melhor. Nós vamos perder aqui hoje, possivelmente, mas vamos ganhar no plenário, tenho certeza disso.

A Minoria encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em votação.

Solicito aos Deputados que tomem seus lugares para ter início o processo de votação eletrônica.

Está iniciado o processo de votação.

Passo a palavra ao Deputado Reinhold Stephanes, para usar o tempo de Liderança do PSD. Antes, S.Exa. vai votar. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Os servidores cobrarão!

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Reinhold Stephanes vota, eu queria registrar aqui a minha presença e o meu não voto.

Não estou votando neste momento, porque o Deputado André Figueiredo tem mais proximidade e história com os temas tratados aqui. Por isso, nós fizemos um combinado. S.Exa., que é nosso Líder, apesar de ser membro suplente, está votando como membro efetivo.



Esclareço essa dúvida, porque alguém me perguntou por que eu não iria votar. O Deputado André Figueiredo vai votar em nosso lugar pelo PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está esclarecido, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Reinhold Stephanes.

**O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES** - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria parabenizar a Presidência desta Mesa pela tranquilidade com que estão transcorrendo os trabalhos de hoje. Aproveito para cumprimentar todos os colegas Deputados, porque o debate de hoje está transcorrendo de forma muito tranquila, e também a segurança da Câmara, que nos deu essas condições. Muito obrigado.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que tenho acompanhado o debate, e o tenho achado bom, embora nem sempre eu concorde com as abordagens. Mas acho que cada um que apresenta aqui as suas ideias tem esse direito. Muitas vezes, eu concordo em parte com as ideias apresentadas e, outras vezes, concordo até de forma integral. Sobre esse último item que acabou de ser discutido, eu penso que é preciso ter uma regra de transição. As questões que são colocadas aqui efetivamente merecem ser consideradas.

Eu também gostaria de abordar outras questões. Uma delas é sobre a contradição que há na comparação entre ricos e pobres. Inclusive, fizeram uma pergunta: se esse projeto tivesse sido apresentado pelo Governo passado, nós votaríamos a favor dele? Eu, com certeza, votaria. Com certeza, eu participaria do debate, porque, antes de tudo, esta é uma questão de ciência, de doutrina, de princípios e de fundamentos que devem ser seguidos.

Eu me recordo de um determinado momento, em 2013, quando um Ministro, em nome do Governo, ao ler uma exposição de motivos para a criação do fundo complementar dos servidores públicos, disse que o déficit da Previdência era dramático. Isso foi no Governo passado! Eu até votei contra — aí, sim, votei contra —, porque eu achava que o déficit era dramático e que aquela não era a solução, como não foi. Depois, foi preciso fazer uma minirreforma e outra agora.

Este é um debate recorrente. Deve-se entender que este é um debate recorrente. Com certeza, daqui a 4 anos ou 5 anos vamos estar aqui sentados novamente, porque não vai ser suficiente o que nós estamos fazendo hoje.



Surgem algumas contradições nessa comparação entre ricos e pobres. Por exemplo, um colega nosso, ainda há pouco, disse que o trabalhador do Norte é um trabalhador de salário mínimo e seria prejudicado com a reforma. Na frase seguinte, disse que esta seria uma reforma para atender a banqueiros. Há uma contradição nessa colocação. É absolutamente uma contradição, porque esse pobre trabalhador não participa de sistema complementar de pensão.

Neste debate que se fez, até concordo com o fato de que não deveríamos retirar a exclusividade de ser fundo público. Eu até concordo com isso.

Quero ressaltar que o debate é bom, porque ele nos conduz a uma série de visões diferentes, que muitas vezes são coincidentes.

Agora, existe uma questão importante que merece toda a análise. Evidentemente, existem direitos e deveres. As pessoas que têm direitos se incomodam sempre que se mexe em direitos. E toda reforma mexe em direitos, qualquer país que faz reforma mexe em direitos, porque o direito estabelecido no passado não é o direito suportável pela geração do presente e não será o direito suportável pela geração futura, que talvez nem tenha nascido ainda.

Agora, os deveres. Na maioria das vezes, aqueles que pagam a conta não sabem que estão pagando a conta. Eu costumo usar o seguinte exemplo: os 23 milhões de desempregados, que não têm mais praticamente direito a nada, porque não têm nem emprego, evidentemente continuam pagando a conta, porque são consumidores, e há impostos nos produtos. Na medida em que eu subsidio o sistema previdenciário através de recursos impostos, essa pessoa está contribuindo, mas não sabe que está contribuindo.

É muito fácil dizer "*olha, a população está contra*". Mas quem está contra? Está contra todo aquele que será afetado em seus direitos. É natural isso, é absolutamente normal, mas o que paga a conta não sabe disso.

Por isso, nós temos que nos colocar um pouco do lado daqueles que pagam a conta para verificar se essa conta será possível de ser paga no futuro e se os próprios beneficiários terão condições de receber no futuro.

De outras questões que vêm sendo apresentadas aqui eu discordo absolutamente. Nós temos uma dívida pública muito grande, que estamos pagando. É verdade. Acho que todos concordam com isso. No entanto, a dívida pública não



entra neste debate aqui. Os mesmos que defendem que ela deve entrar no debate estiveram 12 anos no Governo e não trataram do assunto; não por não serem corretos, não por não quererem, mas porque não é possível tratar do assunto da forma como se coloca isso perante a sociedade.

O mesmo acontece com os devedores da Previdência. É uma dívida histórica — de 30 ou 40 anos, de forma acumulada —, que não resiste à menor análise. Dela são cobráveis no máximo 20% — não são nem 30% —, ao longo de anos. Se fosse cobrável, as próprias pessoas que colocam essa questão hoje e que foram do Governo teriam feito isso.

Como eu disse, não estou fazendo nenhuma crítica ao Governo que passou. O fato é que não é possível, ou é difícil, cobrar essa dívida. É um procedimento longo. Grande parte das empresas faliu e não tem condições de pagar. Em outros casos, foram arbitradas multas que estão sendo judicializadas.

Enfim, é fácil dizer: “Cobre os devedores”. Cobrar como? Quando? Quanto? É uma discussão que eu ouço há quase 30 anos.

O que está em debate, evidentemente, é uma coisa muito lógica: todos nós teremos que trabalhar um pouco mais e contribuir um pouco mais para ter uma garantia de futuro. Essa é a grande base. E do que nós estamos reclamando? É claro, alguns erros têm que ser corrigidos, mas muitos reclamam porque terão que contribuir mais 3 ou 4 anos.

Que ótimo que temos condição e possibilidade de trabalhar mais 3 ou 4 anos, porque o Brasil precisa disso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Está encerrada a votação.

(Pausa.)

Vamos ao resultado: por 23 votos a 14, está mantido o texto.

Vamos ao último destaque, do PSOL.

Para apresentar e defender a proposta, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, a Constituição Federal, em seu art. 1º, parágrafo único, nos diz: “*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta*



*Constituição*”. E prevê, em seu art. 14, entre outras formas do exercício da soberania popular, o referendo, que se diferencia do plebiscito porque é uma confirmação ou não de alguma mudança estrutural importante.

Baseado nisso, no princípio da soberania popular, que está no início da Constituição, em seu primeiro artigo, pela sua importância, o PSOL propõe a realização de um referendo após os debates.

Nós temos convicção de que derrotaremos a proposta de contrarreforma previdenciária do Governo. Em tese, ela pode ser aprovada, se o Governo, no compra-compra, alcançar os 308 votos.

Nessa possibilidade, nós julgamos necessário, pela importância do tema e das mudanças que esse relatório está propondo, que se estabeleça o que prevê a Constituição: o direito de cada cidadão do Brasil de aprovar ou reprová-lo o que aqui estamos debatendo e definindo.

Por que é tão importante que o povo tenha direito a fazer o referendo? Porque as mudanças são perversas, ainda que incomodem pessoas que tiveram a oportunidade, em Governos anteriores, de melhorar a Previdência e ajudaram a destruí-la, a privatizá-la. Já há um processo de destruição e de privatização desde muito tempo: não esqueçamos o viés privatista do sanguinário Collor, passando por Sarney, por FHC. E mesmo os Governos Lula e Dilma adotaram medidas que modificaram o sistema de Previdência, retirando alguns direitos.

O referendo, portanto, é uma necessidade, porque, como regra geral, 65 anos será a idade mínima para aposentadoria. Não serão mais 15 anos de contribuição, quando sabemos que mais de 60% não conseguem contribuir por 15 anos num País onde o desemprego é grande, o trabalho informal também, e a rotatividade é muito brutal.

Ao mesmo tempo, exigir 25 anos significa dizer que não se tem direito de se aposentar com 80% do salário dos que se aposentaram, por exemplo, até 2015. E mais, se o indivíduo consegue provar 25 anos de contribuição, terá apenas 70% da média do seu salário, ou trabalha por até 40 anos com contribuição se quiser obter os 100% do salário. Isso é uma crueldade que vocês do Governo estão fazendo contra o nosso povo.



Uma das categorias que mais recebe nos Executivos Estaduais, principalmente, são os professores. Sabe qual é o piso aprovado por esta Casa? É de 2.298 reais, e grande parte dos Governos dos Estados não paga isso. E aí alguns vão dizer: *“Por isso é necessário aprovar essa lei que discute o endividamento dos Estados, para justificar as atrocidades de congelamento de salário, de mudanças no Regime Jurídico Único”*. E dizem isso como se servidores públicos fossem culpados.

Os mesmos que argumentam assim vão dar o exemplo do Rio de Janeiro. Quando se discute esse projeto, o Governador, há 15 dias, estabeleceu benefícios fiscais para favorecer o Sr. Jorge Paulo Lemann, “cervejeiro-mor”, 22ª riqueza do mundo, que só no ano passado teve 1,4 bilhões acrescido à sua riqueza, 500 mil reais a cada hora!

Neste País, os Governos destroem as finanças e a dignidade do povo brasileiro, para favorecer os grandes empresários, as grandes fortunas. E vem Deputado dizer que não se apresenta solução. Como não se apresenta solução? A dívida ativa depende da Justiça, mas a dívida pública impagável não é enfrentada, apesar do argumento de que este não é o momento. E a DRU, que tirou só no ano passado 117 bilhões da Previdência?

Por isso, peço apoio a todos para que falem em nome do povo, que votemos no referendo como instrumento...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que vai defender a manutenção do texto, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu quero manter é o direito de tomar cerveja e dizer que ninguém pode ser crucificado por ser brasileiro e ter sucesso.

Eu, diferentemente de alguns Deputados, acredito que não se geram empregos com Governo. O Governo não existe exclusivamente para gerar empregos. O que gera empregos e riqueza é a economia.

Quanto ao destaque, eu diria que talvez fosse até bom aprová-lo, para mostrar que, ao fim de toda a discussão, nós estamos aqui envolvidos por grupos que não se interessam pela reforma.



Deputado Arthur Oliveira Maia, eu estou convencido. E hoje o Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, acaba de declarar apoio às reformas do Governo. Os católicos, de fato preocupados com os 14 milhões de desempregados, estão aplaudindo o Arcebispo de São Paulo, que, além de tudo, disse que a Igreja Católica não é sindicato ou partido político para ficar a favor ou contra Governo.

Por que eu não vou apoiar o referendo? Porque nas ruas eu tenho recebido pouco ou quase nenhum pedido para que não se vote a reforma. O que eu recebo muito, Deputado Pauderney Avelino — e V.Exa. certamente também quando vai a Manaus, e eu quando vou a qualquer lugar da Bahia ou a Salvador —, é pedido de emprego de pessoas qualificadas. Esses 14 milhões, que são apenas abstratos, apresentam-se como nossos amigos, nossos vizinhos, nossos eleitores, filhos de nossos eleitores.

Nós estamos vivendo no Brasil um momento em que os jovens estão começando — é um fenômeno que aconteceu na Alemanha após a República de Weimar — a se casar sem emprego, porque a perspectiva de emprego está tão distante que eles não podem adiar o amor de forma infinita.

Portanto, Sr. Presidente, eu não posso apoiar o referendo em respeito a quem está clamando pela retomada do crescimento do Brasil, do emprego, da vida nacional, para voltar a dar esperanças aos brasileiros jovens e idosos que estão andando pelas ruas. E muitas famílias não sabem como vão levar comida para mesa a cada dia.

Os contra são os empregados, aqueles que estão discutindo se vão se aposentar um ano antes ou um ano depois. Os que são a favor, Deputado Pauderney Avelino, Presidente Carlos Marun, são os que estão querendo esperança, vendendo esperança.

Eu aprendi com meu querido amigo Aureliano Chaves, quando eu ainda não era político: *“Aleluia, na política é fundamental que a população continue tendo esperança”*. E queiram ou não aqueles que governaram até há pouco, há um fio de esperança. O Brasil ainda corre muitos riscos, as coisas não estão resolvidas, mas há um fio de esperança. A inflação se estabilizou em um ponto dentro da meta, e podendo ficar abaixo da meta; os juros estão caindo; nós aprovamos o limite de gastos; aprovamos a reforma trabalhista. Vamos aprovar a reforma da Previdência e



em seguida vamos discutir com o Governo as medidas para a retomada da economia.

É fundamental que o Governo aborde a questão da falência do sistema bancário. Não é a falência dos bancos; é a falência dos bancos como instrumento de desenvolvimento econômico. Os bancos do Brasil hoje, os públicos e os privados, não são um instrumento de desenvolvimento econômico, mas um instrumento apenas de negócios.

Portanto, eu não posso ser favorável ao referendo, em respeito ao Seu José e à Dona Maria, que estão empregados e não sabem como vão comprar o pão da família no dia de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Aleluia.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente para a defesa do destaque pelos próximos 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, nós estamos chegando ao final desse debate. Eu quero pedir a atenção de todos os Deputados, inclusive do Presidente e do Relator.

Sr. Presidente, eu queria pedir a sua atenção. Nós estamos no final do debate. Eu peço que reponha o tempo, Sr. Presidente.

Como nós estamos no final do debate e estamos todos cansados, eu quero só fazer uma reflexão com todos os Parlamentares. Esta Comissão ficou alguns meses aberta. Hoje nós estamos discutindo aqui, e a Casa está cercada pela polícia. Foi um mau momento do Congresso Nacional.

A soberania popular é superior a qualquer tipo de eleição. Nós somos todos eleitos pelo povo aqui. Mas a soberania popular é a coisa mais importante que existe. Eu não acredito que os Parlamentares desta Casa tenham receio de que, ao tratarmos da vida de 120 milhões de pessoas, as pessoas sejam consultadas, ouvidas, e referendem o resultado que aparecer aqui. Qual resultado? O resultado da votação final. Ou ela vai ser rejeitada ou ela vai ser aprovada. Em sendo aprovada, vamos ouvir a população.

O Governo está fazendo propaganda todos os dias e vai gastar muito dinheiro agora em propaganda no rádio, na TV, inclusive com dinheiro do Ministério do



Esporte. No entanto, ele está com receio do referendo popular. Por quê? Porque, com toda propaganda, com toda a grande mídia apoiando, 90% são contrários à reforma da Previdência. Por quê? Porque ela retira direitos da esmagadora maioria da população. E o povo sabe disso.

Nós estamos falando aqui de outro projeto. Não existe um projeto de reforma. Existe um projeto de sociedade. Existe um projeto de política econômica. Vocês só querem mexer nos direitos dos trabalhadores. Vocês não mexem no interesse dos bancos, no capital financeiro, vocês não mexem no interesse dos caloteiros, inclusive Deputados e Senadores que pedem refinanciamento de dívida — refinanciamento de dívida. Deviam ter vergonha na cara! Vocês não são contra? “Ah, vamos fazer o ajuste fiscal”. Mas não são contra quando é para liberar emenda, quando é para fazer REFIS para os devedores e caloteiros da Previdência. Nesse caso, não há ajuste fiscal, e não há ajuste fiscal também quando é para doar recursos para os grandes meios de comunicação para fazer propaganda da privatização da Previdência.

Por isso, nós sabemos, Sr. Presidente, e nós temos uma proposta. Alguém disse: “*vocês não têm uma proposta*”. O Deputado Ricardo Tripoli... Olhe aqui, Deputado Ricardo Ricardo Tripoli, nós estamos na maior recessão da história. Como se faz uma reforma da Previdência diante de uma recessão deste tamanho? Na verdade, vai haver mais distorções no mercado de trabalho — é isso que vai acontecer —, evasão de arrecadação, inviabilização da produtividade e do próprio crescimento econômico. Na verdade, está se contribuindo aqui para jogar para baixo a economia brasileira.

O que vocês pensam é o seguinte: “*Se a bolsa quer, se o dólar cai, então está bom, ou seja, se os especuladores financeiros estão a favor, aí é boa a reforma da Previdência*”. Mentira!

Parem de fazer falcaturas com o povo brasileiro. Vocês não têm o direito. Submetam essa votação ao povo brasileiro. E nós vamos ver qual é a resposta que o povo brasileiro vai dar a essa falcatura de um Governo ilegítimo, ilegal, corrupto, que veio através de um golpe institucional. Vocês têm medo do plebiscito.

E eu conclamo todos os Parlamentares, lá no plenário também: vamos fazer o referendo. O referendo é a voz do povo, é a sabedoria popular. Se vocês não têm



medo, vamos votar a favor do referendo popular nesse momento. É isso que nós estamos pedindo.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Eu vou registrar a presença e já venho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Os Deputados não precisam correr agora para registrar presença na sessão. Nós estamos articulando com a Mesa para que mantenha o painel aberto até trinta minutos após o encerramento desta sessão. Então, Deputado Molon...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu fui informado de que não vai haver nada lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - É só a presença. Muitos de nós não registramos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Não podemos interromper aqui nesse sentido. Nem tem lógica isso. Existem coisas que são respondidas pela razoabilidade. Então obviamente manteremos o painel até 30 minutos após o encerramento, pelo menos dessa próxima votação, para que possamos concluir, para que possamos registrar a nossa presença, que, por sinal, é evidente nos trabalhos de hoje.

Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi para a defesa da manutenção do texto. V.Exa. tem 5 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma coisa que eu aprendi a respeitar, mesmo antes de vir para o Parlamento, mas ainda pensando sobre o assunto e estudando nos bancos da academia de Ciência Política e do Direito Constitucional foi justamente o voto popular e a soberania do voto popular.

Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, eu só não queria ter que gritar para ser ouvido pelos que quiserem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu estou ouvindo-o, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Eu dizia que uma coisa que eu aprendi a respeitar é a soberania do voto popular e daí o valor da democracia



representativa. A democracia representativa só tem valor, só tem significado quando ela é respaldada pelo voto popular. Eu fico pensando sempre que o respeito e as prerrogativas parlamentares, por exemplo, só têm algum sentido porque nós não chegamos aqui, nenhum de nós, por nossa própria vontade. Nós não chegamos aqui, nenhum de nós, pela imposição. Cada um de nós que chegou aqui chegou pela vontade livre, pela vontade manifestada das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. Isso, para mim, tem um valor muito grande.

Aqui nós não respeitamos ou desrespeitamos pessoas, nós respeitamos ou desrespeitamos aqueles investidos pela soberania do voto popular.

É por isso que nós prezamos pelo decoro parlamentar. E quando, de alguma maneira, o ofendemos, não estamos só ofendendo a nós mesmos, não estamos ofendendo as pessoas físicas, mas estamos ofendendo os milhares, em alguns casos até mais de milhão de votos conferidos por cidadãos brasileiros.

Por isso eu desconfio sempre daqueles que, de uma maneira ou de outra, pretendem desqualificar o voto dos cidadãos.

Ao lado disso eu tenho tido uma experiência, nesses últimos 2 anos, e agora uma experiência até acentuada, de poder efetivamente dialogar com os cidadãos brasileiros. Eu tenho falado com as pessoas, ouvido as suas naturais inseguranças.

Quando nós falamos sobre Previdência, um dos mais sagrados direitos da segurança social das brasileiras e dos brasileiros, eu esperava, sim, que as pessoas ficassem preocupadas. E por isso eu tenho me dedicado muito a estudar o tema e a chegar a uma conclusão.

É óbvio que nós gostaríamos de ter a garantia das aposentadorias sem nenhum tipo de sacrifício, sem nenhum tipo de exigência. Por isso eu trabalhei muito aqui na Comissão Especial e sou testemunha de outros que assim o fizeram, mas eu, especificamente, trabalhei para que nós pudéssemos garantir as aposentadorias sem trazer sobrecarga aos mais necessitados.

No entanto, Sr. Presidente, o direito mais nítido dos cidadãos brasileiros, sobretudo dos mais pobres, é que ao final e ao cabo da sua vida de trabalho, eles tenham suas aposentadorias garantidas.

De que adianta nós mantermos determinadas regras no papel quando o dinheiro acaba, como no Rio de Janeiro, Estado no qual as pessoas chegam ao



banco e não têm a sua aposentadoria garantida? E o que fazer quando se tem que parcelar o salário em várias vezes?

E é isso que — com muita humildade, com ouvidos abertos, mas também falando e me dirigindo aos cidadãos brasileiros — eu tenho explicado a eles. Eu tenho dialogado com os cidadãos. E aí está a beleza da democracia representativa. Eu posso dizer que tenho, sim, dialogado com os cidadãos. E quando tenho votado aqui, tenho votado com a consciência tranquila, por estar preocupado em garantir as aposentadorias no futuro.

Por isso, valorizo o voto dos cidadãos e valorizo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Vou apenas concluir.

É justamente por isso, Sr. Presidente, por ter feito um diálogo franco, sereno, ouvindo essas preocupações legítimas dos brasileiros, mas também explicando a eles... E quanta humildade eu tenho visto de inúmeros cidadãos e cidadãs Estado de São Paulo afora e Brasil afora, que, muitas vezes, vêm com a insegurança: “*É verdade que não vai haver mais aposentadoria?*” “*É verdade isso, é verdade aquilo?*” E quantas vezes tenho dito: “*Não, o que eu estou fazendo é para garantir a sua aposentadoria. É para garanti-la, sobretudo, aos mais pobres, que já se aposentam hoje, em média, com 63 anos de idade, diferentemente daqueles que ganham mais, e que se aposentam, em média, aos 54 anos de idade*”. E esses, sim, estão muitas vezes preocupados.

Quando tenho falado, falado a verdade, com convicção e com consciência livre, eu tenho visto os cidadãos brasileiros perceberem que, de fato, estou defendendo o sagrado direito às suas aposentadorias. E, repito, — só para concluir, Presidente, e termino mesmo — estou defendendo direitos especialmente daqueles que dependem da solidariedade social; daqueles que dependem do Benefício de Prestação Continuada; que dependem de um salário, ou de um auxílio-maternidade; que dependem de um auxílio-doença, e de tantos outros instrumentos que são de assistência social e que precisam ser garantidos.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que nós aqui estamos fazendo a nossa parte...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Encerre, Deputado, por favor.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI** - Efetivamente, eu acredito na democracia representativa, eu acredito no efetivo diálogo que tenho feito diariamente pelo WhatsApp, pelo Facebook, pessoalmente, por todas as formas, ouvindo os cidadãos brasileiros e respondendo a eles que estou trabalhando com responsabilidade para garantir as suas aposentadorias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos agora à orientação de bancada.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - A Maioria do Governo recomenda os partidos da base que votem “não”, rejeitando a emenda destacada, mantendo o texto do Relator .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PT?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O PT vota “sim”, pelos seguintes motivos:

Primeiramente, por melhor que sejamos na representação popular, nós não substituímos o povo.

Em segundo lugar, o referendo tem duas alternativas: “sim” ou “não”. Como defenderemos “não” à reforma que se avizinha, nós assumimos o compromisso de que, uma vez derrotados, faríamos aqui o chamado Pacto de Toledo: vamos colocar os dados na mesa, vamos estudar, porque a maneira como nós nos comportamos aqui foi, repito, com o farol voltado para o século XX, porém transitando no século XXI no que diz respeito ao mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, nós achamos que é extremamente cruel contra os mais pobres, e os fatos aqui demonstram isso. Em quarto lugar, nós achamos que a participação popular é uma maneira de politizar, organizar e trazer o povo para a cena política, e não nós imaginarmos que sejamos donos da cena política.

Por isso, nós votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Acumulando o tempo que eu dividi com...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. espere um momentinho que eu vou ver aqui.



Ao PSB ficaram reservados 2 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Não, 3 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Então, se V.Exa. somar com mais 1 minuto, dão três.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Dão 4 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu lhe concedo. Positivo. V.Exa. tem 4 minutos.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos no último destaque. Aqui as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de explicitar suas exposições à luz da sua consciência, muitos Deputados; outros cumpriram o papel da decisão partidária, como é o caso dos membros do PSB nesta Comissão.

Os debates em torno dos diversos temas que constam do relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia foram questionados, analisados, examinados sem que nós tivéssemos uma resposta, uma posição muito clara em relação a muitos pontos que aqui foram levantados, como é o caso dos servidores.

E o próprio Relator evidenciou, em diversos momentos, com todo o respeito pessoal que eu tenho ao Deputado Arthur, uma atitude até jocosa com a maldade que esse relatório perpetra contra o povo brasileiro. Nos questionamentos, ele chegava a dar risada.

Agora nós teremos a oportunidade de um referendo, com esse destaque apresentado pelo PSOL. Ora, Sr. Presidente, isso é importante, pois o referendo é uma medida de ajuste dos desajustes que aqui foram praticados, dos desajustes que muitos dos Srs. e das Sras. Deputadas adotaram. Portanto, é uma medida essencial.

Nós não podemos entender como os Deputados aqui são tão importantes, tão essenciais, a ponto de acharem que só suas opiniões são importantes, desprezando a opinião da sociedade. Isso porque, em nossa opinião, as alterações no seu conteúdo, na sua extensão atingem fundamentalmente os brasileiros e as brasileiras.

O referendo é medida acertada, com o objetivo de ouvir a população, de ouvir aqueles que são diretamente atingidos pelo conteúdo da proposta aqui apresentada.



São os trabalhadores rurais que serão atingidos na alteração das regras hoje vigentes para as respectivas aposentadorias dos assalariados e daqueles da agricultura familiar. É dos professores e das forças de segurança pública, quando se estabelece piso mínimo, que se retiram a condição de aposentadorias especiais.

Cabe também analisar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu caso, por exemplo, dos trabalhadores da construção. Quanto à integralidade, propor 40 anos de contribuição numa atividade em que os trabalhadores, num conjunto de ações do País, não têm a possibilidade de ter uma permanência profissional, um vínculo empregatício permanente... Daí porque nós entendemos que as contribuições são intermitentes e eles jamais alcançarão a integralidade.

O homem que começa cedo, aos 16, 17 anos, quando chegar aos 65 anos, estará extenuado pela inclemência do sol e da chuva. Como esse homem de 65 anos terá condições de se aposentar e de garantir o futuro da sua própria família, a sua dignidade familiar?

Nós vamos analisar aqui os servidores públicos, as maldades praticadas, quando se impõem maiores sacrifícios. Nós debatemos aqui o DVS apresentado pela própria bancada do PSB — um DVS de bancada.

Muitos reconhecem a necessidade de promover justiça, porque o Estado está aqui com este ato promovido pelo relatório. Isso é fazer um passa-moleque nos servidores que acreditaram na segurança jurídica do Estado de lhes dar proteção. Neste momento, quebra-se uma regra jurídica importante para o equilíbrio desta relação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Vou concluir. Tenho 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Claro. Eu lhe dei os 4 minutos.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Concluindo, o PSB sabe dessa importância. Um Deputado disse aqui que quer continuar bebendo a cerveja e o outro falou da AMBEV. No meu caso, eu não quero que a sociedade tome essa dose venenosa que aqui está se aplicando contra outros interesses do povo brasileiro.

O PSB encaminha “sim”.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao PDT para que diga como vota, Deputado Assis do Couto.

**O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO** - Obrigado, Sr. Presidente. Estamos chegando ao final dessa jornada, desta Comissão.

Eu queria aqui recuperar uma afirmação que fiz por várias vezes.

Há 30 anos nós estávamos aqui construindo a Constituição cidadã de 1988. Eu do lado de fora, com algumas diferenças em relação à situação de hoje: a primeira delas, claro, eu fiquei um pouco mais velho; a segunda, estou aqui do lado de dentro, como Deputado Federal; e a terceira diferença é a mais grave: é em relação à participação da população.

É incrível como, na época, logo depois do regime militar, nós tínhamos uma presença ativa: nós caminhávamos na Esplanada, nós íamos à galeria, nós dialogávamos com os constituintes, e hoje nós não sentimos o povo aqui dentro.

Por isso, o destaque do PSOL é bem-vindo, tem legitimidade. E nós precisamos de um referendo popular para que isso seja dito, porque hoje a população, em mais de 90%, é contra essa reforma. E nós não temos o direito de contrariar a vontade do povo.

O PDT vota “sim”, porque nós temos uma história da defesa da democracia e da participação popular. Por isso, o nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, dirigindo-me mais à população brasileira, que eu não alimento o meu carrasco. Tudo o que eu puder fazer para dizer à população brasileira que ela está sendo arrebatada em todos os níveis: seja o idoso, seja a mulher, seja o deficiente físico, seja o trabalhador que está sendo obrigado a não se aposentar e morrer sem ter a sua aposentadoria, seja os servidores públicos... Não existe meia conversa.

Eu vim aqui para este Parlamento também pelo mandato popular. Não quero mais outro mandato em função disso, porque me enoja uma série de situações aqui. Mas, neste momento, eu quero dizer: nós apoiamos o referendo porque nós não temos medo do que a população vai dizer. Se for feito esse referendo, não vai dar para ficar com o votinho simplesmente, porque houve as emendinhas, porque houve os carguinhos...



*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O partido de V.Exa. vota “sim” ou “não”?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Então, nós vamos votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PCdoB?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, em respeito ao voto popular e à representação popular, nós precisamos fazer um referendo. Do contrário, será praticado um estelionato eleitoral, porque nenhum dos que estão aqui foram eleitos dizendo que iam fazer uma reforma da Previdência.

Duvido que algum dos Srs. Deputados estaria aqui se, à época das eleições, estivesse com esse programa. Não foi esse o programa votado nas urnas, com o qual foi eleita a Presidenta do Brasil. Portanto, nós não temos legitimidade para fazer o que não prometemos nas urnas.

É nesse sentido que o referendo é legítimo e é importante para reforçar a representatividade popular, para ouvir a Rita, para ouvir tantos outros que não têm voz direta aqui. Eles precisam ser ouvidos, assim como tantos outros que foram ouvidos e que precisam ser ouvidos.

O momento correto para isso é esse referendo, para a radicalidade e a mudança do prejuízo que essa reforma da Previdência vai trazer para a população.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O partido de V.Exa. vota “sim” ou “não”, Sr. Deputado?

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Vai-se impedir que a população mais humilde deste País tenha acesso ao sistema previdenciário, que é um dos principais instrumentos de distribuição de renda neste País.

Portanto, nós votamos “sim”, para restituir a representatividade popular e para não praticar um estelionato eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PHS?

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Sr. Presidente, chegamos ao fim com essa última votação, dizendo o seguinte: hoje e na semana passada, foram dez destaques. Eu posso dizer que perdemos oito destaques e meio, ganhamos um e um ainda está por se definir no Plenário.



Aqui o trabalhador rural perdeu, já que vai ter que pagar para ele e para a esposa 100 reais por 15 anos. A filantropia ficou comprometida com o texto atual. O tempo mínimo de contribuição foi derrubado. O cálculo para os benefícios foi derrubado.

Em relação ao valor da pensão por morte, tentamos aqui um entendimento, mas só se chegou a dois salários mínimos. Chegaram ao ponto de propor quatro salários mínimos entre a pensão de morte e a aposentadoria. Perdemos o Benefício da Prestação Continuada — BPC e perdemos quanto à aposentadoria dos servidores, ou seja, alguém que vai pagar 1 ano poderia agora passar para 11 anos.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO** - Ficou para ir a plenário, e S.Exa. assumiu o compromisso, claro, de tentar ver se consegue reverter o processo e o acidente de trabalho pelo Estado.

De dez destaques só um foi aprovado — um está destacado para o plenário e oito, lamentavelmente, foram derrotados. É assim o Parlamento. Democracia é isso: cada um defende suas posições e seus princípios, com as suas convicções.

Dessa forma, o PHS encerra as dez votações dizendo “sim” obviamente ao referendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota o PSOL?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, se é verdade o que o Datafolha — órgão da *Folha de S.Paulo* — disse, que quase 90% do nosso povo é contra essa reforma, então, não há legitimidade absoluta a representação que este Parlamento está fazendo do povo. A própria Constituição prevê que a representação tem legitimidade, mas a ação direta, a soberania popular é exercida diretamente e não pode ser substituída.

Então, vem um Deputado e diz: “*eu desconfio de quem questiona a decisão deste Poder, que é legítimo*”. Eu diria assim: quem tem medo do povo? Porque, pela corrupção eleitoral, às vezes, o Parlamentar malandro consegue se reeleger e, assim, ajuda a destruir os direitos do povo. Vamos vender o petróleo do Eike, o concreto das empreiteiras, das várias obras, ou a cerveja da AMBEV, que é da 22ª pessoa mais rica do mundo, que teve seu lucro agregado à riqueza de 1,4 bilhão



somente no ano passado e, agora, teve o benefício de 600 milhões dado pelo Pezinho, para destruir o direito do aposentado, do servidor público e do povo do Rio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - O seu partido vota “sim” ou “não”, Deputado?

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - É claro que o Partido Socialismo e Liberdade vota “sim”, porque respeita o direito do povo e não tem medo do povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Positivo. O PSOL vota “sim”. Como vota o PROS?

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, quando eu tive a oportunidade de fazer o curso de Poder Legislativo, na PUC de Minas, na minha tese, procurei defender que tanto mais legítimo é o mandato parlamentar quanto mais submetido à participação popular são os seus projetos de lei. Ali, nós constatamos que esta é uma verdade.

O PROS, por intermédio de seu Líder, deste Deputado, desde o início se manifestou contrário à proposta de reforma da Previdência, por considerá-la equivocada e, portanto, injusta. Quanto a esses destaques, nós mantivemos a mesma coerência, Sr. Presidente.

Portanto, o Brasil, hoje, tem a oportunidade de dar à sua população, de devolver a ela, a chance de participar de forma direta. Isso nos legitimará ainda mais no nosso mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Isso devolverá a legitimidade dos nossos mandatos, o que, com certeza, contribuirá muito para a paz social no nosso Brasil. Portanto, o PROS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Rede?

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que agregue ao meu tempo de orientação o tempo de bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Pensei que V.Exa. tinha esquecido, Deputado. V.Exa. tem 6 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Obrigado, Sr. Presidente.



Nós estamos aqui há dezenas de dias tentando mostrar aos colegas da Comissão e, ao mesmo tempo, debater com a sociedade brasileira as graves injustiças que essa proposta vai trazer para a população brasileira. Não se faz uma mudança tão grave e com tão duras consequências sem diálogo com a população brasileira. Essa proposta não foi defendida pelo Governo na campanha eleitoral passada, não foi discutida com a sociedade brasileira e afeta gravemente a vida dos trabalhadores, em especial dos que trabalham sob as piores condições, dos que mais esforço fazem e, muitas vezes, dos que recebem os salários menores.

O Governo aposta na oferta de cargos, emendas, nas ameaças para fazer essa reforma passar no Plenário. Aqui trocou 5 membros. Se não tivesse trocado, a Oposição teria vencido aqui por 19 a 18. É só fazer as contas: 23 a 14, com 5 membros trocados, seriam 19 a 18, senão, não teria havido necessidade de trocar 5 membros. O Governo fabricou um resultado artificial, reduziu os danos com o esforço do Relator, mas a proposta permanece absolutamente injusta. Ela vai retirar, na prática, de 80% das pessoas o direito de se aposentarem quando os 25 anos forem alcançados. Hoje, 8 em cada 10 brasileiros não se aposentariam com essas regras.

Ela vai aumentar a procura pelo Benefício de Prestação Continuada daqueles que não conseguirem comprovar os 25 anos, mas a idade já não será mais de 65 anos e sim de 68. Portanto, as condições daqueles que recebem menos vão ser muito piores.

Não é uma reforma que ataca privilégios, é uma reforma que promove injustiças, que fere sobretudo os trabalhadores que menos recebem. Ela aumenta a idade da mulher que trabalha no campo para aposentadoria rural e muda o sistema de contribuição, tornando-o mais injusto. Ela retira a aposentadoria integral do aposentado por invalidez. Só aquele que for vítima de acidente de trabalho ou de doença advinda do trabalho é que terá aposentadoria integral. Isso é injusto! A aposentadoria por invalidez não é um prêmio para quem fica doente no trabalho, é uma proteção contra os infortúnios da vida, independente da causa. Ela vai aumentar a idade para a professora.

Então, está atacando pessoas com deficiência, professores, trabalhadores rurais. Ela reduz o valor da pensão por morte. Ela vai limitar o acúmulo de pensão



com aposentadoria a 2 salários mínimos. Uma família que ganha 5 ou 6 mil reais de orçamento, de uma hora para outra, pode passar para 2 salários mínimos, 2 mil reais. Isso é desproporcional, não é razoável!

Ela atinge, de forma injusta, os servidores que acreditaram na palavra do poder público. Quem diz que isso tem que ser mudado para acabar com o déficit da Previdência, no fundo, fala meia verdade, porque não conta que esse problema já está resolvido para quem está entrando desde 2003. Em 2003, houve outra mudança, como foi dito aqui pelo Relator. Portanto, se não é para resolver o problema dos novos servidores, isso é para resolver o problema daqueles que acreditavam na nossa palavra. Quem acreditou no Congresso Nacional está se arrependendo hoje. Olha para o Congresso e diz: *“não dá para acreditar no Congresso; nós acreditamos, fizemos concurso público e, quando falta um ano para se aposentar, somos chantageados com a ameaça de ter de trabalhar mais 10 anos”*. Estou falando de casos concretos, não é uma forma de falar. É um caso concreto: vai perder o direito à paridade e à integralidade, conforme prometido.

Essas pessoas deram a vida pelo País e não podem ser tratadas desse jeito. Isso é injusto, é covarde, não é razoável! Reduzem o valor dos benefícios das pessoas que ganhariam um benefício com base nos 80% das maiores contribuições e ganharão agora com base em 100% das contribuições. Portanto, benefícios menores.

A pessoa com deficiência é gravemente afetada. O Relator reduziu os danos em alguma medida do BPC, reduziu a idade, tentou mudar a redação, mas as pessoas com deficiência ainda são gravemente afetadas pelo relatório dele.

Primeiro, substitui-se renda líquida por renda bruta ou integral. Isso vai excluir famílias que têm pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, pessoas que deixam órfãos deficientes e têm acúmulo de aposentadoria com pensão vão sofrer.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos falando aqui de regras para proteger órfãos, viúvas, aposentados rurais, professoras. É por essa razão que nós, agora, nesse destaque, vamos votar a favor do destaque apresentado pelo PSOL. Nada mais justo, diante de mudanças tão graves e com tão sérias consequências, do que pelo menos perguntar ao soberano se concorda. O soberano, Sr. Presidente, não



somos nós, não é o Estado, é o povo brasileiro, que tem o direito de, aprovada essa reforma — o que espero não ocorrer —, pelo menos, dizer “sim” ou “não”.

Por essa razão, a Rede vota “sim” ao destaque, defende o referendo e vai continuar lutando contra essa reforma aqui e no plenário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Como vota a Minoria?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, esta Comissão foi instalada no dia 9 de fevereiro, ou seja, exatamente hoje estamos fazendo 3 meses de trabalho.

E eu fico me perguntando: V.Exas. têm medo de quê com o referendo? V.Exas. têm a mídia toda aberta com V.Exas.; têm uma propaganda ilegal, com dinheiro público, nas rádios e TVs, que defende a reforma; V.Exas. dizem que estão atacando os privilegiados, fabricam um déficit inexistente para convencer o povo de que Previdência vai quebrar. Qual é o medo de consultar o povo? Qual é o medo? Vamos para lá, porque V.Exas. vão dizer isso e nós vamos dizer o contrário, que foram sequestrados direitos dos trabalhadores de menor renda, que trataram todos os servidores como bandidos e privilegiados. Nós vamos dizer que V.Exas. sequestraram direitos dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres, dos trabalhadores rurais, das aposentadorias especiais. Nós vamos dizer que o problema está na economia e não na Previdência. Nós vamos fazer o debate aberto. V.Exas. têm a mídia. O referendo é um dos poucos mecanismos de democracia direta deste País. Vamos a ele, vamos consultar o povo! Deixe o povo decidir o que é melhor para o seu próprio destino.

A Minoria vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Em votação a matéria.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Passo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra, que falará em nome da Liderança do Governo.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, Relator, companheiros e companheiras desta jornada, nós estamos concluindo o nosso trabalho, em que



informações venceram as desinformações, o bom debate foi estabelecido, o bom contraditório foi estabelecido. Foi um debate robusto, com desmistificações importantes, instalado até o último momento desta Comissão, até o último momento deste voto.

Parabenizo o Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, pela condução dos trabalhos, pela determinação, pela convicção do que estava fazendo. Parabenizo o Relator Maia pela capacidade de construir o que foi possível ser construído nesse processo, e o fez de maneira competente. Nós recebemos um texto do Governo e devolvemos ao Plenário um texto do Parlamento, com todas as suas contradições, informações e compreensões.

Parabenizo a base do Governo pela participação, pelo apoio, pela presença, pelos debates, pelo voto, bem como a Oposição, que cumpriu o seu papel até o último momento. Respeitosamente, concluímos juntos o nosso trabalho.

Neste momento em que concluímos o trabalho e vamos oferecer o texto para debate e votação, considero não haver vitoriosos nem derrotados. Estamos diante de um grande e importante debate para a vida dos brasileiros e do Brasil. O nosso papel e o que nos trouxe até aqui representam muito para a vida do Brasil, representam muito para a vida dos brasileiros, representam muito no conceito e na compreensão deste momento brasileiro, em que a necessidade de reformas se impõe.

Não fazemos reformas apenas porque achamos que elas estão corretas. O Brasil não caminhará sem que elas sejam concluídas, sem que elas apontem um caminho, um eixo de direção para o Brasil.

Em 2018, nós queremos estar com um Brasil capaz de oferecer um bom debate à população, um bom debate para o quadriênio futuro, mas com convicções sólidas de que o País tem um rumo, um caminho que foi construído por várias mãos. E as nossas mãos estiveram juntas neste momento.

A legitimidade que nos trouxe até aqui corrobora as decisões que nós estamos tomando. Eu não tenho dúvidas de que o tema de legitimação ou não legitimação é um tema que se aplica. Esta Casa está legitimada pelo voto popular em todas as suas decisões, seja com concordância ou discordância, seja com contraditórios ou sem contraditórios, mas com a posição que nos foi delegada e para



---

a qual estamos envidando todos os esforços possíveis para construirmos o melhor cenário.

Neste momento, em que nós concluímos este debate, em que nós vamos oferecer à Presidência e à Direção da Casa este texto para o debate final e para a votação no plenário, eu conclamo todos, especialmente a base de cada partido, a base do Governo... E eu faço uma deferência especial ao Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que, neste período todo, com sua mineirice do Nordeste do País — vai ser mineiro assim longe! —, soube construir, junto com várias mãos, com sua competência e contribuição, uma caminhada que foi muito positiva e muito fortalecedora.

Então, eu queria conclamar a base do Governo para não nos dispersarmos em nenhum momento. Nós cumprimos uma primeira jornada. Agora, vamos passar o bastão entre nós, para, junto com o Plenário, construirmos uma segunda jornada, uma jornada de robustecimento da compreensão do nosso papel, uma jornada que permita que o texto que aqui está, ajustado, fruto de debates, fruto de compreensões incorporadas, possa ser votado em dois turnos pelo Plenário até o final deste mês, até o dia 31 de maio. E aí, sim, o Senado recepcionará esse texto e saberá que aqui foi feito o bom combate, que aqui foram tomadas decisões objetivas, claras. E nós queremos que o Senado, com a sua autonomia, com a sua capacidade e com a sua possibilidade de contribuir, faça deste texto um texto ainda mais robusto. Ao final, compartilharemos com o povo brasileiro os novos caminhos que estarão à vista.

Esse caminho tem a mão, a compreensão de todos nós, e a fé em Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer uso da palavra. Encerrada a votação, vou passar a palavra a quem quiser usá-la. Talvez, eu não permaneça aqui, mas, quem quiser falar, poderá fazê-lo depois.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia me conceder a palavra antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, Deputado Julio Lopes, V.Exa. não tem mais tempo para falar. V.Exa. falou como Líder e fez vários encaminhamentos.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - Eu não falei nesta votação, não.

---



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Mas, se eu der a palavra a V.Exa, vou ter que dá-la a todos, pelo tempo de 5 minutos. Eu não posso fazer isso, pois vou criar um problema.

Então, vou lhe conceder a palavra, mas a partir da votação. Peço a compreensão de todos.

**O SR. DEPUTADO JULIO LOPES** - A partir da votação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Marun) - Eu lhe darei a palavra a partir do final da votação.

Eu quero dizer o seguinte: quando fui convidado para o exercício desta função, eu coloquei que era o maior desafio da minha vida política e, talvez, de toda a minha vida. Chegamos ao final, obviamente, com muitas divergências estabelecidas, mas com o respeito estabelecido, sem que atritos de maior dimensão aqui se estabelecessem, e a cada dia avançamos.

E eu quero chamar atenção para uma coisa: a palavra empenhada sempre foi honrada, tanto por este Presidente quanto pelos Srs. Deputados que aqui estão — sempre! Celebramos aqui diversos acordos de procedimento. Nenhum deles precisou ser escrito, mas todos foram cumpridos. A palavra empenhada sempre foi respeitada e sempre prevaleceu, tanto por parte deste Presidente quanto por parte dos Srs. Parlamentares. Acredito que, se todos os Parlamentares, em sua sã consciência, fizerem uma análise, concordarão com o que estou dizendo.

Então, eu só tenho a agradecer a todos. Obviamente, não chegamos a um consenso, pois é da essência, inclusive, do Parlamento o debate e a existência de divergências. Repito, aqueles que analisarem com consciência perceberão que nós trabalhamos permitindo que as várias correntes de opinião se manifestassem. Mesmo que alguns discordem, na minha opinião, o texto se ajustou de forma positiva durante o trabalho da nossa Comissão. Muitas conquistas foram incorporadas ao texto nesse processo.

Quando falei a primeira vez que nós não estávamos aqui para carimbar um projeto, mas para discuti-lo e eventualmente aprimorá-lo, muitos não acreditaram. Mas foi isso o que aconteceu. Repito, mesmo havendo divergência, entendo que nós chegamos a um texto que tem condições de promover a retomada do crescimento,



---

da geração de empregos. É um texto bom para o Brasil, para os brasileiros. Desculpem-me aqueles que discordam de mim, mas é essa a minha opinião.

Estamos nos aproximando do encerramento.

Alguém quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Proclamo o resultado: 21 a 14.

Passo a palavra aos Deputados que se inscreveram na seguinte ordem: Julio Lopes, Mauro Pereira.

Deputado Julio Lopes, V.Exa. vai falar e em seguida assumir a Presidência em seguida. Passo a palavra a V.Exa. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, houve uma consideração do Deputado Arlindo Chinaglia em relação à ata. Foram discutidas com S.Exa. alterações que foram incorporadas ao texto da ata. Pergunto a V.Exa. se entende que o atual texto é pertinente. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, primeiro, eu alertei agora da necessidade de votarmos a ata. No que me diz respeito, as duas ponderações que fiz, tanto daquilo que levou à retirada dos agentes penitenciários a partir das palavras do Relator, do que eu ponderei e do que S.Exa. acrescentou, como da referência que em dado momento os agentes penitenciários adentraram o plenário, isso ficou registrado. Portanto, no que me diz respeito, eu estou de acordo com as alterações que eu próprio havia solicitado. O que eu quero dizer é que foi bem redigido, sem colocar, eu diria, nenhuma tinta mais forte do que a devida.

Eu voto a favor do texto da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a concordância, então, do Deputado Arlindo Chinaglia, coloco a ata em votação.

Os Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Passo a palavra, na sequência, ao Deputado Julio Lopes, por 5 minutos. S.Exa. vai usar o último tempo de Líder, que é a metade do tempo da Liderança do Governo.

---



---

Ao mesmo tempo, comunico que, em relação à votação do Destaque nº 47, para que não reste dúvida: a aprovação do art. 203, constante do art. 1º do Substitutivo objeto do Destaque nº 47 da bancada do PT suprimiu, por consequência, o § 2º do art. 17 do Substitutivo, que se tornou incompatível com o texto aprovado, conforme observado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e confirmado pelo Relator.

Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, embora V.Exa. tenha me cassado a palavra, eu gostaria de tecer um grande elogio pela forma brilhante com que conduziu os trabalhos. V.Exa., apesar de ser muito grande, sai ainda maior da condução desta Comissão pela dedicação, pela compreensão que demonstrou, o que permitiu que esse trabalho se desenvolvesse num clima de harmonia e normalidade. Só V.Exa. com esse seu temperamento e com essa sua dedicação poderia conceber e dirigir.

Eu queria muito fazer este registro em nome de todos os seus colegas. Saiba que V.Exa., como já disse, grande e espalhafatoso como é, sai ainda maior pelo reconhecimento de todos os seus pares desta Comissão.

Para terminar, quero dizer que ninguém aqui é senhor da verdade, nem tem o monopólio das virtudes. Portanto, todos, Oposição e Situação, estão de parabéns por terem concluído, ao longo desses 3 meses, o trabalho difícil desta Comissão.

Parabenizo também S.Exa. o Presidente da República que, mesmo em condições de adversidade e de pouca popularidade, usa seu tempo como Presidente para oferecer ao Brasil reformas de que ele tanto precisa, com esforço hercúleo que o torna distinto na sua história. Fico aqui com essa palavra de que opta o Presidente por ter deixado um grande legado à história do Brasil.

Nessa ordem, Sr. Presidente, cumprimento mais uma vez todos e nosso Relator Arthur Maia, que aqui desempenhou o extraordinário papel, sabendo, sim, fazer uma convergência de ideias, que é a síntese deste Parlamento. Obviamente, daqui alguns saem com a sensação de terem sido mais vencidos ou mais vencedores. Mas o que importa é que vence a Nação, vence o Brasil, que constrói um futuro de mais prosperidade, de mais felicidade, sobretudo de mais desenvolvimento e emprego.



Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu agradeço e peço desculpas por ter cassado indevidamente o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou conceder a palavra ao Deputado Mauro Pereira, que havia pedido 1 minuto. Na sequência, passarei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, quero parabenizar V.Exa. e o Deputado Arthur Maia, nosso Relator, e dizer que hoje pela manhã tivemos uma importante reunião com o Sr. Fabrício Bonfim, Diretor da Associação dos Servidores do Sistema Prisional do Estado de Goiás – ASPEGO; com o Sr. Vilobaldo de Carvalho, Diretor do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Piauí - SINDOJUS/PI; com o Sr. Fernando Anunciação, Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários - FENASPEN; o Sr. Leandro Allan, Presidente da FEBRASP- Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários; o Líder do PMDB, Deputado Baleia Rossi; o Sr. Antônio Francisco, do DF; o Sr. Gutemberg de Oliveira, Presidente do SindSistema-RJ; o Sr. Paulo Ferreira e o Sr. Henri Santos.

Digo isso, Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, porque tudo o que nós aqui fizemos, e estamos de parabéns, em relação ao Brasil, aos aposentados, àqueles que estão recebendo aposentadoria e aos que irão se aposentar terão a certeza de um Brasil melhor, mas nós ainda temos muitas votações para acontecerem no plenário.

Em relação à questão dos agentes penitenciários, Deputados Carlos Marun e Arthur Maia, é uma classe que precisa de apoio, principalmente do Presidente, para que se faça justiça a essa categoria composta de policiais que realizam trabalho insalubre. Nós já demos a palavra, mas é muito importante que deixemos esse povo tranquilo. Hoje, os recebemos aqui na Câmara dos Deputados, eles entraram, participaram, ao mesmo tempo foram 100% educados, negociaram e saíram daqui com a maior tranquilidade. Permaneceram aqui por 1 hora sem nenhum esparramo,



porque são pessoas sérias, são pessoas competentes e cabe a nós fazer justiça aos agentes penitenciários.

Conto com o trabalho de V.Exa., do Líder Baleia Rossi e de todos os Líderes desta Casa, em especial, do nosso Relator Arthur Maia. Parabéns pelo trabalho, Sr. Presidente!

O trabalho de V.Exa., do Deputado Arthur Maia e de todos nós ainda continua no plenário, porque tem muitas votações pela frente e nós precisamos dar esse presente para a economia brasileira e gerar os 14 milhões de empregos necessários.

É pena que o plebiscito que nós aprovamos, no sentido de que as pessoas de bem pudessem usar armas, a ex-Presidente Dilma Rousseff não aceitou e não colocou em prática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em relação aos agentes penitenciários, eu quero dizer o seguinte: eu vi com felicidade o fato de que, mesmo com alguma movimentação, não houve, no dia de hoje, nada que sequer se assemelhasse ao que aconteceu na semana passada, com a invasão do Ministério da Justiça e a interrupção dos trabalhos do Poder Legislativo brasileiro.

Então, entendo que se abre um caminho muito grande para que, efetivamente, possam ser atendidas suas reivindicações, que eu coloco como justas, e faço questão que o destaque, como eu disse, que será apresentado por um partido da base, seja apresentado pelo meu, pelo seu, pelo nosso PMDB, ao qual poderão se associar, obviamente, outros partidos da base que entendam seja isso pertinente.

Porém, quando eu garanti que um partido da base apresentaria esse destaque, eu tinha em mente o meu partido que, eu tenho certeza, compreenderá a justiça da reivindicação apresentada pelos agentes penitenciários.

Faço este registro e passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu quero dizer que nós, do PDT, divergimos frontalmente do resultado do debate, enfim, da votação



na Comissão, mas não podemos desconhecer a forma como V.Exa. conduziu os trabalhos, Sr. Presidente —, há que se reconhecer e há que se respeitar.

A democracia se faz na divergência. Se a democracia fosse fácil, nós não teríamos experimentado ditaduras. A democracia tem como essência o debate e deve ser a natureza do processo que estamos fazendo nesta Casa.

Sr. Presidente, eu espero que fique na consciência desta Casa, como há de ficar na consciência de V.Exa., essa questão dos agentes penitenciários. Quero acrescer à condição deles, respeitosamente, os agentes socioeducativos e os Guardas Municipais. Todos estes são ligados ao poder de Polícia: agentes penitenciários, agentes socioeducativos, que trabalham com menores infratores, e Guardas Municipais. Acho que é uma dívida que temos com a sociedade, e esta Casa tem condições de resgatá-la.

Eu quero me somar a V.Exa., para que, em conjunto, possamos construir uma ideia, um propósito, um projeto, enfim, um entendimento, para que essas categorias sejam acolhidas, respeitadas, reconhecidas. Isso é fundamental.

O debate na Comissão foi duro, foi profundo. Eu continuo com as minhas divergências e com as minhas diferenças. Vamos levá-las ao Plenário. Vamos ser duros no embate, vamos ser convincentes naquilo que temos como ideário, mas não vamos deixar nunca de estabelecer o diálogo, porque a sociedade lá fora espera deste Parlamento muito mais do que estamos oferecendo. A minha parte eu vou fazer com muita veemência.

Portanto, Sr. Presidente, reconheço o trabalho de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Agradeço aos membros da imprensa; às Assessorias dos partidos; aos Consultores Legislativos; à nossa equipe de apoio, na pessoa do Sr. Marcelo; à Polícia Legislativa e aos servidores da Secretaria.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a reunião!